



PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

SEGURANÇA ALIMENTAR

2013



Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do
**Planejamento, Orçamento
e Gestão**

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de
Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

Secretário-Executivo
Marcelo Cardona Rocha

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo de Martino Jannuzzi

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Arnoldo Anacleto de Campos

Secretaria Nacional de Assistência Social
Denise Ratmann Arruda Colin

Secretaria Extraordinária de Supervisão de Extrema Pobreza
Tiago Falcão Silva

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Luís Henrique da Silva de Paiva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Departamento de Avaliação
Alexandro Rodrigues Pinto

Coordenação-Geral de Avaliação da Demanda
Luciana de Monteiro Sardinha

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas
Públicos Agroalimentares
Michelle Lessa de Oliveira

Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de
Segurança Alimentar e Nutricional
Carmem Priscila Bocchi

Coordenação de Monitoramento das Ações de
Segurança Alimentar e Nutricional
Juliane Helriguel de Melo Perini

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Segurança Alimentar

2013

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4337-6

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Reponderação dos dados de 2004 e 2009

Plano amostral

Tamanho da amostra

Sobre Segurança alimentar

Aspectos sobre segurança alimentar: instrumentos legais, conceituais e metodológicos

Análise dos resultados

Tabelas de Resultados

1 Brasil

1.1.1 - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo e os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.1.2 - Distribuição da população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo e os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.2.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo e os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.2.2 - Distribuição dos moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo e os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.3.1 - Domicílios particulares e domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por sexo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar, a situação do domicílio e o número de moradores do domicílio - Brasil - 2013

1.3.2 - Distribuição dos domicílios particulares e domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por sexo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar, a situação do domicílio e o número de moradores do domicílio - Brasil - 2013

1.4.1 - Domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo algumas características - Brasil - 2013

1.4.2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo algumas características - Brasil - 2013

1.5.1 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.5.2 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.6.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.6.2 - Distribuição dos moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.7.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

1.7.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

1.8.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

1.8.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

1.9.1 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2013

1.9.2 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2013

1.10.1 - Domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.10.2 - Distribuição dos domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.11.1 - Domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.11.2 - Distribuição dos domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.12.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar e sexo, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.12.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar existente no domicílio e sexo, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.13.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar e cor ou raça, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.13.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar existente no domicílio e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.14.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.14.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.15.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.5.2 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

1.16.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.16.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.17.1 - Moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, total e com insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por frequência à creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.17.2 - Distribuição dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, total e com insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por frequência à creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.17.3 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, por frequência à creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.18.1 - Moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por situação de ocupação e atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.18.2 - Distribuição dos moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por situação de ocupação e atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

1.19.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.19.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.20.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.20.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.21.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias, por posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.21.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias, por posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.22.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por número de trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.22.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por número de trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

1.23.1 - Domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

1.23.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

Referências

Anexo

1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2013 e a reponderação das PNADs 2001 a 2012

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, divulga os resultados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, realizado, assim como as edições de 2004 e de 2009, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As perguntas do questionário de Segurança Alimentar investigadas em 2013 foram as mesmas de 2009, mantendo assim a comparação com os indicadores daquele ano.

Este volume apresenta, inicialmente, uma breve visão da pesquisa, o plano de amostragem, aspectos metodológicos referentes ao indicador de segurança alimentar construído e a análise dos resultados. Em seguida, apresenta as tabelas com os resultados e o glossário com os termos e conceitos necessários para a compreensão das informações ora divulgadas.

Em 2013, a PNAD investigou, como temas suplementares, além da Segurança Alimentar, perguntas adicionais sobre Tecnologia da Informação e da Comunicação ainda a ser divulgada.

No CD-ROM que acompanha este volume encontra-se o conteúdo desta publicação, o conjunto complementar de tabelas regionais e os coeficientes de variação associados às estimativas apresentadas nas tabelas de resultados. Constam neste CD-ROM as tabelas com os indicadores reponderados para os anos de 2004 e 2009. Os microdados da PNAD, referentes aos anos de 2001 a 2013, estão disponíveis no portal do IBGE na Internet.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD 2013, cujos resultados básicos já foram divulgados, agregou duas investigações suplementares: Segurança Alimentar, aqui divulgado, assim como na edições de 2004 e 2009, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Tecnologia da Informação e Comunicação, com tópicos referentes à TV paga e TV digital, assim como questões sobre uso de banda larga para acesso à Internet, definidos em parceria com o Ministério das Comunicações.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

A PNAD foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. Em 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

As Notas técnicas a seguir trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução histórica.

Esta publicação consolida o protagonismo do Brasil, na América Latina e Caribe. Pela terceira vez, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA foi utilizada para estimar a prevalência de insegurança alimentar em inquérito nacional, realizado pelo instituto oficial de pesquisas estatísticas. Sua adoção continuada nos levantamentos oficiais oferece informações estratégicas, de abrangência nacional, para elaboração e aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à insegurança alimentar.

Notas técnicas

Sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas básicos investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



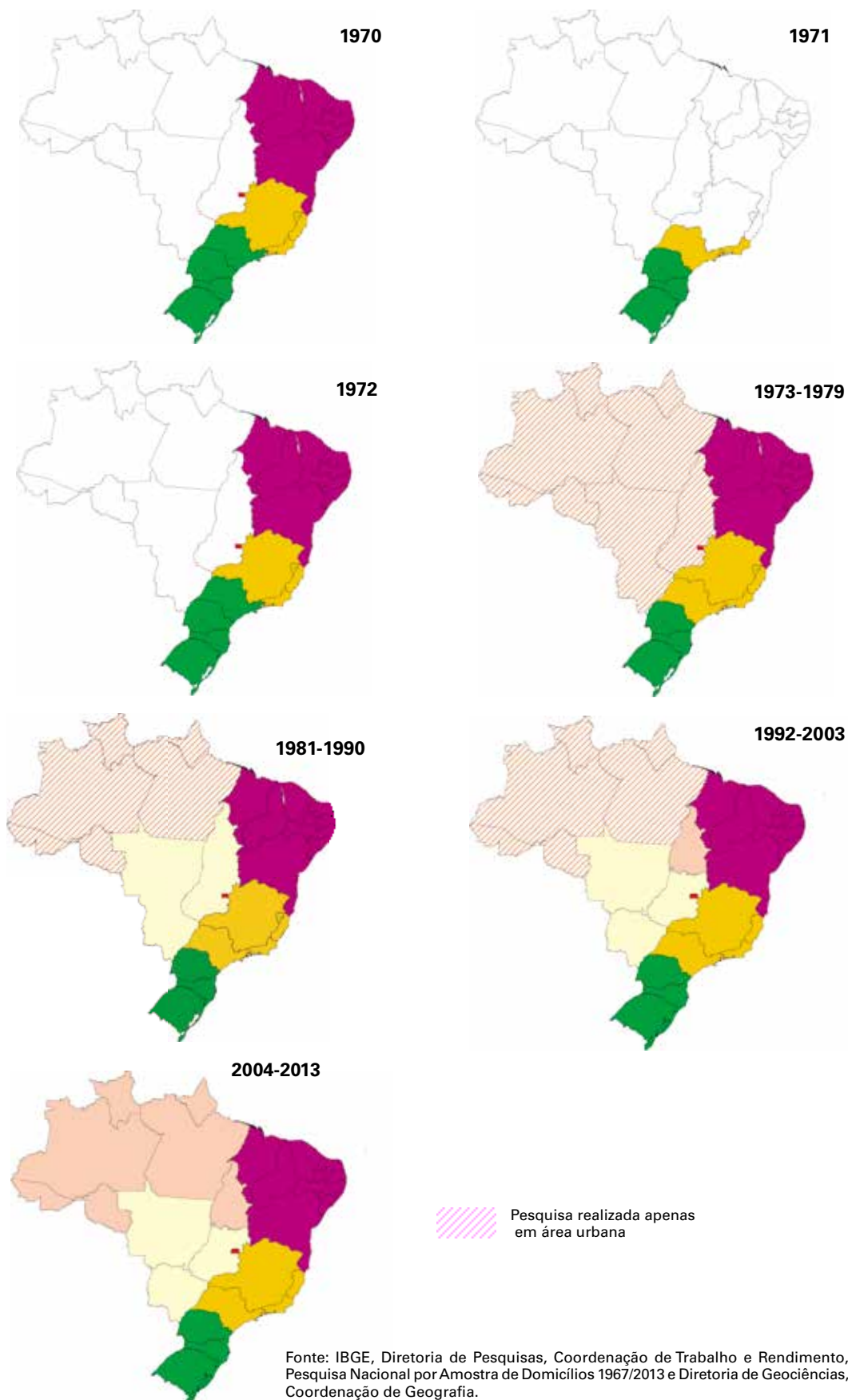
I II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013

(conclusão)



Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2013

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993
1995 a 1999			Todas as pessoas		1995 a 1999
2001			Pessoas de 5 anos ou mais de idade	2001	
2002 a 2013				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	2002 a 2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2013.

Quadro 2 - Temas suplementares e especiais pesquisados na PNAD - 1967/2013

[illegible]

(1) Pesquisa suplementar restrita ao Distrito Federal e às Regiões Metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (2) A partir de 2001, a investigação foi ampliada para mulheres de 10 anos ou mais de idade. (3) Pesquisa Especial (4) Nos três anos, a Pesquisa abrangeu os seguintes tópicos: condições da saúde; cobertura de plano de saúde; acesso aos serviços de saúde; utilização dos serviços de saúde; e internação. Somente em 1998, foi investigado os gastos com serviços e bens de saúde. Em 2008, foram agregados os seguintes tópicos: atendimento de urgência no domicílio; violência; acidentes de trânsito e sedentarismo. (5) Pesquisa restrita ao Distrito Federal e as 9 regiões metropolitanas. (6) A pesquisa abrangeu os seguintes tópicos: justiça e vitimização; educação; meios de transporte; cadastro e associativismo; serviços domiciliares; mobilidade social; serviços de saúde; migração; religião; e meios de comunicação.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para as classificações de ocupações e de atividades investigadas na PNAD (ver Glossário, ao final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei nº 11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant - PDA*) para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Na PNAD 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de errores para datos cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística – INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, se utiliza o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para a PNAD realizada de 1992 a 1999. Assim como, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas realizadas de 2001 a 2009. Da mesma forma, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2010 permanecerá para as pesquisas da década vigente;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;
- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Reponderação dos dados de 2004 e 2009

Os indicadores dos suplementos de Segurança Alimentar, divulgados para 2004 e 2009, disponíveis no CD-ROM encartado nesta publicação, foram reponderados de acordo com a Projeção da População utilizada para os microdados da PNAD 2013. Para maiores detalhes sobre a projeção, ver Anexo 1.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, por essa razão foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir da PNAD 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2013.

**Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra,
segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013**

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	148 697	362 555
Rondônia	1/200	23	170	2 836	7 120
Acre	1/150	11	94	1 559	4 475
Amazonas	1/250	23	240	3 786	13 023
Roraima	1/150	5	57	985	2 767
Pará	1/350	61	563	8 628	22 455
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 290	9 775
Amapá	1/200	6	60	935	2 890
Tocantins	1/200	23	148	2 490	6 457
Maranhão	1/600	35	205	3 144	9 270
Piauí	1/500	20	127	2 195	5 592
Ceará	1/600	48	457	7 683	19 122
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4 897	11 864
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 085	5 068
Paraíba	1/550	23	146	2 379	6 187
Pernambuco	1/600	50	581	9 004	20 561
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 201	13 182
Alagoas	1/500	18	128	1 995	5 461
Sergipe	1/300	22	155	2 460	6 089
Bahia	1/600	88	731	11 678	27 247
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 436	12 157
Minas Gerais	1/650	129	813	13 566	33 137
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 084	12 889
Espírito Santo	1/450	24	187	3 062	6 737
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 169	25 723
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 946	18 664
São Paulo	1/950	126	1 023	16 967	39 531
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 160	19 568
Paraná	1/600	67	457	7 443	19 045
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 923	7 627
Santa Catarina	1/550	45	278	4 406	9 882
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 263	27 189
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 633	17 214
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 681	6 327
Mato Grosso	1/350	31	204	3 145	7 148
Goiás	1/350	51	397	6 561	14 691
Distrito Federal	1/250	1	213	3 592	9 361

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação passou a seguir o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD, para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente, como pode ser o caso do tema em questão, pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando a facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de

variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação, exceto para as referentes às estimativas das informações “sem declaração”, devido à sua natureza. Para cada tabela de resultados apresentada nesta divulgação, segue outra com os correspondentes coeficientes de variação.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2013, foram pesquisadas 362 555 pessoas e 148 697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Sobre Segurança alimentar

Aspectos sobre segurança alimentar: instrumentos legais, conceituais e metodológicos

O objetivo desta seção é apresentar a metodologia utilizada na análise dos dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, para estimar a magnitude da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. Tal como em 2004 e 2009, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA para identificação e classificação das unidades domiciliares de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno vivenciado pelas famílias residentes no País. O texto inicia com uma breve discussão acerca dos marcos legais que definem a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN como um direito e estabelecem a produção de informação como requisito para o acompanhamento de sua efetivação. Em seguida, a conceitualização da SAN pavimenta o caminho para a descrição do método de medida direta da insegurança alimentar.

1) Arcabouço legal da Segurança Alimentar no Brasil

Em 2010, foram estabelecidas a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN¹ e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, por meio do Decreto nº 7.272, de 25.08.2010, assim como a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 04.02.2010.

A LOSAN, além de estabelecer a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania, passou a obrigar o poder público a informar, monitorar e avaliar a sua efetivação. Avançando nessa direção, determina que o conceito de SAN deve abranger - além do acesso aos alimentos, conservação da biodiversidade, promoção da saúde e da nutrição, qualidade sanitária e biológica dos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis - a produção de conhecimento e o acesso à informação (BRASIL, 2006, art. 4º, inciso V).

¹ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Segundo esta lei, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Com a regulamentação da LOSAN, por meio do Decreto nº 7.272, de 25.08.2010, instituiu-se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN que estabelece, dentre as diretrizes que deverão nortear a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010b, art. 3º, inciso VIII). Nesse sentido, o Decreto traz um capítulo exclusivamente dedicado ao monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no País (BRASIL, 2010b, cap. VIII), que deverão ser feitos por um sistema constituído por instrumentos e metodologias capazes de aferir a realização progressiva deste direito. Tal sistema de monitoramento e avaliação - conforme proposta da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional², que recomenda a realização contínua de pesquisas amostrais de base populacional relativas ao diagnóstico da segurança alimentar e nutricional no País - deverá utilizar dados e indicadores disponibilizados nos sistemas de informação existentes (BRASIL, 2010b, art. 21, § 2º), tais como os dos levantamentos oficiais realizados pelo IBGE, a exemplo das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs e do presente suplemento da PNAD.

De modo a consolidar as orientações da referida Conferência, o Decreto nº 7.272, de 25.08.2010, determina que o sistema de monitoramento e avaliação deverá contemplar, dentre as várias dimensões de análise de SAN, o acesso à alimentação adequada e saudável. A EBIA, base metodológica do suplemento, mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos e, além disso, atende à determinação do § 6º do art. 21 do mencionado Decreto, ou seja, é um instrumento capaz de “identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada” e apontar as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero associadas.

Assim, a publicação deste Suplemento vem atender às diretrizes mencionadas acima, contribuindo para a consolidação do sistema de monitoramento e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional no País, fornecendo subsídios para a gestão de políticas públicas nas diferentes esferas do governo.

2) Mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional

A identificação e mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional possui múltiplas dimensões que refletem diferentes perspectivas e propósitos de uso. De acordo com Kepple (2010, p. 5-6), a primeira dimensão se relaciona a disponibilidade do alimento que significa a oferta de alimentos para toda população e depende da produção, importação (quando necessária), sistemas de armazenamento e distribuição; a outra dimensão é o acesso físico e econômico aos alimentos que significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar; a terceira dimensão é a utilização biológica dos alimentos pelo organismo é o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias nas quais as pessoas vivem e produzem sua comida, depende da segurança microbiológica dos alimentos e pode ser afetado pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais.

² Conferência realizada em Fortaleza, Ceará, no período de 3 a 6 de julho de 2007, sobre o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”

A quarta dimensão é decisiva para a definição da situação de segurança ou insegurança alimentar das famílias. Trata-se da estabilidade, que implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos. Esta dimensão envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias ante eventuais problemas que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros. O Quadro 3 permite visualizar os determinantes da SAN a partir do cruzamento dos fatores domiciliar/individual (micro), comunitário/regional (meso) e nacional/internacional (macro) com as quatro dimensões descritas acima³.

A existência de diferentes indicadores para retratar a SAN é reflexo da complexidade do conceito adotado pelo Brasil e das dimensões de SAN. Além disso, como pontua a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO), varia de acordo com o mandato institucional, esfera e contexto geográfico, área ou setor e até visão política-ideológica. Assim, acrescenta esse organismo internacional:

O governo brasileiro [...] realiza monitoramento de SAN na esfera nacional e subnacional e em grupos populacionais vulneráveis, com o intuito de subsidiar as políticas e programas e orientar a aplicação de recursos públicos. Ao comparar os indicadores usados para monitoramento de SAN globalmente e no Brasil, observa-se que o Governo Brasileiro lança mão de muitos indicadores usados internacionalmente, além de outros que são específicos para o contexto e as prioridades brasileiras (O ESTADO..., 2014, p. 22).

É essa amplitude do conceito de SAN que a legislação brasileira procura abarcar. Para se acerrar desta multiplicidade de aspectos, existem, de acordo com Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008), cinco métodos de análise comumente empregados em inquéritos nacionais: 1) método da FAO de cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; 2) cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar; 3) cálculo do consumo alimentar - como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; 4) antropometria e; 5) escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a EBIA⁴.

Uma vantagem do uso das escalas psicométricas é que elas medem o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas. Captam não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também a dimensão psicossocial da insegurança alimentar, tomando os domicílios como unidade de análise. Além disso, podem ser adaptadas - mediante utilização de metodologias qualitativas - a diferentes contextos socioculturais locais, sendo sua aplicação e análise relativamente simples (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

³ Para informações complementares, consultar Kepple (2010). Ver também: Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008).

⁴ Para informações complementares sobre a EBIA, consultar *Segurança alimentar 2004* (2006). Para uma análise completa das vantagens e desvantagens de cada um dos cinco métodos, consultar Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008). Ver também: Takagi, Silva e Del Grossi (2001).

Quadro 3 - Determinantes da segurança alimentar e nutricional

Nível	Disponibilidade	Acesso	Utilização	Estabilidade
Macro-região	<p>Políticas agrícolas - incentivos e subsídios</p> <p>Competição com atividades agrícolas não alimentares</p> <p>Preços no mercado internacional</p> <p>Desastres ambientais e guerras</p>	<p>Apoio à agricultura familiar</p> <p>Geração de renda</p> <p>Políticas econômicas, sociais e assistenciais</p> <p>Preços internos</p>	<p>Políticas nacionais de saneamento básico e vigilância sanitária</p> <p>Políticas de Educação Alimentar e Nutricional</p> <p>Políticas de saúde</p>	<p>Mecanismos internacionais e nacionais para manter estabilidade econômica</p> <p>Leis trabalhistas</p> <p>Sustentabilidade social, econômica e ambiental de políticas</p>
Mesor-região	<p>Inserção na rede de distribuição de alimentos - transporte</p> <p>Produção local</p>	<p>Emprego e salários</p> <p>Preços dos alimentos e de outras necessidades básicas</p>	<p>Saneamento básico e vigilância sanitária</p> <p>Disponibilidade de serviços de saúde</p> <p>Educação Alimentar e Nutricional</p>	<p>Crescimento do mercado de emprego formal</p> <p>Disponibilidade de creche</p> <p>Variabilidade climática</p> <p>Flutuações de preços</p>
Micror-região	<p>Proximidade aos pontos de venda de alimentos e abastecimento dos mesmos</p> <p>Produção para autoconsumo</p>	<p>Renda/estabilidade financeira</p> <p>Inserção numa rede social</p> <p>Participação em programas assistenciais</p>	<p>Saúde dos moradores</p> <p>Práticas de higiene</p> <p>Acesso ao saneamento básico e água potável</p> <p>Educação Alimentar e Nutricional</p>	<p>Emprego formal</p> <p>Seguro-desemprego</p> <p>Capacidade de armazenar alimentos</p> <p>Vagas na creche</p>
Indicadores Sistema de Monitoramento da SAN	<p>1- Quantidade produzida em toneladas dos alimentos mais consumidos pela população segundo a POF</p> <p>2- Quantidade produzida de grãos segundo agricultura familiar e não familiar</p> <p>3- Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar</p> <p>4- Disponibilidade interna de alimentos para consumo humano</p> <p>5- Quantidade comercializada de frutas, verduras e legumes, por produto</p>	<p>1- Rendimento domiciliar percapita</p> <p>2- Percentual de gastos das famílias com alimentação total</p> <p>3- Índices de preços (INPC, IPCA)</p> <p>4- Percentual de macronutrientes no total de calorias na alimentação domiciliar</p> <p>5- Percentual de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios, por tipo de insegurança alimentar</p>	<p>1- Estado nutricional das crianças menores de 5 anos</p> <p>2- Estado nutricional dos adolescentes - 10 até 19 anos</p> <p>3- Baixo peso ao nascer</p> <p>4- Taxa de mortalidade infantil</p> <p>5- Contaminação de alimentos por agrotóxicos - Porcentagem de amostras irregulares</p>	<p>1- Anos de estudo - Número médio de anos de estudos da pessoa de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade</p> <p>2- Taxa de analfabetismo de todas as pessoas de 15 anos e mais</p> <p>3- Percentual de crianças que não frequentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade</p> <p>4- Percentual de investimento público direto em educação em relação ao PIB</p>

Fonte: CONSEA, A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, novembro de 2010.

Nota: O Sistema de Monitoramento de SAN no Brasil é baseado em seis dimensões (produção e disponibilidade de alimentos, renda, acesso à alimentação, saúde e acesso a serviços de saúde e educação) com correspondência próxima às quatro dimensões referidas na esfera internacional.

As escalas de medida direta da insegurança alimentar, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de insegurança alimentar (IA) quanto os seus determinantes e consequências. Trata-se de uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade que vem sendo usada desde a década de 1990, em vários países, e cuja aplicação e análise demonstraram existir aspectos comuns aos diferentes contextos socioculturais e que representam os graus de severidade da IA: 1) componente psicológico - ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores; 2) qualidade dos alimentos - comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico; 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos; 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças; 5) fome - quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos (COATES, 2006; SEGURANÇA..., 2006; SWINDALE; BILINSKY, 2006; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008). A partir da percepção da experiência do domicílio nos últimos noventa dias, a EBIA aponta para um dos seguintes graus da insegurança alimentar vivida pelas famílias:

Quadro 4 - Descrição dos graus de (in)segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

A escala brasileira é uma versão adaptada e validada daquela elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990⁵. O processo de adaptação e validação da EBIA foi conduzido por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, coordenado pela Dra. Ana Maria Segall-Corrêa, e demandou a realização de estudos quali-quantitativos, nas áreas urbanas e rurais das cinco grandes regiões do País, entre os anos de 2003 e 2004⁶.

Em 2003, o primeiro uso da EBIA foi propiciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que financiou um conjunto de pesquisas, mediante projeto coordenado pela UNICAMP, com aplicação da escala para estimar a prevalência de segurança alimentar em várias cidades brasileiras. Em 2004, foi incorporada ao Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004. Financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este foi o primeiro diagnóstico, no Brasil, de segurança e insegurança alimentar com abrangência nacional. No ano de 2006, esse diagnóstico foi atualizado através do uso da EBIA na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS 2006, do Ministério da Saúde.

⁵Para informações sobre a escala americana, consultar Radimer e outros (1992); Sampaio e outros (2006); *Segurança alimentar 2004* (2006); e Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008).

⁶Estudos realizados com financiamento do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Para melhor detalhamento do processo de adaptação e validação da EBIA, consultar Segall-Corrêa e outros (2003); Sampaio e outros (2006); e *Segurança alimentar 2004* (2006).

Os resultados da PNAD 2004 e da PNDS 2006 confirmam que a insegurança alimentar está diretamente relacionada a outros fatores socioeconômicos e de composição da unidade domiciliar (como, por exemplo, a presença de moradores menores de 18 anos de idade, o número de moradores, o sexo ou raça do chefe da família, e a renda domiciliar). Por isso, é aconselhável que o questionário da EBIA seja parte de instrumentos de coleta de dados que contemplem também variáveis socioeconômicas, culturais e outras que se julgar pertinentes para uma caracterização mais abrangente dos fatores que afetam a segurança alimentar das famílias, tal como vem sendo feito pelo IBGE nos suplementos específicos da PNAD sobre o tema.

A análise da EBIA é baseada em um gradiente de pontuação final resultante do somatório das respostas afirmativas a 14 questões. Esta pontuação se enquadra nos pontos de corte (Tabela 2), que equivalem aos construtos teóricos acerca da segurança alimentar, conforme apresentados no Quadro 4 - Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Grave.

Tabela 2 - Pontuação para classificação dos domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade

Classificação	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

Estes algoritmos foram atualizados durante a Oficina Técnica para Análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar, promovida pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Realizada entre os dias 16 e 17 de agosto de 2010, em Brasília, a Oficina contou com a participação do grupo de pesquisa que elaborou a EBIA, dos pesquisadores envolvidos com criação da escala norte-americana, além de pesquisadores do IBGE; do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; das Universidades Federais de Mato Grosso (UFMT), Paraíba (UFPB), Bahia (UFBA) e Rio de Janeiro (UFRJ); da Universidade de Brasília (UnB); do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte - COMUSAN-BH; e de técnicos do Ministério lotados nas seguintes unidades: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI (BRASIL, 2010c).

Tendo em vista as tendências recentes de aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade da população, evidenciadas pela recente Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, o grupo técnico presente na oficina aprovou algumas modificações na EBIA que “consistem em aprimoramentos que a atualizam quanto à realidade nutricional do Brasil e simplificam seu conteúdo com a exclusão de item que se mostrou redundante” (BRASIL, 2010c). As modificações consistiram na exclusão da associação da perda de peso com a insegurança alimentar e na exclusão de item repetitivo. Cabe ressaltar que, apesar das modificações, se mantêm as possibilidades de comparação da EBIA com outras que vêm sendo desenvolvidas em diversos países, em especial na América Latina e Caribe (PÉREZ-ESCAMILLA, SEGALL-CORRÊA,

2008; BRASIL, 2010c). É importante ter isso em vista, já que a utilização da EBIA no monitoramento da situação da segurança alimentar da população brasileira se dá no contexto de várias iniciativas internacionais de uso de escalas psicométricas de medida direta da IA, desde o início da década de 2000⁷.

Com estas modificações, a EBIA passou a contar com 14 perguntas, conforme se observa no Quadro 5. Desde a edição da PNAD 2009, a PNAD traz estas alterações, conforme orientação do grupo técnico presente na Oficina patrocinada pelo Ministério. As tabelas, que comparam os dados de 2004, 2009 e 2013, foram calculadas com os novos algoritmos - apontados acima.

Quadro 5 - Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

Com a divulgação dos resultados deste Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2013, será permitido avaliar o comportamento dos indicadores diretos de segurança alimentar dos domicílios brasileiros, ao longo dos últimos anos.

⁷ Sobre o uso de escalas psicométricas em estudos sobre insegurança alimentar, em distintos países, consultar *Segurança alimentar 2004* (2006); Swindale e Bilinsky (2006); e Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008). Vale mencionar que está em curso a elaboração da Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar - ELCSA, cujos principais autores, os Drs. Rafael Pérez-Escamilla, da University of Connecticut, e Hugo Melgar-Quinonez, da Ohio State University, estiveram na mencionada Oficina, durante a qual foi confirmada a comparabilidade com a EBIA.

Advertências

- 1^a) A estrutura da escala com suas perguntas constituindo agrupamentos conceituais e a forma de classificação descrita são condições que permitem estimar as prevalências de segurança alimentar das unidades domiciliares de forma adequada e cientificamente testada, não sendo, portanto, recomendada, a utilização de procedimentos analíticos a partir de uma ou mais de suas perguntas, isoladamente, ou qualquer outra alternativa. Estas abordagens forneceriam resultados não consistentes e não comparáveis com os aqui apresentados.
- 2^a) A PNAD 2009 constatou a existência de domicílios sem nenhum maior de 18 anos. Para estes casos, foram aplicados os mesmos pontos de corte para domicílios que apresentam pelo menos um morador menor de 18 anos, sem prejuízo para a análise por se tratar de uma situação residual: 23 domicílios numa amostra de 153 837, o que representa 0,01% dos casos. Em 2013, foram 60 domicílios nesta condição, num total de 148 697 domicílios.

Análise dos resultados

Em 2013, pela terceira vez, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD trouxe como investigação suplementar questões que permitem classificar os domicílios brasileiros segundo quatro categorias de condição de segurança alimentar: Segurança Alimentar (SA); Insegurança Alimentar Leve (IL); Insegurança Alimentar Moderada (IM); e Insegurança Alimentar Grave (IG). Esta categorização foi estabelecida segundo os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.

De acordo com a classificação da EBIA, considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista, são domicílios em condição de Segurança Alimentar, aqueles onde seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Os domicílios com Insegurança Alimentar Leve são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Nos domicílios com Insegurança Alimentar Moderada os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento. Por fim, nos domicílios com Insegurança Alimentar Grave, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome.

O texto a seguir apresenta as prevalências de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) em domicílios particulares no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Os resultados são descritos segundo a situação do domicílio (urbano e rural), a idade e cor ou raça

dos moradores, o sexo e escolaridade da pessoa de referência, o rendimento domiciliar, e características de trabalho da pessoa de referência, além de outras variáveis que possibilitaram complementar o perfil dos domicílios, e seus moradores, que se encontram em situação de segurança e insegurança alimentar.

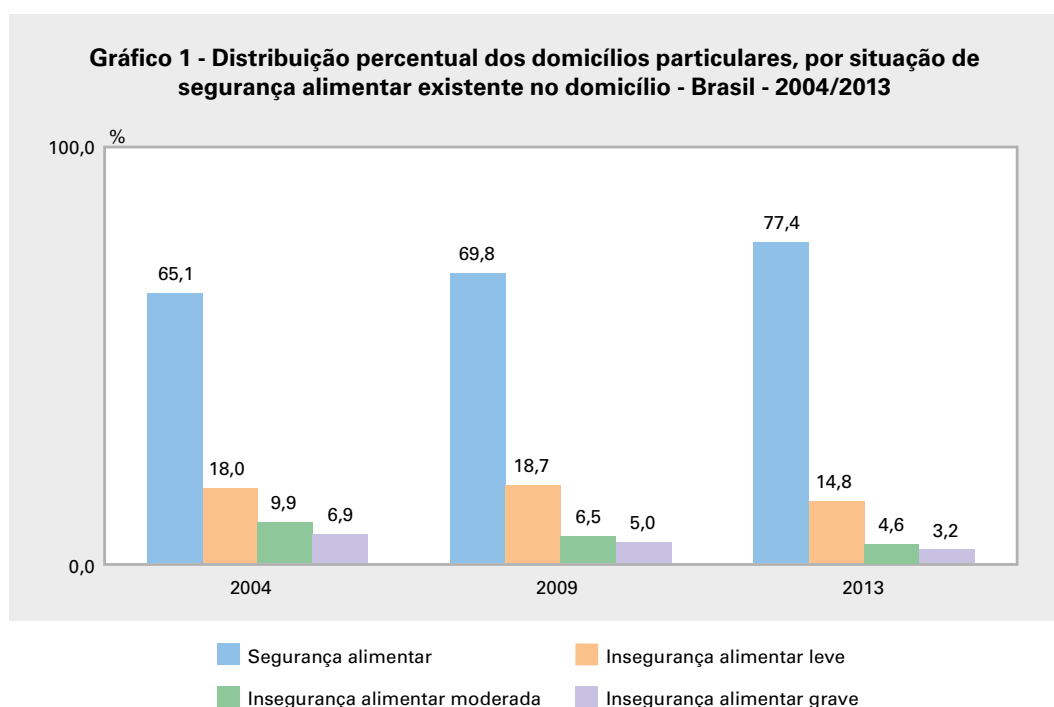
Além das comparações mencionadas, a análise dos resultados aborda a evolução temporal das condições de segurança alimentar de 2004, 2009 e 2013.

Segurança alimentar no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Em 2013, a pesquisa registrou 65,3 milhões de domicílios particulares no Brasil, destes, 50,5 milhões (77,4%) estavam em situação de Segurança Alimentar (SA). Nestes domicílios moravam 149,4 milhões de pessoas, o equivalente a 74,2% dos moradores em domicílios particulares do País. Os 14,7 milhões de domicílios particulares restantes (22,6%) se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), ou seja, tinham alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer alguma restrição devido à falta de recursos para adquirir mais alimentos. Nestes domicílios, viviam cerca de 52,0 milhões de pessoas.

A prevalência de domicílios com pessoas em situação de IA leve, ou seja, aqueles que tinham a preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro, foi estimada em 14,8%, ou, em valores absolutos, 9,6 milhões de domicílios, onde 34,5 milhões de pessoas viviam (17,1% da população residente em domicílios particulares). A proporção de domicílios particulares com moradores vivendo em situação de IA moderada foi 4,6% (equivalente a 3,0 milhões). Nestes lares, existiam 10,3 milhões de pessoas (5,1% dos moradores) convivendo com limitação de acesso quantitativo aos alimentos. Do total de domicílios, 3,2% (2,1 milhões) foram classificados como IA grave, restrição alimentar na qual para pelo menos uma pessoa foi reportada alguma experiência de fome no período investigado. Esta situação atingia 7,2 milhões de pessoas (3,6% dos moradores de domicílios particulares).

Em relação aos anos anteriores da investigação (2004 e 2009), a prevalência de domicílios em situação de SA aumentou (65,1%, em 2004 e 69,8%, em 2009). Em 2004, o percentual de domicílios particulares em IA leve, moderada e grave eram, respectivamente, 18,0%, 9,9% e 6,9%. Em 2009, as prevalências eram 18,7%, 6,5% e 5,0%. De 2004 para 2009, houve crescimento do percentual de insegurança leve e redução dos percentuais de insegurança alimentar moderada e grave. No entanto, de 2009 para 2013, a prevalência de IA reduziu nos três níveis.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

As prevalências de IA na área rural eram maiores que as verificadas nas áreas urbanas. Em 2013, enquanto 6,8% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de IA moderada ou grave, na área rural, a proporção foi 13,9%. Nos domicílios particulares urbanos em IA moderada ou grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos rurais viviam 15,8% da população rural.

Enquanto na área rural, em relação a 2009, houve queda na proporção de domicílios em situação de IA moderada ou grave (15,6%, em 2009, para 13,9%, em 2013) para os domicílios em situação de IA leve houve aumento na proporção (19,5% para 21,4%). Deste modo, a prevalência de SA não registrou variação significativa (64,8% para 64,7%) entre estes anos. Entretanto na área urbana, a proporção de domicílios em SA aumentou, passando de 70,7%, em 2009, para 79,5%, em 2013. A prevalência de domicílios em IA moderada ou grave na área urbana, em 2013, era 6,8% (10,8%, em 2009).

Entre 2004 e 2009, a redução da proporção de domicílios com moradores em situação de IA caiu na área urbana (de 33,3% para 29,3%) e na rural (de 43,7% para 35,2%), contudo, ao desagregar por intensidade de IA, verificou-se que na rural ocorreu redução da prevalência de domicílios em IA leve, o que não foi verificado na área urbana.

As cinco Grandes Regiões apresentaram prevalências de domicílios em situação de IA de forma diferenciada. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções (36,1% e 38,1%, respectivamente). Nas demais Regiões o percentual de domicílios em situação de IA situaram-se abaixo dos 20%: 14,5% na Sudeste; 14,9% na Sul; e 18,2% na Centro-Oeste. Considerando a IA grave, o panorama de desigualdade regional permanece, nas Regiões Norte e Nordeste as proporções de domicílios onde algum morador passou pela experiência de fome nos 90 dias que antecederam a entrevista, foram 6,7% e 5,6%, respectivamente. Nas Regiões Sudeste e Sul a prevalência ficou em 1,9% e, na Centro-Oeste, 2,3%.

Tabela 3 - Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004/2013

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1 000 pessoas)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
2004						
Numeros absolutos (em 1 000)						
Total	52 158	44 005	8 153	183 366	151 713	31 653
Com segurança alimentar	33 929	29 345	4 585	110 260	94 508	15 752
Com insegurança alimentar	18 205	14 639	3 566	73 031	57 134	15 897
Leve	9 409	7 765	1 644	37 234	30 123	7 112
Moderada	5 172	4 035	1 137	20 798	15 739	5 058
Grave	3 624	2 839	785	14 999	11 272	3 726
Números relativos (%)						
Com segurança alimentar	65,1	66,7	56,2	60,1	62,3	49,8
Com insegurança alimentar	34,9	33,3	43,7	39,8	37,7	50,2
Leve	18,0	17,6	20,2	20,3	19,9	22,5
Moderada	9,9	9,2	14,0	11,3	10,4	16,0
Grave	6,9	6,5	9,6	8,2	7,4	11,8
2009						
Numeros absolutos (em 1 000)						
Total	59 322	50 266	9 057	193 891	162 054	31 837
Com segurança alimentar	41 411	35 538	5 873	127 686	108 667	19 019
Com insegurança alimentar	17 911	14 727	3 183	66 205	53 387	12 818
Leve	11 089	9 319	1 769	40 553	33 660	6 893
Moderada	3 863	3 089	774	14 361	11 170	3 190
Grave	2 959	2 319	640	11 292	8 556	2 735
Números relativos (%)						
Com segurança alimentar	69,8	70,7	64,8	65,9	67,1	59,7
Com insegurança alimentar	30,2	29,3	35,2	34,1	32,9	40,3
Leve	18,7	18,5	19,5	20,9	20,8	21,7
Moderada	6,5	6,1	8,5	7,4	6,9	10,0
Grave	5,0	4,6	7,1	5,8	5,3	8,6
2013						
Numeros absolutos (em 1 000)						
Total	65 258	55 968	9 290	201 364	170 688	30 676
Com segurança alimentar	50 524	44 509	6 015	149 350	130 976	18 373
Com insegurança alimentar	14 734	11 459	3 275	52 014	39 711	12 303
Leve	9 643	7 658	1 985	34 469	27 019	7 450
Moderada	2 985	2 207	778	10 320	7 405	2 915
Grave	2 107	1 595	512	7 225	5287,5	1 938
Números relativos (%)						
Com segurança alimentar	77,4	79,5	64,7	74,2	76,7	59,9
Com insegurança alimentar	22,6	20,5	35,3	25,8	23,3	40,1
Leve	14,8	13,7	21,4	17,1	15,8	24,3
Moderada	4,6	3,9	8,4	5,1	4,3	9,5
Grave	3,2	2,8	5,5	3,6	3,1	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

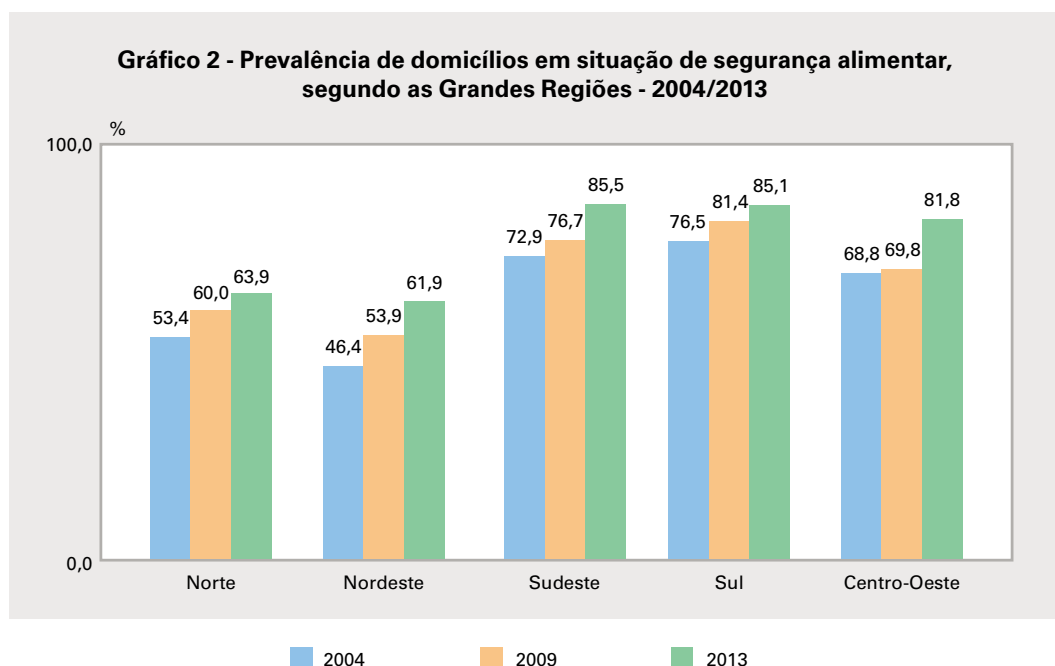
Tabela 4 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio - 2004/2013

Grandes Regiões	Domicílios particulares					
	Total (1)	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
2004						
Números absolutos (1 000 domicílios)						
Brasil	52 158	33 929	18 205	9 409	5 172	3 624
Norte	3 594	1 920	1 673	765	485	423
Nordeste	13 369	6 204	7 158	3 054	2 337	1 767
Sudeste	23 238	16 948	6 282	3 773	1 569	940
Sul	8 176	6 256	1 916	1 141	471	304
Centro-Oeste	3 782	2 603	1 176	676	310	190
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	65,1	34,9	18,0	9,9	6,9
Norte	100,0	53,4	46,6	21,3	13,5	11,8
Nordeste	100,0	46,4	53,5	22,8	17,5	13,2
Sudeste	100,0	72,9	27,0	16,2	6,8	4,0
Sul	100,0	76,5	23,4	13,9	5,8	3,7
Centro-Oeste	100,0	68,8	31,1	17,9	8,2	5,0
2009						
Números absolutos (1 000 domicílios)						
Brasil	59 322	41 411	17 911	11 089	3 863	2 959
Norte	4 242	2 544	1 698	917	390	391
Nordeste	15 387	8 291	7 096	3 820	1 841	1 435
Sudeste	26 181	20 093	6 088	4 248	1 078	762
Sul	9 112	7 413	1 699	1 207	300	193
Centro-Oeste	4 399	3 070	1 329	897	255	178
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	69,8	30,2	18,7	6,5	5,0
Norte	100,0	60,0	40,0	21,6	9,2	9,2
Nordeste	100,0	53,9	46,1	24,8	12,0	9,3
Sudeste	100,0	76,7	23,3	16,2	4,1	2,9
Sul	100,0	81,4	18,6	13,2	3,3	2,1
Centro-Oeste	100,0	69,8	30,2	20,4	5,8	4,0
2013						
Números absolutos (1 000 domicílios)						
Brasil	65 258	50 524	14 734	9 643	2 985	2 107
Norte	4 769	3 049	1 720	1 031	369	321
Nordeste	17 096	10 588	6 508	4 038	1 520	949
Sudeste	28 396	24 288	4 108	2 886	687	535
Sul	9 997	8 507	1 489	1 053	248	188
Centro-Oeste	5 000	4 092	908	634	161	114
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	77,4	22,6	14,8	4,6	3,2
Norte	100,0	63,9	36,1	21,6	7,7	6,7
Nordeste	100,0	61,9	38,1	23,6	8,9	5,6
Sudeste	100,0	85,5	14,5	10,2	2,4	1,9
Sul	100,0	85,1	14,9	10,5	2,5	1,9
Centro-Oeste	100,0	81,8	18,2	12,7	3,2	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de situação de segurança alimentar existente na unidade domiciliar.

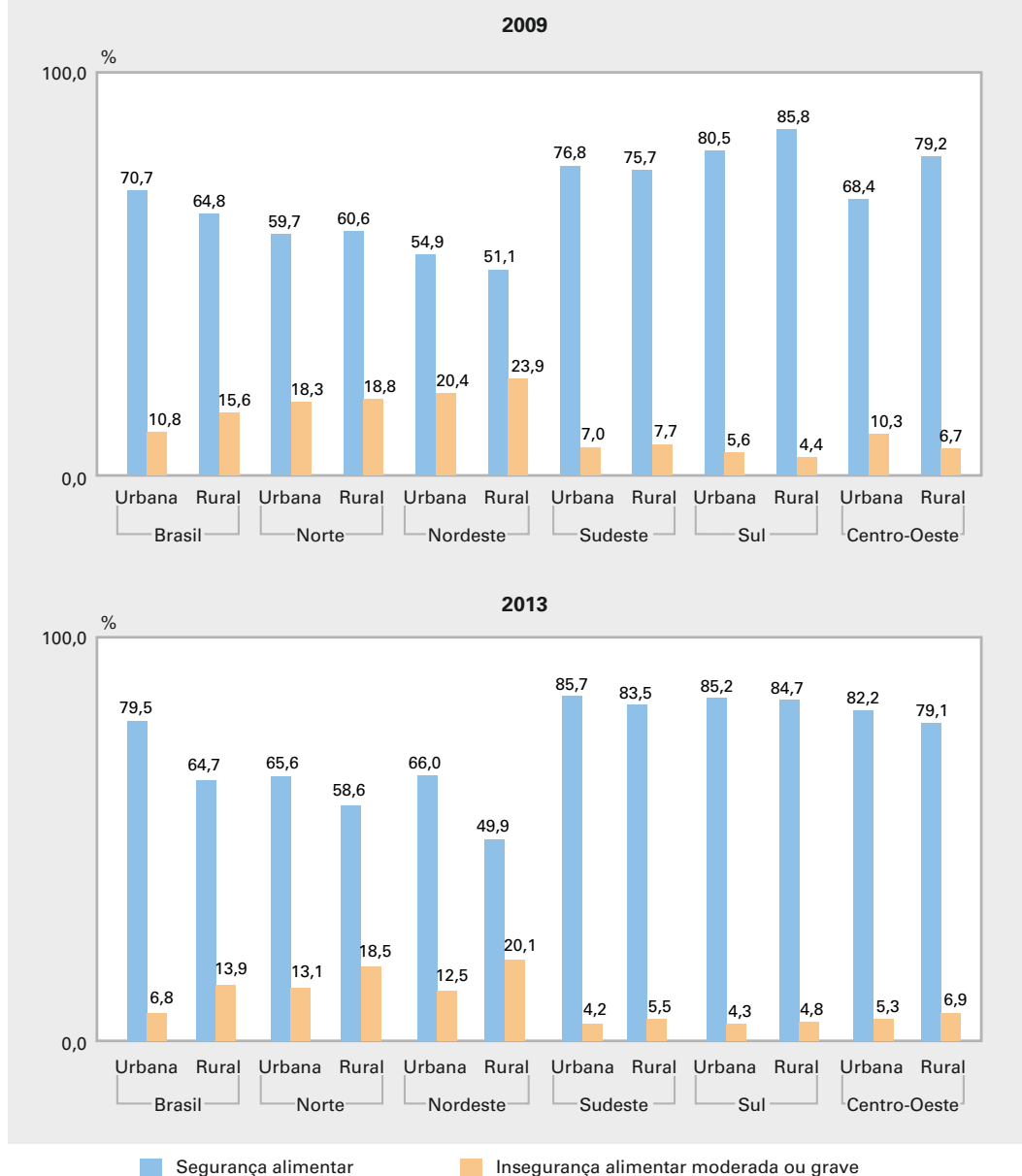
Em relação a 2004 e 2009, houve aumento do percentual de domicílios que não tinham qualquer preocupação com restrição quantitativa na alimentação em todas as Regiões. Contudo no período de 2004 a 2013, a Região Nordeste foi a que registrou o aumento mais expressivo (15,5 pontos percentuais) de domicílios em situação de SA, pois em 2004 menos da metade (46,4%) dos domicílios estavam nesta condição e, em 2013, passou a 61,9%, embora ainda seja a menor prevalência de SA entre as regiões. Embora apenas 26,2% dos domicílios particulares do País estejam situados nesta Região, entre aqueles em situação de IA o percentual chega a 44,2%. Após ter apresentado um pequeno aumento da prevalência de SA de 2004 para 2009 (de 68,8% para 69,8%), a Região Centro-Oeste registrou, deste último ano para 2013, um aumento de 12,1 pontos percentuais, atingindo 81,8% dos domicílios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Em todas as Grandes Regiões, em 2013, a proporção de domicílios com moradores em situação de segurança alimentar era maior na área urbana que na rural, diferente do observado em 2009, quando nas Regiões Sul e Centro-Oeste a prevalência de SA era maior na área rural. A Região Norte apresentou o maior percentual de domicílios em situação de IA moderada ou grave na área urbana (13,1%) e a Nordeste na área rural (20,1%). O aumento da proporção de domicílios onde não houve sequer a preocupação com a possibilidade de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida observada no Centro-Oeste, se deu praticamente apenas na área urbana.

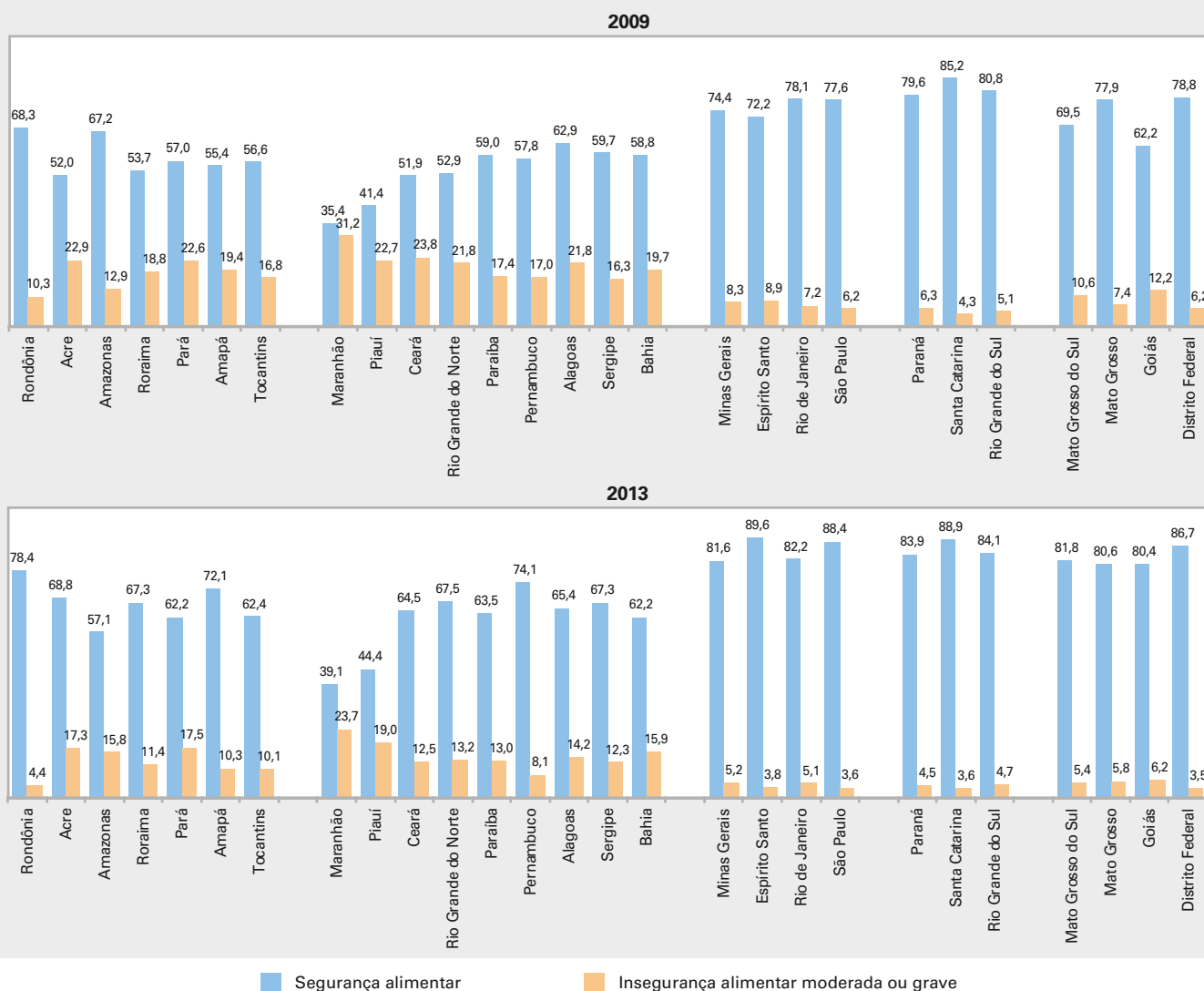
Gráfico 3 - Proporção de domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - 2009/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Considerando as Unidades da Federação, Espírito Santo, em 2013, apresentou a maior prevalência de segurança alimentar (89,6%), seguida por Santa Catarina (88,9%) e São Paulo (88,4%). As Unidades da Federação com as menores prevalências foram: Maranhão (39,1%) e Piauí (44,4%), que sequer chegavam à metade dos domicílios particulares com alimentação assegurada. Em relação a 2009, registraram aumento de 3,6 e 3,3 pontos percentuais. No Nordeste, todos os estados apresentaram taxas inferiores à média nacional (77,4%). Na Região Norte, apenas Rondônia registrou prevalência de SA (78,4%) acima da média nacional.

Gráfico 4 - Proporção de domicílios particulares com segurança alimentar existente no domicílio, segundo as Unidades da Federação - 2009/2013



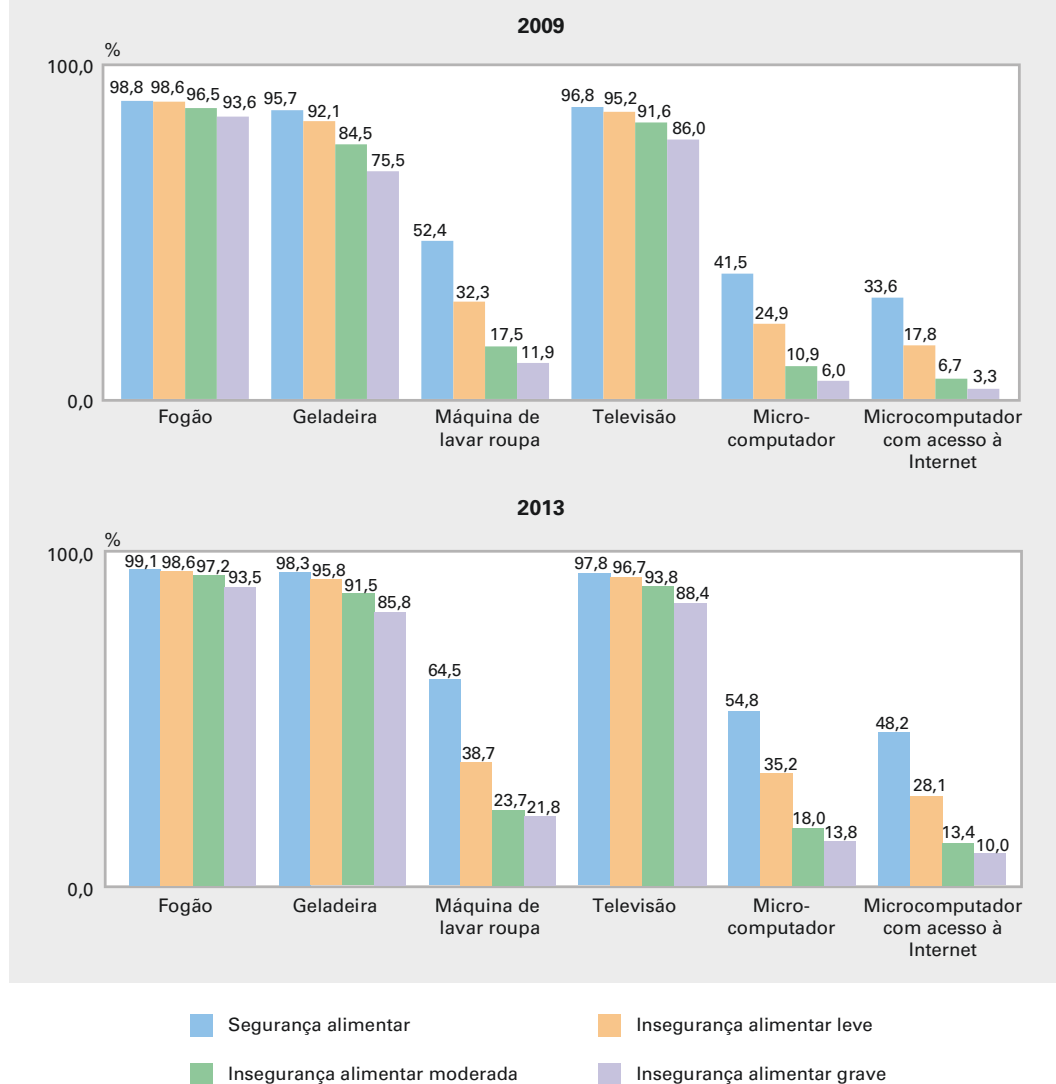
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Características do domicílio

Em relação à posse de bens, 98,3% dos domicílios em segurança alimentar possuíam geladeira, ao passo que, entre os com insegurança grave, 85,8% possuíam este bem. Estas diferenças ocorreram para todos os bens investigados e, quanto mais intensa a situação de insegurança, menor era a proporção de domicílios que possuía o bem em questão, na maioria dos bens. As maiores diferenças entre a proporção de domicílios em situação de segurança alimentar e a de insegurança alimentar, de acordo com a posse de bens, ocorreram para a máquina de lavar roupa, o microcomputador e o microcomputador com acesso à Internet. Enquanto, dentre os domicílios em SA, 64,5% possuíam máquina de lavar, entre aqueles em IA grave, 21,8% deles possuíam o bem.

Em relação a 2009, os indicadores mostraram, tanto para domicílios em situação de SA quanto em IA, aumento na proporção de domicílios com posse dos bens investigados pela pesquisa, mesmo entre os domicílios em IA grave. Em 2009, 6,0% deles possuíam computador, em 2013, 13,8%. Ainda entre os domicílios em IA grave, em 2013, 10,0% possuíam microcomputador com acesso à Internet, contra 3,3% em 2009.

Gráfico 5 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo de segurança alimentar, segundo a posse de alguns bens - Brasil - 2009/2013

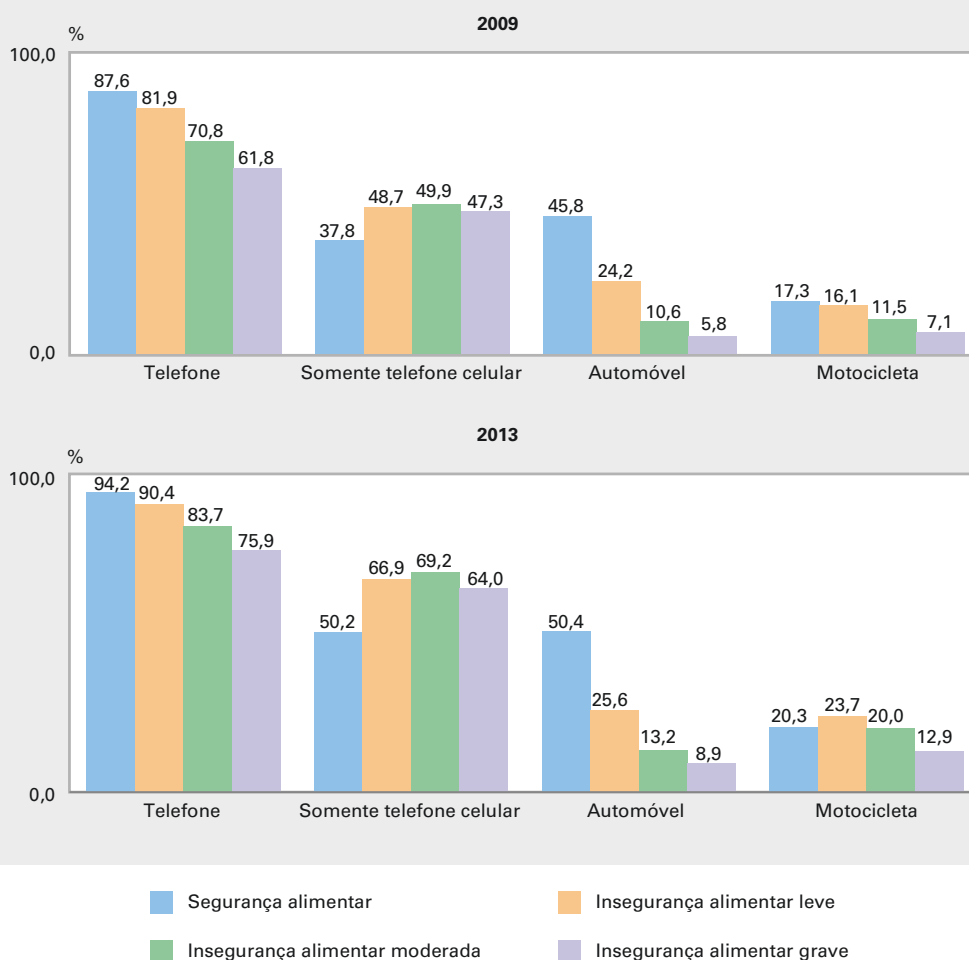


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Nota: Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

O comportamento para os domicílios que não possuíam telefone fixo mas tinham telefone celular e para aqueles com posse de motocicleta tiveram comportamento diferente dos demais bens. Entre os domicílios em SA, 50,2% possuíam apenas telefone celular, para aqueles em IA leve, o percentual aumentava para 66,9%, para aqueles com IA moderada, aumentava ainda mais para 69,2%, e voltando a reduzir entre os domicílios com IA grave (64,0%). Considerando os domicílios onde existiam motocicleta, foi entre aqueles com IA leve que se observou a maior proporção (23,7%).

**Gráfico 6 - Proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo de segurança alimentar, segundo a posse de telefone, automóvel e motocicleta
Brasil - 2009/2013**

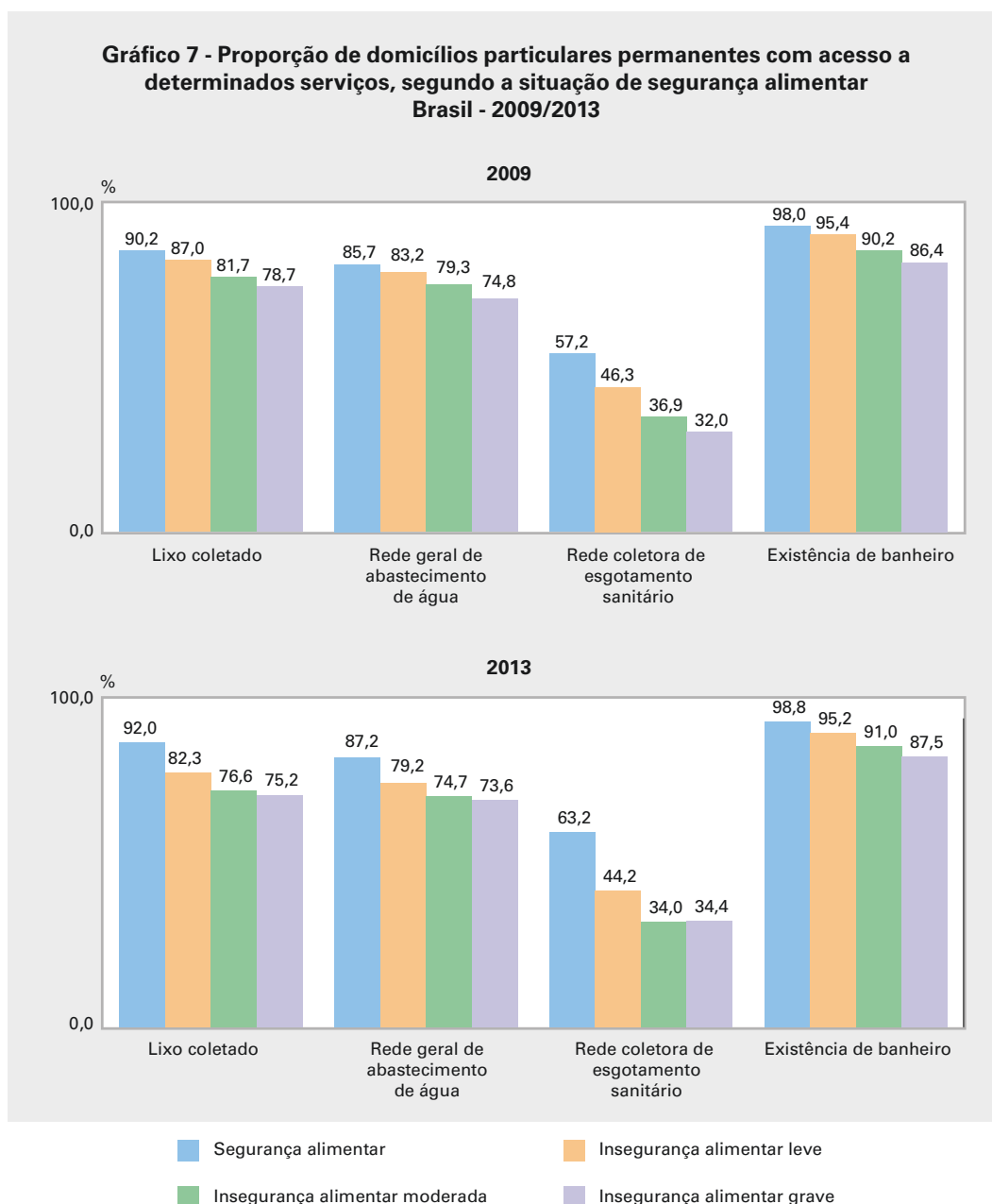


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Nota: Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Em relação aos serviços pesquisados, quanto mais intensa a situação de insegurança, menor era a proporção de domicílios. Os domicílios em IA leve apresentaram proporcionalmente menos domicílios atendidos pela rede coletora de esgotamento sanitário (44,2%) do que aqueles em segurança alimentar (63,2%). Para aqueles em IA grave a proporção de domicílios atendidos por este serviço era ainda menor (34,4%). Entre os domicílios que não tinham qualquer preocupação com restrição a quantidade de alimentos, 92,0% tinha lixo coletado diretamente; 87,2% contavam com a rede geral de abastecimento de água e em 98,8% existia banheiro, para aqueles em IA grave os percentuais foram 75,2%; 73,6% e 87,5%, respectivamente.

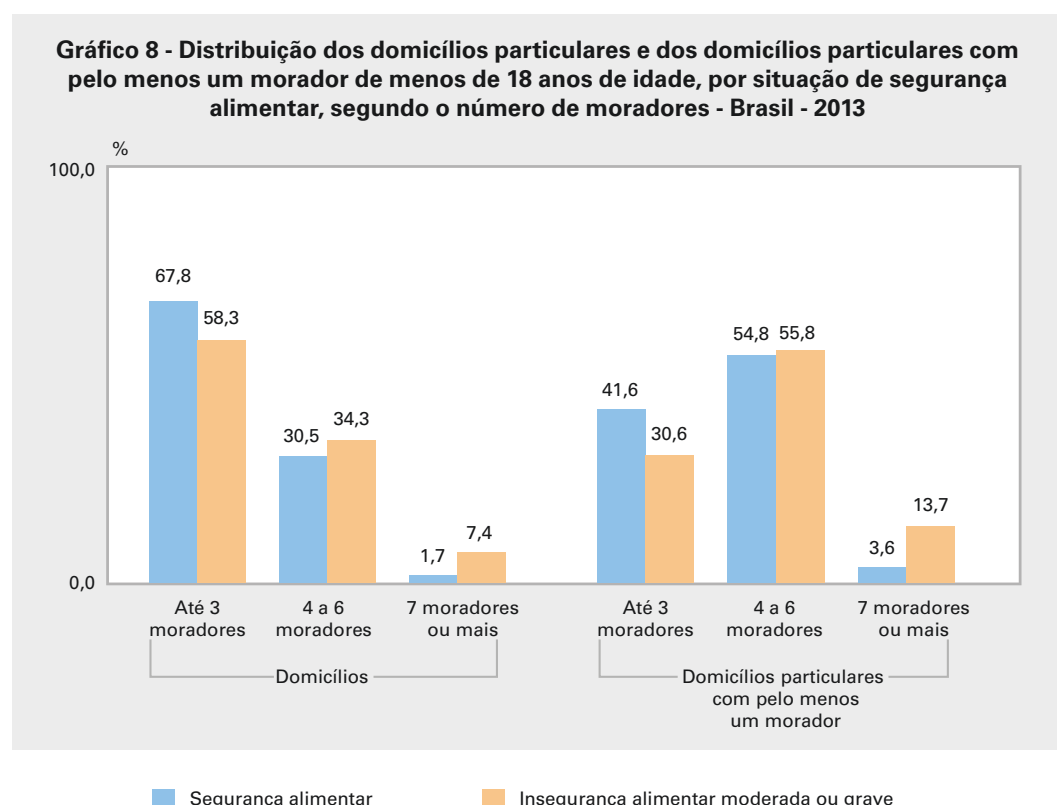
Gráfico 7 - Proporção de domicílios particulares permanentes com acesso a determinados serviços, segundo a situação de segurança alimentar Brasil - 2009/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Nota: Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

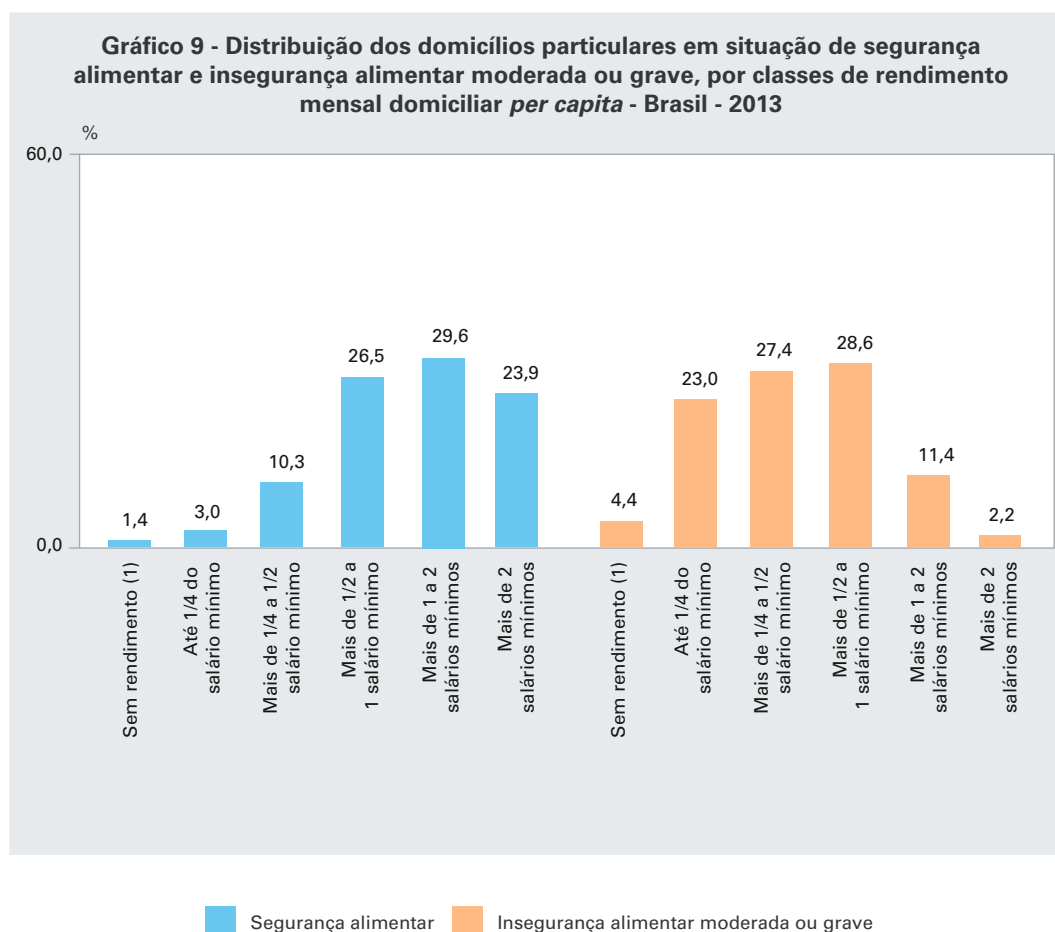
Outra característica observada nos domicílios com IA refere-se ao número de moradores, os domicílios com IA apresentaram proporção maior de domicílios com mais moradores que aqueles em SA. Enquanto apenas 1,7% daqueles em situação de SA tinham 7 ou mais moradores, para aqueles em IA moderada ou grave, o percentual era de 7,4%. Nos domicílios onde existia pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, o comportamento é similar, contudo com prevalência de IA mais elevadas. Nos domicílios em SA, 3,6% tinham 7 moradores ou mais e para aqueles em IA, 13,7%. O Gráfico 8 ilustra esta associação entre as prevalências de SA nos domicílios particulares e seu tamanho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Rendimento domiciliar *per capita*

A distribuição dos domicílios em SA por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostra que há uma ligeira concentração dos domicílios nas classes mais elevadas, 53,5% dos domicílios nestas condições estavam na classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* acima de 1 salário mínimo, sendo 23,9% na classe de mais de 2 salários mínimos. Por outro lado, 78,9% dos domicílios em IA moderada ou grave pertenciam a classe de até 1 salário mínimo e 2,2% a de mais de 2 salários mínimos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

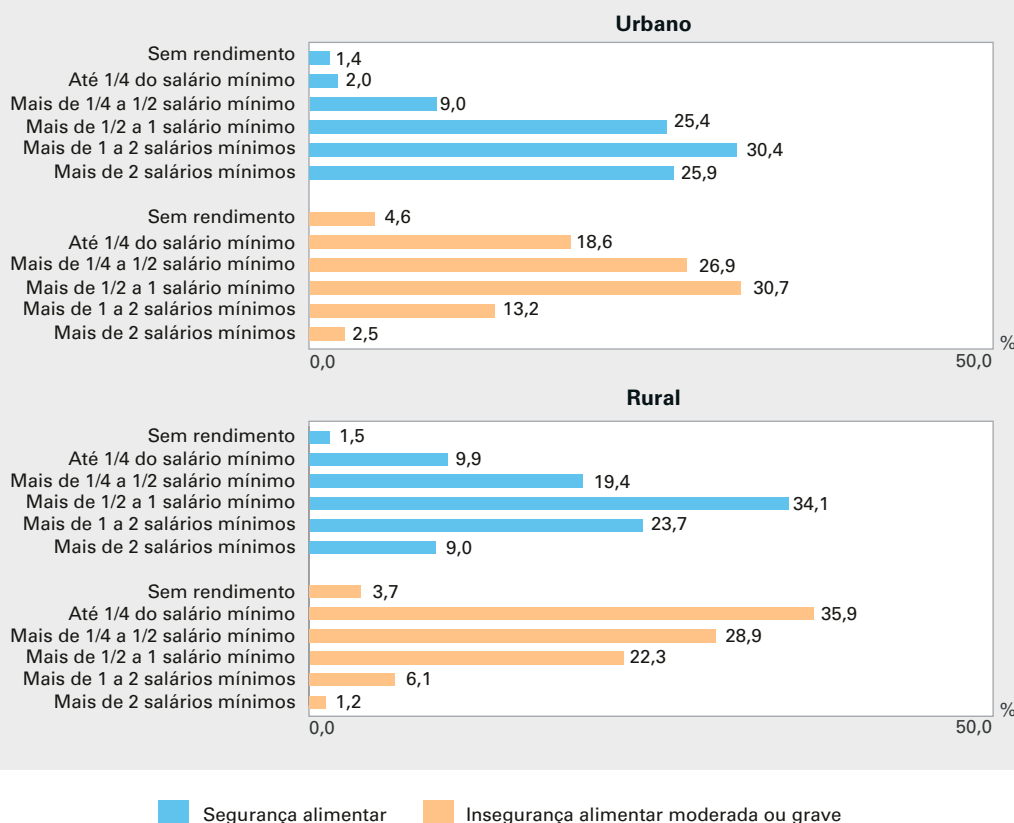
Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Na área urbana, 56,4% dos domicílios em SA possuíam rendimento médio mensal domiciliar *per capita* superior a 1 salário mínimo, enquanto 15,7% dos domicílios em IA moderada ou grave possuíam este rendimento. A maior concentração destes domicílios estava na classe de mais de 1/2 a 1 salário mínimo (30,7%).

Na área rural, enquanto 32,7% dos domicílios em SA tinham rendimento médio mensal domiciliar *per capita* superior a 1 salário mínimo, nos domicílios em IA moderada ou grave o percentual era de 7,2%. Na área rural, 35,9% dos domicílios em IA moderada ou grave tinham rendimento de até 1/4 do salário mínimo e 28,9% tinham de mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo.

Gráfico 10 - Distribuição de segurança alimentar e insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita e a situação do domicílio - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

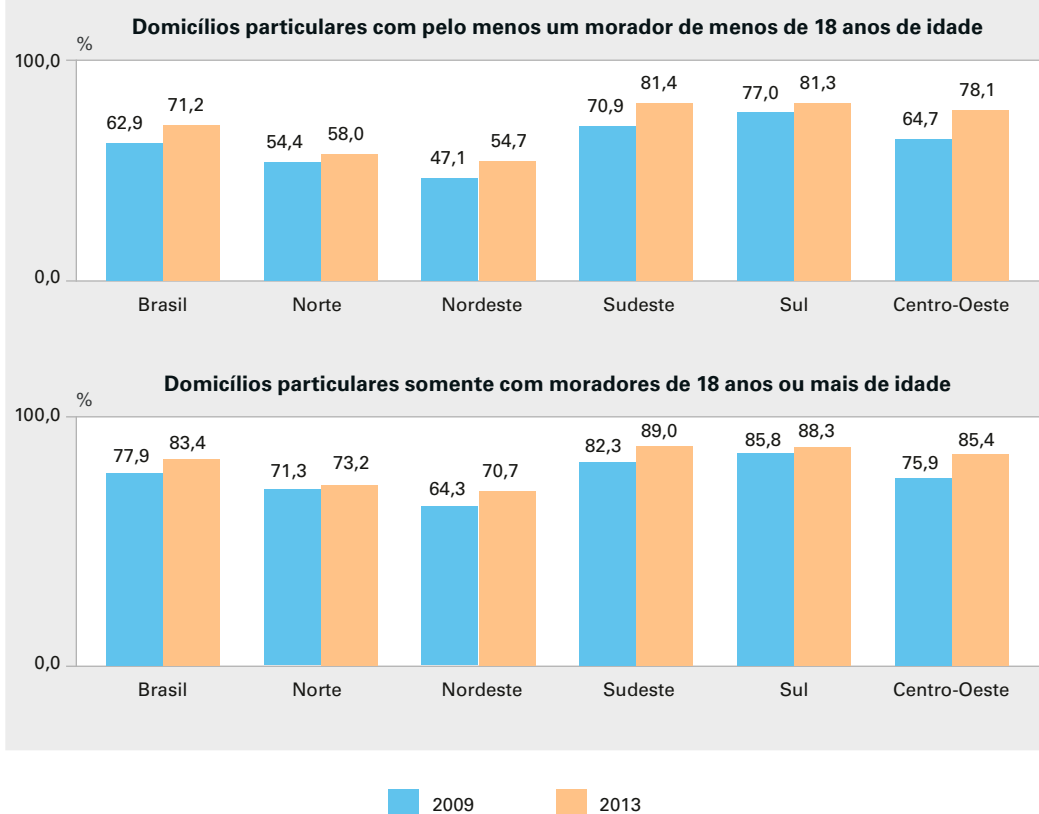
(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Composição etária da unidade domiciliar

Os domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade registraram prevalências de insegurança alimentar acima da verificada em domicílios onde só viviam adultos. Foram classificados em situação de segurança alimentar 83,4% dos domicílios sem moradores menores de 18 anos, enquanto a presença de algum morador abaixo desta idade reduzia a prevalência para 71,2%. Este comportamento dos dados se repetiu em todas as Grandes Regiões, sendo na Nordeste onde se verificou a maior diferença, 16,0 pontos percentuais e na Sul a menor, 7,0 pontos percentuais.

Entre 2009 e 2013, a prevalência de segurança alimentar aumentou para todas as Grandes Regiões, contudo aconteceu com mais intensidade nos domicílios onde existia a presença de moradores com menos de 18 anos, especialmente na Sudeste (10,5 pontos percentuais) e na Centro-Oeste (13,4 pontos percentuais).

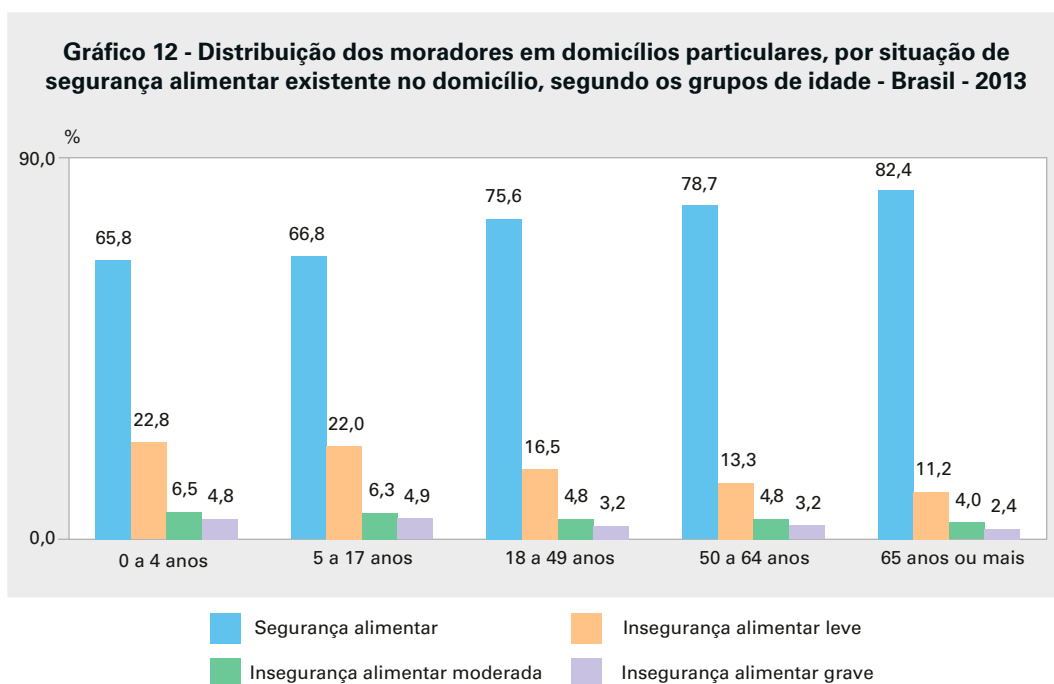
Gráfico 11 - Proporção de domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade e com somente moradores de 18 anos ou mais de idade com de segurança alimentar em relação ao total de domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2009/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

No Brasil, em 2013, conviviam com insegurança grave 4,8% da população de 0 a 4 anos de idade e 4,9% da população de 5 a 17 anos de idade, no entanto, na população de 65 anos ou mais de idade esta proporção foi 2,4%. Logo, considerando a distribuição dos moradores por grupos de idade, segundo a situação de SA existente no domicílio, observou-se que nos domicílios em que residiam crianças, as prevalências de IA eram maiores. À medida que aumentava a idade, aumentavam, também, as proporções daqueles que viviam em domicílios em segurança alimentar e diminuía, consequentemente, as proporções dos moradores em insegurança, nos seus diversos níveis. Este comportamento pode ser verificado no Gráfico 12.

No período de 2009 a 2013, o aumento da prevalência de segurança alimentar ocorreu com mais intensidade para os moradores de grupos etários mais jovens. Em 2009, 56,6% das crianças de 0 a 4 anos de idade viviam em domicílios que não foi reportado qualquer preocupação com uma possível falta de alimentos por não ter dinheiro suficiente para comprá-los, em 2013 este percentual aumentou 9,2 pontos percentuais, atingindo 65,8%. No grupo de 5 a 17 anos, o aumento da prevalência de SA, no período, foi de 8,9 pontos percentuais (57,9%, em 2009 e, 66,8%, em 2013), enquanto que para o grupo de 65 anos ou mais de idade foi de 6,2 pontos percentuais (76,2%, em 2009 e, 82,4%, em 2013).



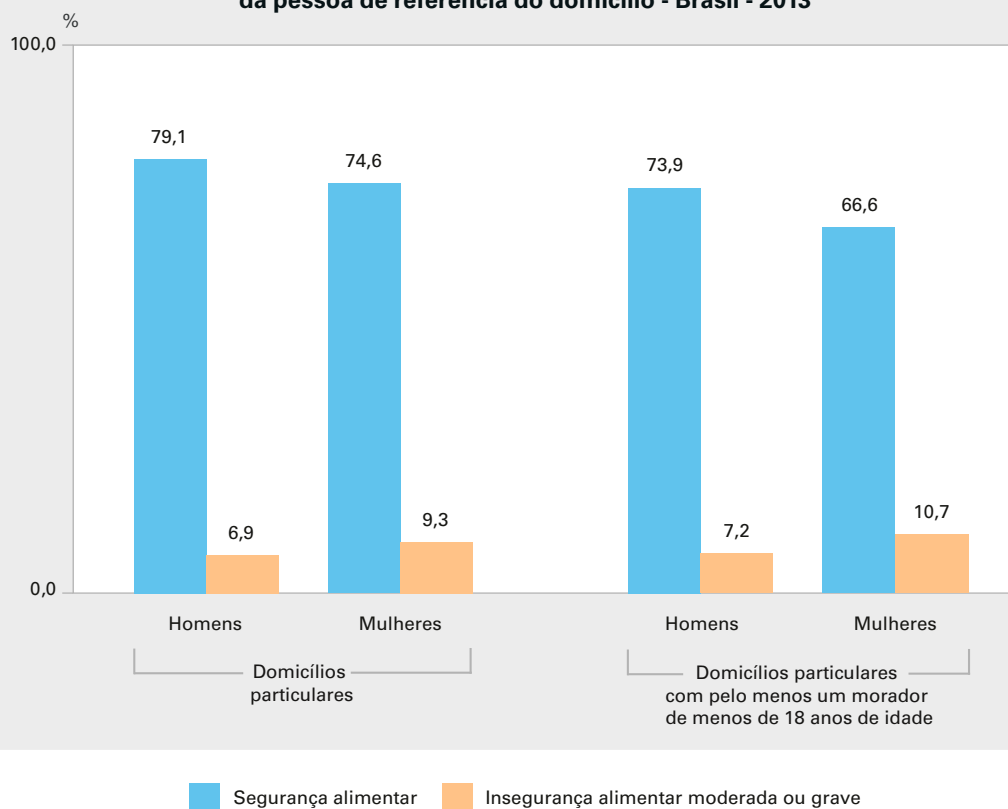
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Sexo da pessoa de referência

A prevalência de insegurança moderada ou grave era maior nos domicílios cuja pessoa de referência eram mulheres, tanto em domicílios particulares (9,3%) quanto em domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade (10,7%). Para domicílios onde a pessoa de referência era um homem os percentuais foram 6,9% e 7,2%, respectivamente. Contudo, essa diferença foi mais expressiva nos domicílios cuja composição incluía menores de 18 anos.

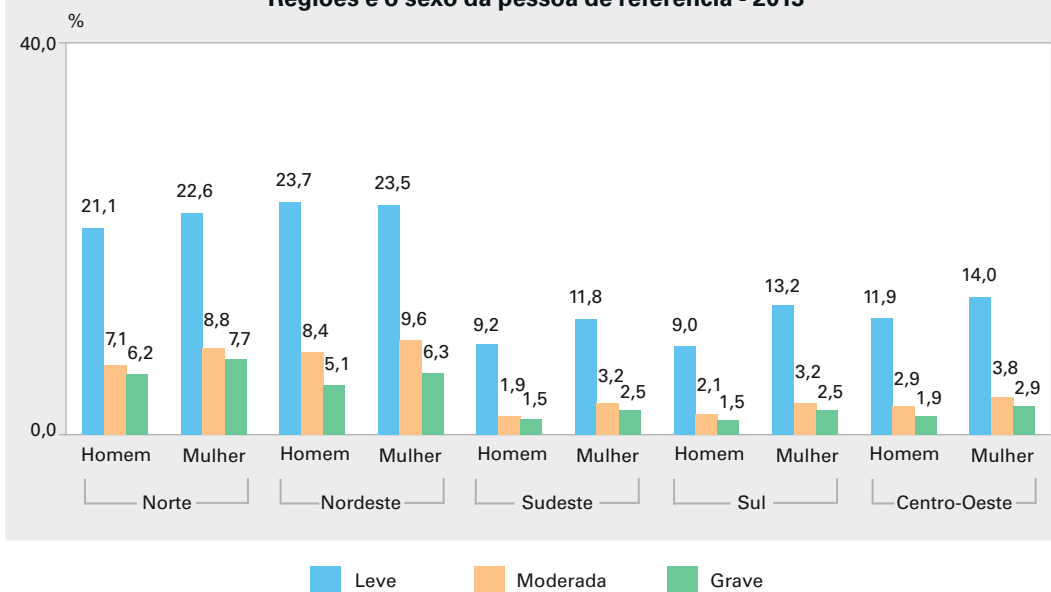
Regionalmente, este comportamento foi o mesmo. A proporção de domicílios em que os moradores passavam por algum tipo de restrição aos alimentos, de uma forma geral, era maior naqueles onde a pessoa de referência era do sexo feminino, exceto na Região Nordeste, onde não houve distinção significativa na prevalência de domicílios em IA leve associada ao sexo da pessoa de referência. Neste caso, a estimativa foi de 23,7% quando a pessoa de referência era homem e 23,5% quando era mulher. Foi na Região Norte onde foram identificadas as maiores prevalências de IA grave tanto em domicílios cuja pessoa de referência era uma mulher (7,7%) assim como em domicílios cuja pessoa de referência era um homem (6,2%). Por outro lado, foi na Nordeste onde se verificou as maiores prevalências de IA moderada, 9,6% nos domicílios com pessoa de referência mulher e 8,4% naqueles onde a pessoa de referência era homem.

Gráfico 13 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares e domicílios particulares com pelo menos um morador de 18 anos ou mais de idade, segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

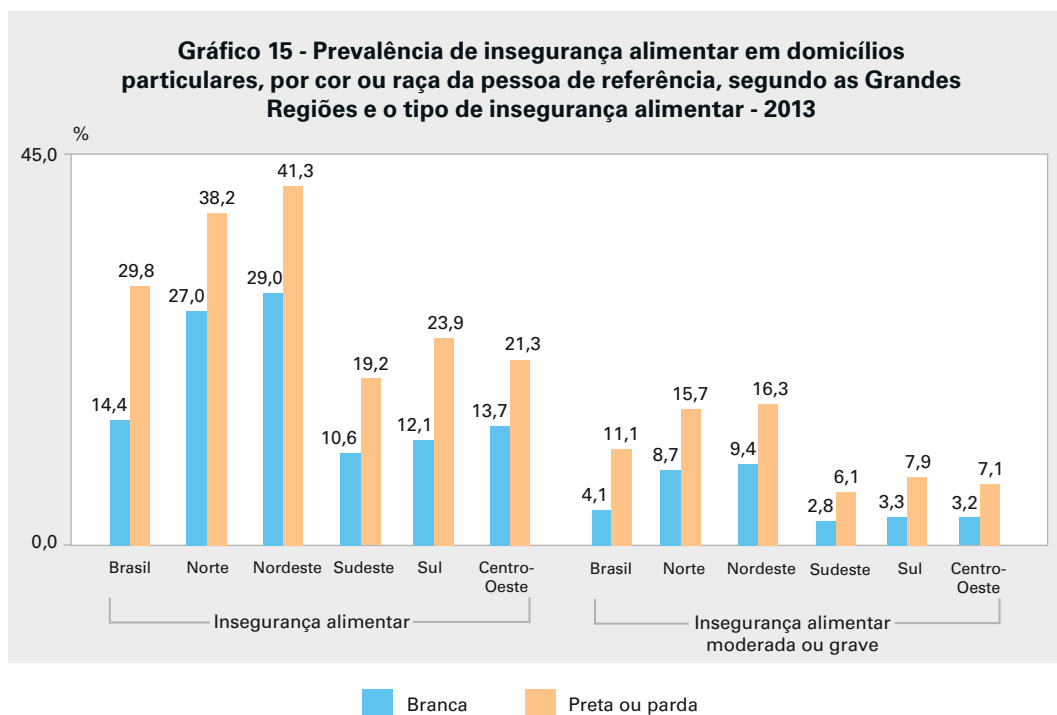
Gráfico 14 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Cor ou raça da pessoa de referência

Os domicílios cuja pessoa de referência era da cor ou raça preta ou parda registraram prevalências de IA maiores em todas as suas dimensões do que para os domicílios com pessoa de referência da cor ou raça branca. Entre os domicílios com pessoa de referência preto ou pardo, 29,8% estava em situação de IA, enquanto para os brancos a prevalência foi de 14,4%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Sexo e cor ou raça dos moradores

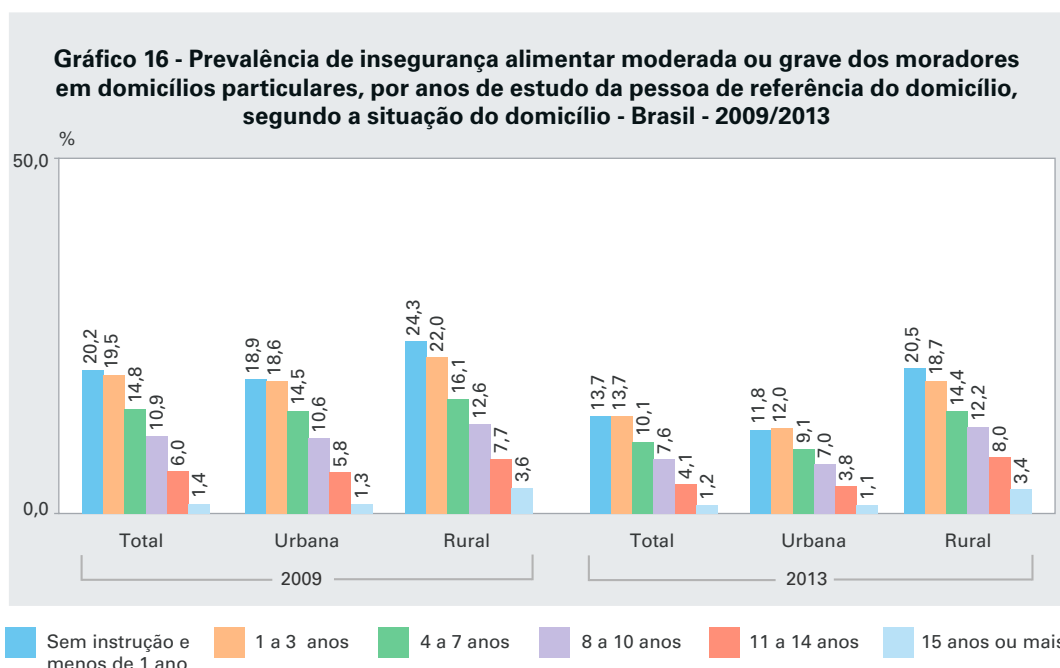
Não foi verificada diferença na proporção de homens e mulheres sujeitos à restrição alimentar. Em 2013, estes percentuais foram estimados em 25,8% dos moradores homens e moradoras mulheres de domicílios particulares. Em termos absolutos, correspondia a 25,3 milhões de homens e 26,8 milhões de mulheres.

A cor ou raça dos moradores tiveram impactos diferenciados na prevalência de IA. Do total de 93,2 milhões de moradores brancos, 17,2% conviviam ao menos com a preocupação de que os alimentos pudessem faltar devido à falta de dinheiro para comprar mais. Para os 106,6 milhões de moradores pretos ou pardos este percentual subia para 33,4%.

Escolaridade dos moradores

Para o Brasil, urbano ou rural, quanto maior o nível de escolaridade dos moradores menor a prevalência de insegurança moderada ou grave. Em 2013, 13,7% dos moradores com 1 a 3 anos de estudo estavam em situação de IA moderada ou grave, para aqueles com 15 anos ou mais de estudo o percentual era de 1,2%. Na área rural as prevalências eram maiores em qualquer nível de escolaridade do que as observadas na área urbana. As Grandes Regiões apresentaram o mesmo comportamento, contudo Nordeste e Norte apresentaram percentuais de moradores em IA moderada e grave mais elevados que as demais regiões, em qualquer nível de escolaridade.

Entre 2009 e 2013, houve redução da IA moderada ou grave em todos os níveis de escolaridade, especialmente entre aqueles com 1 a 3 anos de estudo (19,5%, em 2009).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.

Considerando apenas os 55,5 milhões de moradores de 18 anos ou menos de idade, em domicílios particulares, 79,8% deles frequentavam escola ou creche, e entre os 6,2 milhões que viviam em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, 75,7% frequentavam. Em relação a 2009, embora o percentual que de moradores de menos de 18 anos que frequentava escola ou creche tenha aumentado (78,3%, em 2009) este fato não foi tão significativo para os que viviam em domicílios em situação de IA moderada ou grave (75,3%, em 2009).

Em todas as Grandes Regiões, o percentual de moradores que não frequentava escola ou creche era maior entre aqueles que vivam em domicílios em IA moderada ou grave. Na Região Centro-Oeste a diferença das taxas chegou a 8,0 pontos percentuais.

Características de trabalho

Em 2013, eram 14,3 milhões de moradores de 10 anos ou mais de idade em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, destes 54,7% estavam ocupados. Entre os ocupados, 31,5% estavam em atividades agrícolas. O cenário nas áreas urbano e rural, em relação à atividade, foi diferenciado, no rural 73,7% dos ocupados estavam em atividades agrícolas contra 12,7% na área urbana.

Nos domicílios cuja pessoa de referência estava ocupada, 22,7% estavam em algum nível de IA. Analisando pela posição na ocupação, entre os empregadores a prevalência era a menor (7,0%) e entre os trabalhadores na produção para próprio consumo ou na construção para o próprio uso, 45,8% estava com IA. Entre os trabalhadores domésticos a prevalência de IA também era elevada, 34,2%.

Tabelas de resultados

Tabela 1.1.1 - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo, os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Sexo, grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	População residente (1 000 pessoas)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total (1)	201 467	149 415	52 052	34 483	10 329	7 241
0 a 4 anos	13 249	8 717	4 532	3 027	864	641
5 a 17 anos	42 264	28 221	14 042	9 295	2 656	2 092
18 a 49 anos	97 315	73 523	23 792	16 084	4 625	3 084
50 a 64 anos	30 750	24 213	6 537	4 075	1 470	991
65 anos ou mais	17 889	14 740	3 149	2 003	714	433
Homens	97 894	72 619	25 275	16 582	5 065	3 629
0 a 4 anos	6 790	4 475	2 315	1 547	444	324
5 a 17 anos	21 627	14 418	7 209	4 716	1 369	1 124
18 a 49 anos	47 300	35 931	11 369	7 556	2 268	1 545
50 a 64 anos	14 370	11 391	2 980	1 879	656	444
65 anos ou mais	7 807	6 405	1 402	883	327	191
Mulheres	103 573	76 795	26 777	17 901	5 264	3 612
0 a 4 anos	6 460	4 243	2 217	1 479	420	317
5 a 17 anos	20 637	13 803	6 833	4 578	1 287	968
18 a 49 anos	50 015	37 592	12 423	8 527	2 356	1 539
50 a 64 anos	16 380	12 823	3 557	2 196	814	547
65 anos ou mais	10 082	8 335	1 748	1 120	387	241
Cor ou raça						
Branca	93 202	77 210	15 992	11 526	2 652	1 814
Preta e parda	106 624	71 021	35 603	22 707	7 573	5 322
Amarela ou indígena	1 637	1 179	457	250	104	104
Situação do domicílio						
Urbana	170 786	131 039	39 746	27 030	7 414	5 303
Rural	30 681	18 375	12 306	7 453	2 915	1 938
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2) (3) (4)	201 052	149 065	51 987	34 446	10 320	7 220
Até 1/4 do salário mínimo (3)	17 184	6 301	10 883	5 634	2 699	2 550
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (3)	34 839	19 573	15 267	9 753	3 359	2 154
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (3)	56 785	41 821	14 965	10 849	2 657	1 459
Mais de 1 a 2 salários mínimos (3)	48 116	41 779	6 337	4 988	884	465
Mais de 2 salários mínimos (3)	30 913	29 419	1 494	1 266	142	86
Sem rendimento (3) (5)	2 441	1 463	978	510	213	255

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive a população sem declaração de cor ou raça. (2) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (5) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.1.2 - Distribuição da população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo, os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Sexo, grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição da população residente (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total (1)	100,0	74,2	25,8	17,1	5,1	3,6
0 a 4 anos	100,0	65,8	34,2	22,8	6,5	4,8
5 a 17 anos	100,0	66,8	33,2	22,0	6,3	5,0
18 a 49 anos	100,0	75,6	24,4	16,5	4,8	3,2
50 a 64 anos	100,0	78,7	21,3	13,3	4,8	3,2
65 anos ou mais	100,0	82,4	17,6	11,2	4,0	2,4
Homens	100,0	74,2	25,8	16,9	5,2	3,7
0 a 4 anos	100,0	65,9	34,1	22,8	6,5	4,8
5 a 17 anos	100,0	66,7	33,3	21,8	6,3	5,2
18 a 49 anos	100,0	76,0	24,0	16,0	4,8	3,3
50 a 64 anos	100,0	79,3	20,7	13,1	4,6	3,1
65 anos ou mais	100,0	82,0	18,0	11,3	4,2	2,5
Mulheres	100,0	74,1	25,9	17,3	5,1	3,5
0 a 4 anos	100,0	65,7	34,3	22,9	6,5	4,9
5 a 17 anos	100,0	66,9	33,1	22,2	6,2	4,7
18 a 49 anos	100,0	75,2	24,8	17,1	4,7	3,1
50 a 64 anos	100,0	78,3	21,7	13,4	5,0	3,3
65 anos ou mais	100,0	82,7	17,3	11,1	3,8	2,4
Cor ou raça						
Branca	100,0	82,8	17,2	12,4	2,8	1,9
Preta e parda	100,0	66,6	33,4	21,3	7,1	5,0
Amarela ou indígena	100,0	72,1	27,9	15,3	6,3	6,3
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	76,7	23,3	15,8	4,3	3,1
Rural	100,0	59,9	40,1	24,3	9,5	6,3
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2) (3) (4)	100,0	74,1	25,9	17,1	5,1	3,6
Até 1/4 do salário mínimo (3)	100,0	36,7	63,3	32,8	15,7	14,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (3)	100,0	56,2	43,8	28,0	9,6	6,2
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (3)	100,0	73,6	26,4	19,1	4,7	2,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos (3)	100,0	86,8	13,2	10,4	1,8	1,0
Mais de 2 salários mínimos (3)	100,0	95,2	4,8	4,1	0,5	0,3
Sem rendimento (3) (5)	100,0	59,9	40,1	20,9	8,7	10,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive a população sem declaração de cor ou raça. (2) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (5) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.2.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo, os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Sexo, grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Moradores em domicílios particulares (1 000 moradores)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total (1)	201 364	149 350	52 014	34 469	10 320	7 225
0 a 4 anos	13 244	8 715	4 529	3 026	862	641
5 a 17 anos	42 244	28 211	14 033	9 294	2 654	2 086
18 a 49 anos	97 257	73 486	23 771	16 073	4 621	3 077
50 a 64 anos	30 737	24 204	6 534	4 074	1 470	989
65 anos ou mais	17 881	14 734	3 147	2 003	713	432
Homens	97 843	72 589	25 255	16 576	5 059	3 620
0 a 4 anos	6 786	4 472	2 314	1 547	442	324
5 a 17 anos	21 620	14 414	7 205	4 716	1 367	1 122
18 a 49 anos	47 269	35 912	11 357	7 551	2 267	1 539
50 a 64 anos	14 365	11 387	2 978	1 878	656	443
65 anos ou mais	7 804	6 404	1 400	883	326	191
Mulheres	103 520	76 761	26 759	17 893	5 261	3 605
0 a 4 anos	6 458	4 242	2 215	1 478	420	317
5 a 17 anos	20 625	13 797	6 828	4 578	1 286	964
18 a 49 anos	49 988	37 574	12 414	8 522	2 354	1 538
50 a 64 anos	16 372	12 817	3 556	2 196	814	546
65 anos ou mais	10 078	8 330	1 747	1 120	387	241
Cor ou raça						
Branca	93 150	77 172	15 979	11 521	2 648	1 810
Preta e parda	106 573	70 995	35 578	22 697	7 569	5 312
Amarela ou indígena	1 636	1 178	457	250	104	104
Situação do domicílio						
Urbana	170 688	130 976	39 711	27 019	7 405	5 288
Rural	30 676	18 373	12 303	7 450	2 915	1 938
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2) (3) (4)	200 949	149 001	51 948	34 432	10 311	7 205
Até 1/4 do salário mínimo (3)	17 174	6 301	10 873	5 632	2 699	2 542
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (3)	34 829	19 571	15 259	9 751	3 357	2 151
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (3)	56 764	41 805	14 959	10 846	2 654	1 459
Mais de 1 a 2 salários mínimos (3)	48 081	41 750	6 331	4 983	884	464
Mais de 2 salários mínimos (3)	30 894	29 404	1 490	1 265	142	82
Sem rendimento (3) (5)	2 435	1 463	972	510	209	254

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive a população sem declaração de cor ou raça. (2) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (5) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.2.2 - Distribuição dos moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo, os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Sexo, grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição dos moradores em domicílios particulares (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total (1)	100,0	74,2	25,8	17,1	5,1	3,6
0 a 4 anos	100,0	65,8	34,2	22,8	6,5	4,8
5 a 17 anos	100,0	66,8	33,2	22,0	6,3	4,9
18 a 49 anos	100,0	75,6	24,4	16,5	4,8	3,2
50 a 64 anos	100,0	78,7	21,3	13,3	4,8	3,2
65 anos ou mais	100,0	82,4	17,6	11,2	4,0	2,4
Homens	100,0	74,2	25,8	16,9	5,2	3,7
0 a 4 anos	100,0	65,9	34,1	22,8	6,5	4,8
5 a 17 anos	100,0	66,7	33,3	21,8	6,3	5,2
18 a 49 anos	100,0	76,0	24,0	16,0	4,8	3,3
50 a 64 anos	100,0	79,3	20,7	13,1	4,6	3,1
65 anos ou mais	100,0	82,1	17,9	11,3	4,2	2,4
Mulheres	100,0	74,2	25,8	17,3	5,1	3,5
0 a 4 anos	100,0	65,7	34,3	22,9	6,5	4,9
5 a 17 anos	100,0	66,9	33,1	22,2	6,2	4,7
18 a 49 anos	100,0	75,2	24,8	17,0	4,7	3,1
50 a 64 anos	100,0	78,3	21,7	13,4	5,0	3,3
65 anos ou mais	100,0	82,7	17,3	11,1	3,8	2,4
Cor ou raça						
Branca	100,0	82,8	17,2	12,4	2,8	1,9
Preta e parda	100,0	66,6	33,4	21,3	7,1	5,0
Amarela ou indígena	100,0	72,0	28,0	15,3	6,3	6,3
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	76,7	23,3	15,8	4,3	3,1
Rural	100,0	59,9	40,1	24,3	9,5	6,3
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2) (3) (4)	100,0	74,1	25,9	17,1	5,1	3,6
Até 1/4 do salário mínimo (3)	100,0	36,7	63,3	32,8	15,7	14,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (3)	100,0	56,2	43,8	28,0	9,6	6,2
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (3)	100,0	73,6	26,4	19,1	4,7	2,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos (3)	100,0	86,8	13,2	10,4	1,8	1,0
Mais de 2 salários mínimos (3)	100,0	95,2	4,8	4,1	0,5	0,3
Sem rendimento (3) (5)	100,0	60,1	39,9	20,9	8,6	10,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive a população sem declaração de cor ou raça. (2) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (5) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.3.1 - Domicílios particulares e domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por sexo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar, a situação do domicílio e o número de moradores do domicílio - Brasil - 2013

Situação de segurança alimentar, situação do domicílio e número de moradores do domicílio	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade (1 000 domicílios)		
	Total	Sexo da pessoa de referência do domicílio		Total	Sexo da pessoa de referência do domicílio	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total (1)	65 258	40 581	24 676	32 142	20 506	11 635
Até 3 moradores (1)	42 303	25 073	17 230	12 661	7 382	5 279
4 a 6 moradores (1)	21 220	14 466	6 753	17 782	12 109	5 674
7 moradores ou mais (1)	1 735	1 042	694	1 698	1 015	683
Urbana (1)	55 968	33 319	22 649	27 144	16 552	10 591
Até 3 moradores (1)	36 756	20 844	15 911	10 991	6 139	4 852
4 a 6 moradores (1)	17 913	11 771	6 143	14 884	9 733	5 151
7 moradores ou mais (1)	1 299	704	595	1 268	681	588
Rural (1)	9 290	7 263	2 027	4 998	3 954	1 044
Até 3 moradores (1)	5 547	4 229	1 318	1 670	1 243	427
4 a 6 moradores (1)	3 306	2 696	610	2 898	2 376	522
7 moradores ou mais (1)	436	338	98	430	335	95
Com segurança alimentar	50 524	32 109	18 414	22 896	15 144	7 752
Até 3 moradores	34 260	20 736	13 524	9 515	5 793	3 722
4 a 6 moradores	15 404	10 847	4 557	12 547	8 843	3 704
7 moradores ou mais	859	527	333	834	508	326
Urbana	44 509	27 329	17 180	20 064	12 842	7 222
Até 3 moradores	30 322	17 679	12 643	8 474	4 987	3 488
4 a 6 moradores	13 500	9 254	4 246	10 922	7 476	3 447
7 moradores ou mais	687	396	291	667	380	288
Rural	6 015	4 781	1 234	2 832	2 302	530
Até 3 moradores	3 938	3 057	881	1 040	806	234
4 a 6 moradores	1 905	1 593	312	1 625	1 368	257
7 moradores ou mais	173	131	42	167	128	38
Com insegurança alimentar moderada ou grave	5 091	2 796	2 295	2 713	1 472	1 241
Até 3 moradores	2 967	1 539	1 428	829	352	477
4 a 6 moradores	1 748	1 035	713	1 513	901	612
7 moradores ou mais	377	222	155	371	220	151
Urbana	3 802	1 831	1 971	1 965	912	1 053
Até 3 moradores	2 306	1 063	1 243	644	230	414
4 a 6 moradores	1 252	650	602	1 082	565	517
7 moradores ou mais	244	118	126	239	116	123
Rural	1 290	966	324	748	561	187
Até 3 moradores	661	476	185	185	121	64
4 a 6 moradores	496	385	110	431	336	95
7 moradores ou mais	133	104	29	132	103	29

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve.

Tabela 1.3.2 - Distribuição dos domicílios particulares e domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por sexo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar, a situação do domicílio e o número de moradores do domicílio - Brasil - 2013

Situação de segurança alimentar, situação do domicílio e número de moradores do domicílio	Distribuição dos domicílios particulares (%)			Distribuição dos domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade (%)		
	Total	Sexo da pessoa de referência do domicílio		Total	Sexo da pessoa de referência do domicílio	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores (1)	64,8	61,8	69,8	39,4	36,0	45,4
4 a 6 moradores (1)	32,5	35,6	27,4	55,3	59,0	48,8
7 moradores ou mais (1)	2,7	2,6	2,8	5,3	5,0	5,9
Urbana (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores (1)	65,7	62,6	70,3	40,5	37,1	45,8
4 a 6 moradores (1)	32,0	35,3	27,1	54,8	58,8	48,6
7 moradores ou mais (1)	2,3	2,1	2,6	4,7	4,1	5,6
Rural (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores (1)	59,7	58,2	65,0	33,4	31,4	40,9
4 a 6 moradores (1)	35,6	37,1	30,1	58,0	60,1	50,0
7 moradores ou mais (1)	4,7	4,7	4,8	8,6	8,5	9,1
Com segurança alimentar	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	67,8	64,6	73,4	41,6	38,3	48,0
4 a 6 moradores	30,5	33,8	24,7	54,8	58,4	47,8
7 moradores ou mais	1,7	1,6	1,8	3,6	3,4	4,2
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	68,1	64,7	73,6	42,2	38,8	48,3
4 a 6 moradores	30,3	33,9	24,7	54,4	58,2	47,7
7 moradores ou mais	1,5	1,4	1,7	3,3	3,0	4,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	65,5	63,9	71,4	36,7	35,0	44,2
4 a 6 moradores	31,7	33,3	25,2	57,4	59,4	48,5
7 moradores ou mais	2,9	2,7	3,4	5,9	5,6	7,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	58,3	55,0	62,2	30,6	23,9	38,5
4 a 6 moradores	34,3	37,0	31,1	55,8	61,2	49,3
7 moradores ou mais	7,4	7,9	6,7	13,7	14,9	12,2
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	60,6	58,1	63,1	32,8	25,2	39,3
4 a 6 moradores	32,9	35,5	30,6	55,1	62,0	49,1
7 moradores ou mais	6,4	6,5	6,4	12,2	12,8	11,6
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 3 moradores	51,3	49,3	57,0	24,7	21,7	34,0
4 a 6 moradores	38,4	39,9	34,0	57,6	59,9	50,6
7 moradores ou mais	10,3	10,7	9,0	17,7	18,4	15,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve.

Tabela 1.4.1 - Domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo algumas características - Brasil - 2013

Algumas características	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total	65 130	50 432	14 698	9 627	2 979	2 092
Condição de ocupação						
Próprio	48 428	38 059	10 369	6 838	2 109	1 423
Já quitado	45 116	35 292	9 824	6 439	2 022	1 362
Em aquisição	3 312	2 767	545	398	87	60
Alugado	11 661	8 925	2 736	1 810	521	406
Cedido	4 795	3 302	1 493	927	321	245
Outra	246	147	99	52	28	18
Abastecimento de água						
Rede geral	55 348	43 959	11 389	7 624	2 225	1 539
Outra forma	9 782	6 473	3 309	2 003	754	553
Esgotamento sanitário						
Rede coletora	37 881	31 890	5 991	4 259	1 013	720
Fossa séptica ligada à rede coletora	3 423	2 808	615	394	126	95
Fossa séptica não ligada à rede coletora	8 297	5 852	2 445	1 600	507	339
Fossa rudimentar	12 111	8 132	3 979	2 529	912	538
Outro	1 831	1 156	675	382	154	139
Não tinham	1 588	595	993	463	268	262
Destino do lixo						
Coletado	58 196	46 419	11 776	7 921	2 282	1 573
Outro	6 934	4 013	2 921	1 706	697	519
Material das paredes externas						
Alvenaria	60 500	47 439	13 060	8 763	2 579	1 718
Outro	4 630	2 993	1 638	864	400	374
Banheiro ou sanitário						
Tem	63 542	49 837	13 705	9 164	2 711	1 830
Não tem	1 588	595	993	463	268	262
Existência de:						
Iluminação elétrica	64 849	50 316	14 532	9 564	2 938	2 030
Telefone	60 267	47 489	12 778	8 698	2 493	1 587
Somente móvel celular	35 154	25 309	9 845	6 444	2 061	1 340
Fogão	64 323	49 976	14 347	9 495	2 897	1 955
Filtro de água	34 632	28 347	6 285	4 483	1 119	684
Geladeira	63 315	49 569	13 747	9 227	2 726	1 794
Freezer	11 103	9 691	1 413	1 071	224	117
Máquina de lavar roupa	37 421	32 535	4 886	3 725	706	456
Rádio	49 311	39 400	9 911	6 719	1 925	1 267
Televisão	63 281	49 324	13 957	9 313	2 793	1 850
DVD	46 935	37 417	9 518	6 695	1 783	1 040
Microcomputador	31 834	27 619	4 215	3 389	537	289
Com acesso à Internet	27 623	24 311	3 312	2 705	399	208
Carro	28 453	25 409	3 044	2 465	393	186
Motocicleta	13 377	10 229	3 148	2 282	596	270
Densidade por dormitório						
Até 2 moradores	64 813	50 322	14 491	9 549	2 924	2 018
Acima de 2 moradores	317	110	207	78	55	74

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.4.2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo algumas características - Brasil - 2013

Algumas características	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Condição de ocupação						
Próprio	74,4	75,5	70,6	71,0	70,8	68,0
Já quitado	69,3	70,0	66,8	66,9	67,9	65,1
Em aquisição	5,1	5,5	3,7	4,1	2,9	2,9
Alugado	17,9	17,7	18,6	18,8	17,5	19,4
Cedido	7,4	6,5	10,2	9,6	10,8	11,7
Outra	0,4	0,3	0,7	0,5	0,9	0,9
Abastecimento de água						
Rede geral	85,0	87,2	77,5	79,2	74,7	73,6
Outra forma	15,0	12,8	22,5	20,8	25,3	26,4
Esgotamento sanitário						
Rede coletora	58,2	63,2	40,8	44,2	34,0	34,4
Fossa séptica ligada à rede coletora	5,3	5,6	4,2	4,1	4,2	4,5
Fossa séptica não ligada à rede coletora	12,7	11,6	16,6	16,6	17,0	16,2
Fossa rudimentar	18,6	16,1	27,1	26,3	30,6	25,7
Outro	2,8	2,3	4,6	4,0	5,2	6,6
Não tinham	2,4	1,2	6,8	4,8	9,0	12,5
Destino do lixo						
Coletado	89,4	92,0	80,1	82,3	76,6	75,2
Outro	10,6	8,0	19,9	17,7	23,4	24,8
Material das paredes externas						
Alvenaria	92,9	94,1	88,9	91,0	86,6	82,1
Outro	7,1	5,9	11,1	9,0	13,4	17,9
Banheiro ou sanitário						
Tem	97,6	98,8	93,2	95,2	91,0	87,5
Não tem	2,4	1,2	6,8	4,8	9,0	12,5
Existência de:						
Iluminação elétrica	99,6	99,8	98,9	99,3	98,6	97,1
Telefone	92,5	94,2	86,9	90,4	83,7	75,9
Somente móvel celular	54,0	50,2	67,0	66,9	69,2	64,0
Fogão	98,8	99,1	97,6	98,6	97,2	93,5
Filtro de água	53,2	56,2	42,8	46,6	37,6	32,7
Geladeira	97,2	98,3	93,5	95,8	91,5	85,8
Freezer	17,0	19,2	9,6	11,1	7,5	5,6
Máquina de lavar roupa	57,5	64,5	33,2	38,7	23,7	21,8
Rádio	75,7	78,1	67,4	69,8	64,6	60,6
Televisão	97,2	97,8	95,0	96,7	93,8	88,4
DVD	72,1	74,2	64,8	69,5	59,9	49,7
Microcomputador	48,9	54,8	28,7	35,2	18,0	13,8
Com acesso à Internet	42,4	48,2	22,5	28,1	13,4	10,0
Carro	43,7	50,4	20,7	25,6	13,2	8,9
Motocicleta	20,5	20,3	21,4	23,7	20,0	12,9
Densidade por dormitório						
Até 2 moradores	99,5	99,8	98,6	99,2	98,2	96,5
Acima de 2 moradores	0,5	0,2	1,4	0,8	1,8	3,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.5.1 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			
	Total	Situação de segurança alimentar		
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	
			Total (2)	Moderada ou grave
Total (3)	65 258	50 524	14 734	5 091
Até 1/4 do salário mínimo	3 955	1 498	2 457	1 170
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8 953	5 182	3 771	1 394
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	17 986	13 372	4 615	1 454
Mais de 1 a 2 salários mínimos	17 287	14 968	2 319	579
Mais de 2 salários mínimos	12 702	12 081	621	110
Sem rendimento (4)	1 153	728	426	224
Urbana (3)	55 968	44 509	11 459	3 802
Até 1/4 do salário mínimo	2 325	905	1 420	707
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	6 844	4 014	2 831	1 021
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15 137	11 322	3 814	1 166
Mais de 1 a 2 salários mínimos	15 567	13 542	2 025	500
Mais de 2 salários mínimos	12 108	11 541	568	95
Sem rendimento (4)	990	640	350	176
Rural (3)	9 290	6 015	3 275	1 290
Até 1/4 do salário mínimo	1 630	593	1 037	463
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2 109	1 169	940	373
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2 850	2 049	800	288
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1 720	1 425	294	78
Mais de 2 salários mínimos	594	540	54	15
Sem rendimento (4)	163	88	76	47

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios

Tabela 1.5.2 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Distribuição dos domicílios particulares (%)			
	Total	Situação de segurança alimentar		
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	
			Total (2)	Moderada ou grave
Total (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	6,1	3,0	16,7	23,0
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	13,7	10,3	25,6	27,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,6	26,5	31,3	28,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	26,5	29,6	15,7	11,4
Mais de 2 salários mínimos	19,5	23,9	4,2	2,2
Sem rendimento (4)	1,8	1,4	2,9	4,4
Urbana (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	4,2	2,0	12,4	18,6
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	12,2	9,0	24,7	26,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,0	25,4	33,3	30,7
Mais de 1 a 2 salários mínimos	27,8	30,4	17,7	13,2
Mais de 2 salários mínimos	21,6	25,9	5,0	2,5
Sem rendimento (4)	1,8	1,4	3,1	4,6
Rural (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	17,5	9,9	31,7	35,9
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	22,7	19,4	28,7	28,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	30,7	34,1	24,4	22,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18,5	23,7	9,0	6,1
Mais de 2 salários mínimos	6,4	9,0	1,6	1,2
Sem rendimento (4)	1,8	1,5	2,3	3,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios

Tabela 1.6.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Moradores em domicílios particulares (1 000 moradores)			
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio		
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	
			Total (2)	Moderada ou grave
Total (3)	200 949	149 001	51 948	17 516
Até 1/4 do salário mínimo	17 174	6 301	10 873	5 241
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	34 829	19 571	15 259	5 508
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	56 764	41 805	14 959	4 113
Mais de 1 a 2 salários mínimos	48 081	41 750	6 331	1 348
Mais de 2 salários mínimos	30 894	29 404	1 490	224
Sem rendimento (4)	2 435	1 463	972	463
Urbana (3)	170 291	130 639	39 652	12 667
Até 1/4 do salário mínimo	9 932	3 771	6 161	3 085
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	26 602	15 168	11 434	4 019
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	48 483	35 948	12 535	3 334
Mais de 1 a 2 salários mínimos	43 740	38 152	5 588	1 161
Mais de 2 salários mínimos	29 502	28 126	1 376	200
Sem rendimento (4)	2 071	1 278	792	350
Rural (3)	30 658	18 362	12 296	4 849
Até 1/4 do salário mínimo	7 242	2 529	4 712	2 156
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8 227	4 403	3 824	1 489
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	8 281	5 857	2 424	779
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4 341	3 598	743	187
Mais de 2 salários mínimos	1 392	1 279	114	25
Sem rendimento (4)	365	185	180	112

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios

Tabela 1.6.2 - Distribuição dos moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Distribuição dos moradores em domicílios particulares (%)			
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio		
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	
			Total (2)	Moderada ou grave
Total (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	8,5	4,2	20,9	29,9
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	17,3	13,1	29,4	31,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,2	28,1	28,8	23,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23,9	28,0	12,2	7,7
Mais de 2 salários mínimos	15,4	19,7	2,9	1,3
Sem rendimento (4)	1,2	1,0	1,9	2,6
Urbana (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	5,8	2,9	15,5	24,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	15,6	11,6	28,8	31,7
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,5	27,5	31,6	26,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	25,7	29,2	14,1	9,2
Mais de 2 salários mínimos	17,3	21,5	3,5	1,6
Sem rendimento (4)	1,2	1,0	2,0	2,8
Rural (3)	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 do salário mínimo	23,6	13,8	38,3	44,5
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	26,8	24,0	31,1	30,7
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,0	31,9	19,7	16,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	14,2	19,6	6,0	3,9
Mais de 2 salários mínimos	4,5	7,0	0,9	0,5
Sem rendimento (4)	1,2	1,0	1,5	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios

Tabela 1.7.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

(continua)

Grandes Regiões e sexo da pessoa de referência	Domicílios particulares com insegurança alimentar (1 000 domicílios)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Total							
Brasil	14 734	2 457	3 771	4 615	2 319	621	426
Homem	8 472	1 469	2 186	2 627	1 312	373	218
Mulher	6 262	988	1 585	1 987	1 007	248	208
Norte	1 720	326	538	491	211	66	45
Homem	1 030	201	317	296	126	41	27
Mulher	690	125	221	195	86	25	18
Nordeste	6 508	1 596	1 932	1 876	637	137	156
Homem	3 892	996	1 163	1 087	378	89	76
Mulher	2 616	600	769	789	259	48	80
Sudeste	4 108	367	814	1 419	887	246	155
Homem	2 242	190	450	785	487	141	74
Mulher	1 866	177	364	634	400	105	80
Sul	1 489	105	286	501	390	113	37
Homem	790	54	148	270	209	60	19
Mulher	699	51	138	231	181	53	17
Centro-Oeste	908	63	200	328	194	59	33
Homem	518	28	107	189	112	41	21
Mulher	391	35	93	139	82	18	13
Leve							
Brasil	9 643	1 287	2 377	3 161	1 740	512	202
Homem	5 676	799	1 403	1 845	1 017	312	99
Mulher	3 967	489	974	1 316	723	199	102
Norte	1 031	145	303	329	152	54	23
Homem	633	93	180	204	94	34	14
Mulher	399	52	123	126	58	20	9
Nordeste	4 038	842	1 210	1 233	456	111	68
Homem	2 481	551	746	727	283	74	30
Mulher	1 557	291	465	506	173	37	38
Sudeste	2 886	205	547	1 013	680	207	76
Homem	1 627	108	313	580	389	122	35
Mulher	1 259	96	235	433	292	85	41
Sul	1 053	60	183	357	301	92	20
Homem	566	31	95	198	162	48	11
Mulher	487	30	88	159	139	45	9
Centro-Oeste	634	35	134	229	152	47	14
Homem	369	16	70	136	89	34	9
Mulher	265	19	64	93	62	13	5

Tabela 1.7.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e sexo da pessoa de referência	Domicílios particulares com insegurança alimentar (1 000 domicílios)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Moderada							
Brasil	2 985	614	838	909	369	67	94
Homem	1 656	366	474	484	192	39	46
Mulher	1 329	247	364	426	176	28	48
Norte	369	80	132	92	39	8	9
Homem	213	51	77	50	21	4	4
Mulher	156	29	55	42	18	3	4
Nordeste	1 520	419	470	430	118	17	34
Homem	881	258	273	242	64	9	16
Mulher	640	162	197	188	54	8	18
Sudeste	687	83	144	242	126	18	34
Homem	344	41	78	120	58	9	15
Mulher	343	42	66	122	68	8	19
Sul	248	20	56	83	58	14	7
Homem	130	11	26	39	33	11	4
Mulher	119	9	30	43	25	4	3
Centro-Oeste	161	11	37	62	27	10	10
Homem	89	5	21	33	17	5	6
Mulher	71	6	16	29	11	5	3
Grave							
Brasil	2 107	556	556	545	210	43	130
Homem	1 141	304	309	299	103	22	72
Mulher	966	252	247	246	107	21	58
Norte	321	101	104	70	21	4	13
Homem	185	57	61	43	11	3	8
Mulher	136	44	43	27	9	2	5
Nordeste	949	334	252	213	64	9	54
Homem	530	187	145	118	31	6	30
Mulher	419	147	107	95	32	3	24
Sudeste	535	80	123	164	81	21	44
Homem	271	41	59	85	41	10	24
Mulher	264	39	64	79	40	12	20
Sul	188	24	48	61	31	6	9
Homem	95	12	27	33	14	2	4
Mulher	93	13	20	28	16	4	5
Centro-Oeste	114	17	30	38	15	2	9
Homem	59	7	17	21	6	2	5
Mulher	55	10	13	17	9	0	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.7.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

(continua)

Grandes Regiões e sexo da pessoa de referência	Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares (%)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Total							
Brasil	22,6	62,1	42,1	25,7	13,4	4,9	36,9
Homem	20,9	61,6	40,3	24,1	11,9	4,5	36,5
Mulher	25,4	62,9	44,8	28,1	16,0	5,6	37,3
Norte	36,1	62,4	51,1	34,8	22,0	11,6	40,8
Homem	34,3	60,0	49,1	33,0	20,4	11,1	44,0
Mulher	39,1	66,8	54,3	37,9	24,9	12,7	36,9
Nordeste	38,1	66,2	49,8	34,7	21,9	8,9	48,8
Homem	37,2	65,8	48,7	33,7	21,1	8,9	44,9
Mulher	39,4	66,9	51,7	36,1	23,1	8,8	53,2
Sudeste	14,5	52,7	30,0	19,4	10,4	3,6	30,8
Homem	12,7	51,0	27,7	17,9	8,9	3,2	30,8
Mulher	17,5	54,6	33,4	21,6	13,0	4,5	30,9
Sul	14,9	51,9	37,3	20,4	11,3	4,4	29,3
Homem	12,5	49,7	32,1	17,6	9,5	3,7	27,3
Mulher	18,9	54,4	45,3	25,2	14,6	5,6	32,0
Centro-Oeste	18,2	50,7	37,1	23,3	13,7	5,0	34,5
Homem	16,6	50,4	36,4	21,4	12,5	5,2	39,4
Mulher	20,7	50,9	37,9	26,6	15,8	4,5	28,6
Leve							
Brasil	14,8	32,6	26,5	17,6	10,1	4,0	17,5
Homem	14,0	33,5	25,9	16,9	9,2	3,8	16,7
Mulher	16,1	31,1	27,6	18,6	11,5	4,5	18,4
Norte	21,6	27,8	28,8	23,3	15,8	9,5	20,9
Homem	21,1	27,8	27,8	22,7	15,2	9,2	23,4
Mulher	22,6	28,0	30,2	24,5	16,8	10,2	18,0
Nordeste	23,6	35,0	31,2	22,8	15,6	7,2	21,3
Homem	23,7	36,4	31,2	22,6	15,7	7,4	17,5
Mulher	23,5	32,5	31,2	23,1	15,4	6,8	25,6
Sudeste	10,2	29,4	20,2	13,9	7,9	3,0	15,2
Homem	9,2	29,1	19,2	13,2	7,1	2,7	14,5
Mulher	11,8	29,7	21,5	14,8	9,5	3,6	15,9
Sul	10,5	29,8	23,8	14,6	8,8	3,6	16,0
Homem	9,0	28,4	20,5	12,9	7,4	2,9	15,9
Mulher	13,2	31,3	28,8	17,3	11,3	4,8	16,2
Centro-Oeste	12,7	28,2	24,8	16,3	10,7	4,0	14,8
Homem	11,9	27,9	23,7	15,4	10,0	4,3	17,3
Mulher	14,0	28,4	26,1	17,7	12,1	3,2	11,9

Tabela 1.7.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2013

(conclusão)							
Grandes Regiões e sexo da pessoa de referência	Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares (%)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Moderada							
Brasil	4,6	15,5	9,4	5,1	2,1	0,5	8,1
Homem	4,1	15,4	8,8	4,4	1,7	0,5	7,8
Mulher	5,4	15,7	10,3	6,0	2,8	0,6	8,6
Norte	7,7	15,3	12,5	6,5	4,1	1,3	7,7
Homem	7,1	15,2	11,9	5,6	3,4	1,2	7,4
Mulher	8,8	15,5	13,5	8,2	5,3	1,6	8,1
Nordeste	8,9	17,4	12,1	8,0	4,1	1,1	10,7
Homem	8,4	17,0	11,4	7,5	3,6	0,9	9,7
Mulher	9,6	18,0	13,3	8,6	4,8	1,5	11,9
Sudeste	2,4	11,9	5,3	3,3	1,5	0,3	6,8
Homem	1,9	11,0	4,8	2,7	1,1	0,2	6,2
Mulher	3,2	12,9	6,0	4,2	2,2	0,3	7,4
Sul	2,5	10,1	7,3	3,4	1,7	0,6	5,9
Homem	2,1	10,6	5,6	2,6	1,5	0,7	5,5
Mulher	3,2	9,5	9,9	4,7	2,0	0,4	6,3
Centro-Oeste	3,2	9,0	6,8	4,4	1,9	0,8	10,0
Homem	2,9	9,8	7,0	3,7	1,9	0,7	12,3
Mulher	3,8	8,3	6,5	5,6	2,1	1,1	7,3
Grave							
Brasil	3,2	14,1	6,2	3,0	1,2	0,3	11,3
Homem	2,8	12,7	5,7	2,7	0,9	0,3	12,1
Mulher	3,9	16,1	7,0	3,5	1,7	0,5	10,4
Norte	6,7	19,3	9,8	4,9	2,1	0,8	12,1
Homem	6,2	17,0	9,4	4,7	1,8	0,7	13,2
Mulher	7,7	23,4	10,6	5,3	2,7	1,0	10,8
Nordeste	5,6	13,9	6,5	3,9	2,2	0,6	16,8
Homem	5,1	12,4	6,1	3,7	1,7	0,6	17,8
Mulher	6,3	16,4	7,2	4,3	2,9	0,5	15,7
Sudeste	1,9	11,5	4,5	2,2	0,9	0,3	8,8
Homem	1,5	11,0	3,6	1,9	0,7	0,2	10,1
Mulher	2,5	12,0	5,9	2,7	1,3	0,5	7,6
Sul	1,9	12,1	6,2	2,5	0,9	0,2	7,4
Homem	1,5	10,7	5,9	2,1	0,6	0,1	5,9
Mulher	2,5	13,6	6,7	3,1	1,3	0,5	9,5
Centro-Oeste	2,3	13,5	5,5	2,7	1,0	0,2	9,6
Homem	1,9	12,7	5,7	2,3	0,7	0,2	9,8
Mulher	2,9	14,2	5,3	3,3	1,7	0,1	9,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.8.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

(continua)

Grandes Regiões e cor ou raça da pessoa de referência	Domicílios particulares com insegurança alimentar (1 000 domicílios)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Total							
Brasil (3)	14 734	2 457	3 771	4 615	2 319	621	426
Branca	4 393	527	928	1 389	930	315	121
Preta ou parda	10 198	1 900	2 807	3 186	1 366	301	297
Norte (3)	1 720	326	538	491	211	66	45
Branca	269	34	73	84	43	19	7
Preta ou parda	1 412	279	452	398	166	47	35
Nordeste (3)	6 508	1 596	1 932	1 876	637	137	156
Branca	1 314	304	366	384	155	33	31
Preta ou parda	5 140	1 283	1 549	1 477	476	103	122
Sudeste (3)	4 108	367	814	1 419	887	246	155
Branca	1 622	116	280	525	407	152	53
Preta ou parda	2 458	248	531	884	471	91	101
Sul (3)	1 489	105	286	501	390	113	37
Branca	915	58	160	294	264	83	23
Preta ou parda	558	43	125	201	123	30	13
Centro-Oeste (3)	908	63	200	328	194	59	33
Branca	273	14	49	100	62	29	7
Preta ou parda	630	47	150	226	131	30	26
Leve							
Brasil (3)	9 643	1 287	2 377	3 161	1 740	512	202
Branca	3 138	309	631	1 010	721	265	64
Preta ou parda	6 422	964	1 726	2 127	1 002	245	134
Norte (3)	1 031	145	303	329	152	54	23
Branca	182	18	46	60	33	17	4
Preta ou parda	831	122	253	265	118	37	18
Nordeste (3)	4 038	842	1 210	1 233	456	111	68
Branca	888	182	245	273	117	27	16
Preta ou parda	3 118	656	954	952	333	83	51
Sudeste (3)	2 886	205	547	1 013	680	207	76
Branca	1 190	68	197	388	311	128	27
Preta ou parda	1 678	136	348	619	361	79	48
Sul (3)	1 053	60	183	357	301	92	20
Branca	669	35	106	213	207	67	15
Preta ou parda	374	23	75	140	92	25	5
Centro-Oeste (3)	634	35	134	229	152	47	14
Branca	209	6	37	76	53	26	2
Preta ou parda	421	28	96	151	97	21	12

Tabela 1.8.1 - Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

(conclusão)								
Grandes Regiões e cor ou raça da pessoa de referência	Domicílios particulares com insegurança alimentar (1 000 domicílios)							
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>						
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)	
Moderada								
Brasil (3)	2 985	614	838	909	369	67	94	
Branca	737	120	170	233	133	28	27	
Preta ou parda	2 214	486	659	664	232	37	66	
Norte (3)	369	80	132	92	39	8	9	
Branca	46	9	14	13	6	1	1	
Preta ou parda	312	68	113	77	32	7	7	
Nordeste (3)	1 520	419	470	430	118	17	34	
Branca	269	68	78	78	27	3	8	
Preta ou parda	1 241	350	389	347	90	14	26	
Sudeste (3)	687	83	144	242	126	18	34	
Branca	242	28	42	81	57	11	10	
Preta ou parda	437	53	102	157	69	5	24	
Sul (3)	248	20	56	83	58	14	7	
Branca	142	11	31	46	36	10	5	
Preta ou parda	103	8	25	36	21	5	2	
Centro-Oeste (3)	161	11	37	62	27	10	10	
Branca	39	4	7	14	7	3	2	
Preta ou parda	120	7	30	47	20	7	8	
Grave								
Brasil (3)	2 107	556	556	545	210	43	130	
Branca	519	98	127	146	76	22	30	
Preta ou parda	1 562	449	423	395	132	19	97	
Norte (3)	321	101	104	70	21	4	13	
Branca	41	8	14	11	4	1	2	
Preta ou parda	269	89	86	57	16	4	11	
Nordeste (3)	949	334	252	213	64	9	54	
Branca	158	53	43	34	11	3	7	
Preta ou parda	781	276	207	177	52	6	45	
Sudeste (3)	535	80	123	164	81	21	44	
Branca	190	21	42	56	39	13	15	
Preta ou parda	342	59	81	108	41	7	29	
Sul (3)	188	24	48	61	31	6	9	
Branca	105	12	23	35	21	6	3	
Preta ou parda	81	12	24	26	10	1	6	
Centro-Oeste (3)	114	17	30	38	15	2	9	
Branca	25	4	5	10	2	-	3	
Preta ou parda	89	13	24	27	13	2	7	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de cor ou raça da pessoa de referência ou cuja declaração era amarela ou indígena.

Tabela 1.8.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

(continua)

Grandes Regiões e cor ou raça da pessoa de referência	Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares (%)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Total							
Brasil (3)	22,6	62,1	42,1	25,7	13,4	4,9	36,9
Branca	14,4	56,0	33,8	19,5	10,4	3,7	27,0
Preta ou parda	29,8	64,0	45,7	29,7	16,6	7,4	42,9
Norte (3)	36,1	62,4	51,1	34,8	22,0	11,6	40,8
Branca	27,0	57,8	44,5	31,0	17,6	9,5	29,1
Preta ou parda	38,2	62,9	52,0	35,5	23,5	12,9	43,1
Nordeste (3)	38,1	66,2	49,8	34,7	21,9	8,9	48,8
Branca	29,0	61,9	42,3	28,5	17,6	5,0	40,3
Preta ou parda	41,3	67,4	51,9	36,8	23,6	11,8	51,1
Sudeste (3)	14,5	52,7	30,0	19,4	10,4	3,6	30,8
Branca	10,6	49,1	26,1	15,9	8,8	3,2	23,2
Preta ou parda	19,2	54,4	32,6	22,4	12,1	4,7	37,1
Sul (3)	14,9	51,9	37,3	20,4	11,3	4,4	29,3
Branca	12,1	47,7	32,9	17,3	10,0	3,7	25,4
Preta ou parda	23,9	57,0	45,1	27,4	16,0	8,4	39,0
Centro-Oeste (3)	18,2	50,7	37,1	23,3	13,7	5,0	34,5
Branca	13,7	45,9	31,4	20,8	11,3	4,6	24,1
Preta ou parda	21,3	51,9	39,4	24,6	15,4	5,5	39,2
Leve							
Brasil (3)	14,8	32,6	26,5	17,6	10,1	4,0	17,5
Branca	10,3	32,9	23,0	14,2	8,1	3,1	14,2
Preta ou parda	18,8	32,5	28,1	19,8	12,2	6,0	19,3
Norte (3)	21,6	27,8	28,8	23,3	15,8	9,5	20,9
Branca	18,3	29,8	27,7	22,2	13,5	8,7	16,4
Preta ou parda	22,5	27,5	29,1	23,6	16,7	10,1	21,5
Nordeste (3)	23,6	35,0	31,2	22,8	15,6	7,2	21,3
Branca	19,6	37,1	28,4	20,2	13,3	4,1	20,1
Preta ou parda	25,1	34,5	32,0	23,7	16,6	9,4	21,3
Sudeste (3)	10,2	29,4	20,2	13,9	7,9	3,0	15,2
Branca	7,8	28,8	18,4	11,7	6,7	2,7	11,9
Preta ou parda	13,1	29,8	21,3	15,7	9,3	4,1	17,7
Sul (3)	10,5	29,8	23,8	14,6	8,8	3,6	16,0
Branca	8,8	28,7	21,8	12,5	7,8	3,0	16,3
Preta ou parda	16,0	30,9	27,1	19,1	12,0	6,9	16,0
Centro-Oeste (3)	12,7	28,2	24,8	16,3	10,7	4,0	14,8
Branca	10,5	19,5	23,9	15,7	9,7	4,1	8,0
Preta ou parda	14,2	30,3	25,1	16,5	11,5	3,9	17,9

Tabela 1.8.2 - Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões e a cor ou raça da pessoa de referência - 2013

(conclusão)							
Grandes Regiões e cor ou raça da pessoa de referência	Prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares (%)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Moderada							
Brasil (3)	4,6	15,5	9,4	5,1	2,1	0,5	8,1
Branca	2,4	12,8	6,2	3,3	1,5	0,3	6,0
Preta ou parda	6,5	16,4	10,7	6,2	2,8	0,9	9,6
Norte (3)	7,7	15,3	12,5	6,5	4,1	1,3	7,7
Branca	4,6	14,7	8,2	4,8	2,6	0,5	4,6
Preta ou parda	8,4	15,4	13,0	6,8	4,6	1,8	8,7
Nordeste (3)	8,9	17,4	12,1	8,0	4,1	1,1	10,7
Branca	5,9	13,9	9,0	5,8	3,1	0,5	10,7
Preta ou parda	10,0	18,4	13,0	8,7	4,5	1,6	10,8
Sudeste (3)	2,4	11,9	5,3	3,3	1,5	0,3	6,8
Branca	1,6	11,6	3,9	2,5	1,2	0,2	4,5
Preta ou parda	3,4	11,7	6,3	4,0	1,8	0,3	8,9
Sul (3)	2,5	10,1	7,3	3,4	1,7	0,6	5,9
Branca	1,9	9,0	6,3	2,7	1,4	0,4	5,9
Preta ou parda	4,4	10,7	9,2	4,9	2,7	1,3	5,9
Centro-Oeste (3)	3,2	9,0	6,8	4,4	1,9	0,8	10,0
Branca	2,0	14,3	4,4	2,9	1,2	0,5	7,4
Preta ou parda	4,1	7,3	7,8	5,1	2,4	1,2	11,3
Grave							
Brasil (3)	3,2	14,1	6,2	3,0	1,2	0,3	11,3
Branca	1,7	10,4	4,6	2,0	0,9	0,3	6,7
Preta ou parda	4,6	15,1	6,9	3,7	1,6	0,5	14,0
Norte (3)	6,7	19,3	9,8	4,9	2,1	0,8	12,1
Branca	4,1	13,3	8,5	4,0	1,5	0,3	8,1
Preta ou parda	7,3	20,1	9,9	5,1	2,3	1,1	12,9
Nordeste (3)	5,6	13,9	6,5	3,9	2,2	0,6	16,8
Branca	3,5	10,9	4,9	2,5	1,2	0,4	9,5
Preta ou parda	6,3	14,5	6,9	4,4	2,6	0,7	18,9
Sudeste (3)	1,9	11,5	4,5	2,2	0,9	0,3	8,8
Branca	1,2	8,7	3,9	1,7	0,8	0,3	6,8
Preta ou parda	2,7	12,9	5,0	2,7	1,1	0,3	10,6
Sul (3)	1,9	12,1	6,2	2,5	0,9	0,2	7,4
Branca	1,4	10,0	4,8	2,1	0,8	0,3	3,2
Preta ou parda	3,5	15,4	8,8	3,5	1,3	0,2	17,0
Centro-Oeste (3)	2,3	13,5	5,5	2,7	1,0	0,2	9,6
Branca	1,2	12,1	3,2	2,2	0,3	-	8,7
Preta ou parda	3,0	14,3	6,4	3,0	1,5	0,4	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de cor ou raça da pessoa de referência ou cuja declaração era amarela ou indígena.

Tabela 1.9.1 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	65 258	50 524	14 734	9 643	2 985	2 107
Situação do domicílio						
Urbana	55 968	44 509	11 459	7 658	2 207	1 595
Rural	9 290	6 015	3 275	1 985	778	512
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	4 769	3 049	1 720	1 031	369	321
Rondônia	553	434	120	95	15	9
Acre	219	151	68	30	13	25
Amazonas	967	552	415	262	75	78
Roraima	148	99	48	31	9	8
Pará	2 230	1 387	843	452	215	176
Amapá	195	140	54	34	12	8
Tocantins	458	286	172	126	30	16
Nordeste	17 096	10 588	6 508	4 038	1 520	949
Maranhão	1 845	722	1 123	685	257	181
Piauí	930	413	517	341	118	59
Ceará	2 665	1 719	946	614	196	136
Rio Grande do Norte	1 034	698	336	200	83	53
Paraíba	1 214	771	443	286	117	41
Pernambuco	2 920	2 163	757	519	153	85
Alagoas	968	633	335	198	85	53
Sergipe	692	466	226	141	59	26
Bahia	4 828	3 004	1 823	1 055	452	317
Sudeste	28 396	24 288	4 108	2 886	687	535
Minas Gerais	6 820	5 564	1 256	903	223	130
Espírito Santo	1 310	1 173	137	86	23	27
Rio de Janeiro	5 776	4 746	1 031	739	167	125
São Paulo	14 490	12 805	1 685	1 159	273	253
Sul	9 997	8 507	1 489	1 053	248	188
Paraná	3 735	3 133	602	435	93	74
Santa Catarina	2 279	2 026	254	172	43	39
Rio Grande do Sul	3 982	3 349	633	446	112	75
Centro-Oeste	5 000	4 092	908	634	161	114
Mato Grosso do Sul	866	709	158	110	27	20
Mato Grosso	1 076	868	209	146	40	23
Goiás	2 155	1 732	423	290	76	57
Distrito Federal	902	783	120	88	18	14

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.9.2 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	100,0	77,4	22,6	14,8	4,6	3,2
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	79,5	20,5	13,7	3,9	2,8
Rural	100,0	64,7	35,3	21,4	8,4	5,5
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	100,0	63,9	36,1	21,6	7,7	6,7
Rondônia	100,0	78,4	21,6	17,2	2,7	1,7
Acre	100,0	68,8	31,2	13,9	6,1	11,2
Amazonas	100,0	57,1	42,9	27,1	7,7	8,1
Roraima	100,0	67,3	32,7	21,3	6,0	5,4
Pará	100,0	62,2	37,8	20,3	9,7	7,9
Amapá	100,0	72,1	27,9	17,6	5,9	4,3
Tocantins	100,0	62,4	37,6	27,5	6,6	3,5
Nordeste	100,0	61,9	38,1	23,6	8,9	5,6
Maranhão	100,0	39,1	60,9	37,1	13,9	9,8
Piauí	100,0	44,4	55,6	36,6	12,7	6,3
Ceará	100,0	64,5	35,5	23,0	7,4	5,1
Rio Grande do Norte	100,0	67,5	32,5	19,4	8,1	5,1
Paraíba	100,0	63,5	36,5	23,5	9,7	3,3
Pernambuco	100,0	74,1	25,9	17,8	5,2	2,9
Alagoas	100,0	65,4	34,6	20,5	8,8	5,4
Sergipe	100,0	67,3	32,7	20,4	8,6	3,8
Bahia	100,0	62,2	37,8	21,8	9,4	6,6
Sudeste	100,0	85,5	14,5	10,2	2,4	1,9
Minas Gerais	100,0	81,6	18,4	13,2	3,3	1,9
Espírito Santo	100,0	89,6	10,4	6,6	1,8	2,0
Rio de Janeiro	100,0	82,2	17,8	12,8	2,9	2,2
São Paulo	100,0	88,4	11,6	8,0	1,9	1,7
Sul	100,0	85,1	14,9	10,5	2,5	1,9
Paraná	100,0	83,9	16,1	11,7	2,5	2,0
Santa Catarina	100,0	88,9	11,1	7,5	1,9	1,7
Rio Grande do Sul	100,0	84,1	15,9	11,2	2,8	1,9
Centro-Oeste	100,0	81,8	18,2	12,7	3,2	2,3
Mato Grosso do Sul	100,0	81,8	18,2	12,7	3,2	2,3
Mato Grosso	100,0	80,6	19,4	13,5	3,7	2,2
Goiás	100,0	80,4	19,6	13,5	3,5	2,7
Distrito Federal	100,0	86,7	13,3	9,7	2,0	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.10.1 - Domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade (1 000 domicílios)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	33 116	27 628	5 489	3 110	1 385	993
Situação do domicílio						
Urbana	28 824	24 445	4 380	2 543	1 057	780
Rural	4 292	3 183	1 109	567	328	214
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	1 869	1 368	501	265	119	117
Rondônia	252	208	44	32	8	4
Acre	81	65	16	5	5	5
Amazonas	326	223	103	58	20	25
Roraima	62	46	16	7	4	4
Pará	880	631	249	119	62	69
Amapá	70	55	16	8	6	2
Tocantins	198	140	59	36	14	8
Nordeste	7 723	5 457	2 265	1 171	667	427
Maranhão	664	326	338	177	88	73
Piauí	402	218	184	97	59	28
Ceará	1 213	889	324	184	86	54
Rio Grande do Norte	483	360	123	56	35	32
Paraíba	562	402	161	78	62	21
Pernambuco	1 413	1 136	277	161	74	42
Alagoas	393	286	107	45	40	21
Sergipe	312	230	82	44	23	14
Bahia	2 280	1 611	669	329	200	141
Sudeste	15 483	13 780	1 704	1 059	359	286
Minas Gerais	3 606	3 087	518	325	111	82
Espírito Santo	699	651	49	25	10	14
Rio de Janeiro	3 302	2 838	463	306	93	65
São Paulo	7 877	7 204	673	403	145	125
Sul	5 476	4 833	643	396	148	100
Paraná	1 969	1 710	259	164	56	39
Santa Catarina	1 233	1 124	109	63	27	20
Rio Grande do Sul	2 274	1 999	275	169	65	41
Centro-Oeste	2 565	2 190	375	219	93	64
Mato Grosso do Sul	441	372	70	44	16	9
Mato Grosso	544	453	91	51	25	15
Goiás	1 124	948	176	100	44	32
Distrito Federal	456	417	39	24	8	7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.10.2 - Distribuição dos domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição dos domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	100,0	83,4	16,6	9,4	4,2	3,0
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	84,8	15,2	8,8	3,7	2,7
Rural	100,0	74,2	25,8	13,2	7,6	5,0
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	100,0	73,2	26,8	14,2	6,3	6,3
Rondônia	100,0	82,5	17,5	12,8	3,0	1,6
Acre	100,0	80,6	19,4	6,7	6,5	6,3
Amazonas	100,0	68,5	31,5	17,7	6,1	7,8
Roraima	100,0	74,8	25,2	11,7	7,2	6,3
Pará	100,0	71,7	28,3	13,5	7,0	7,8
Amapá	100,0	77,8	22,2	11,3	8,4	2,5
Tocantins	100,0	70,5	29,5	18,3	7,1	4,2
Nordeste	100,0	70,7	29,3	15,2	8,6	5,5
Maranhão	100,0	49,1	50,9	26,6	13,3	11,0
Piauí	100,0	54,2	45,8	24,2	14,6	6,9
Ceará	100,0	73,3	26,7	15,1	7,1	4,5
Rio Grande do Norte	100,0	74,4	25,6	11,6	7,3	6,6
Paraíba	100,0	71,4	28,6	13,9	11,0	3,7
Pernambuco	100,0	80,4	19,6	11,4	5,2	3,0
Alagoas	100,0	72,9	27,1	11,6	10,2	5,4
Sergipe	100,0	73,8	26,2	14,2	7,4	4,6
Bahia	100,0	70,6	29,4	14,4	8,8	6,2
Sudeste	100,0	89,0	11,0	6,8	2,3	1,8
Minas Gerais	100,0	85,6	14,4	9,0	3,1	2,3
Espírito Santo	100,0	93,1	6,9	3,6	1,4	2,0
Rio de Janeiro	100,0	86,0	14,0	9,3	2,8	2,0
São Paulo	100,0	91,5	8,5	5,1	1,8	1,6
Sul	100,0	88,3	11,7	7,2	2,7	1,8
Paraná	100,0	86,8	13,2	8,3	2,8	2,0
Santa Catarina	100,0	91,2	8,8	5,1	2,2	1,6
Rio Grande do Sul	100,0	87,9	12,1	7,4	2,9	1,8
Centro-Oeste	100,0	85,4	14,6	8,5	3,6	2,5
Mato Grosso do Sul	100,0	84,2	15,8	10,0	3,7	2,0
Mato Grosso	100,0	83,3	16,7	9,4	4,5	2,8
Goiás	100,0	84,4	15,6	8,9	3,9	2,9
Distrito Federal	100,0	91,5	8,5	5,2	1,7	1,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.11.1 - Domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade (1 000 domicílios)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	32 142	22 896	9 246	6 533	1 600	1 113
Situação do domicílio						
Urbana	27 144	20 064	7 079	5 114	1 150	815
Rural	4 998	2 832	2 166	1 418	450	298
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	2 900	1 681	1 219	766	250	203
Rondônia	301	225	75	63	7	5
Acre	138	86	53	25	8	20
Amazonas	641	329	312	205	55	53
Roraima	86	53	33	24	4	4
Pará	1 350	756	594	333	154	107
Amapá	124	86	39	26	6	7
Tocantins	260	146	113	90	16	8
Nordeste	9 373	5 131	4 243	2 867	853	522
Maranhão	1 181	396	784	508	169	108
Piauí	528	194	333	243	59	31
Ceará	1 452	830	622	431	110	81
Rio Grande do Norte	551	338	213	144	48	21
Paraíba	652	369	282	208	55	20
Pernambuco	1 507	1 027	480	358	80	43
Alagoas	575	346	229	153	45	31
Sergipe	380	236	145	97	36	12
Bahia	2 547	1 393	1 154	726	252	176
Sudeste	12 912	10 508	2 404	1 827	327	250
Minas Gerais	3 215	2 477	738	577	112	48
Espírito Santo	611	523	88	61	14	13
Rio de Janeiro	2 474	1 907	567	433	74	60
São Paulo	6 613	5 601	1 012	756	128	128
Sul	4 520	3 674	846	657	101	88
Paraná	1 766	1 422	343	271	37	35
Santa Catarina	1 046	902	145	109	16	20
Rio Grande do Sul	1 708	1 350	358	277	47	34
Centro-Oeste	2 435	1 902	533	415	68	50
Mato Grosso do Sul	425	337	88	66	11	11
Mato Grosso	533	415	118	95	15	8
Goiás	1 031	784	247	190	32	25
Distrito Federal	447	366	81	64	10	6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.11.2 - Distribuição dos domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição dos domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	100,0	71,2	28,8	20,3	5,0	3,5
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	73,9	26,1	18,8	4,2	3,0
Rural	100,0	56,7	43,3	28,4	9,0	6,0
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	100,0	58,0	42,0	26,4	8,6	7,0
Rondônia	100,0	74,9	25,1	20,9	2,4	1,8
Acre	100,0	61,9	38,1	18,1	5,9	14,1
Amazonas	100,0	51,3	48,7	32,0	8,5	8,2
Roraima	100,0	61,8	38,2	28,2	5,2	4,8
Pará	100,0	56,0	44,0	24,7	11,4	7,9
Amapá	100,0	68,9	31,1	21,2	4,5	5,4
Tocantins	100,0	56,3	43,7	34,5	6,2	3,0
Nordeste	100,0	54,7	45,3	30,6	9,1	5,6
Maranhão	100,0	33,6	66,4	43,0	14,3	9,1
Piauí	100,0	36,8	63,2	46,1	11,2	5,8
Ceará	100,0	57,2	42,8	29,7	7,6	5,6
Rio Grande do Norte	100,0	61,4	38,6	26,1	8,7	3,8
Paraíba	100,0	56,7	43,3	31,9	8,5	3,0
Pernambuco	100,0	68,1	31,9	23,8	5,3	2,8
Alagoas	100,0	60,2	39,8	26,5	7,8	5,5
Sergipe	100,0	62,0	38,0	25,5	9,5	3,0
Bahia	100,0	54,7	45,3	28,5	9,9	6,9
Sudeste	100,0	81,4	18,6	14,2	2,5	1,9
Minas Gerais	100,0	77,1	22,9	18,0	3,5	1,5
Espírito Santo	100,0	85,6	14,4	10,0	2,2	2,2
Rio de Janeiro	100,0	77,1	22,9	17,5	3,0	2,4
São Paulo	100,0	84,7	15,3	11,4	1,9	1,9
Sul	100,0	81,3	18,7	14,5	2,2	1,9
Paraná	100,0	80,6	19,4	15,3	2,1	2,0
Santa Catarina	100,0	86,2	13,8	10,4	1,5	1,9
Rio Grande do Sul	100,0	79,0	21,0	16,2	2,8	2,0
Centro-Oeste	100,0	78,1	21,9	17,1	2,8	2,1
Mato Grosso do Sul	100,0	79,3	20,7	15,5	2,6	2,5
Mato Grosso	100,0	77,9	22,1	17,8	2,8	1,5
Goiás	100,0	76,0	24,0	18,5	3,1	2,4
Distrito Federal	100,0	81,9	18,1	14,4	2,3	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.12.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar e sexo, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares, por sexo (1 000 moradores)							
	Total		Situação de segurança alimentar					
			Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar			
					Leve		Moderada ou grave	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	97 843	103 520	72 589	76 761	16 576	17 893	8 679	8 866
Situação do domicílio								
Urbana	81 855	88 833	63 004	67 973	12 761	14 258	6 090	6 602
Rural	15 988	14 687	9 585	8 788	3 814	3 635	2 589	2 264
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	8 531	8 490	5 077	5 001	2 017	2 088	1 438	1 401
Rondônia	878	854	671	650	165	165	41	38
Acre	387	392	249	245	53	64	85	83
Amazonas	1 917	1 898	999	984	568	576	349	338
Roraima	248	244	160	151	61	61	27	32
Pará	4 006	3 980	2 315	2 282	874	905	817	793
Amapá	369	368	262	251	72	79	35	39
Tocantins	727	755	422	438	223	239	82	79
Nordeste	27 047	28 820	15 617	16 839	7 081	7 610	4 349	4 371
Maranhão	3 367	3 432	1 197	1 211	1 274	1 366	896	855
Piauí	1 549	1 635	637	668	610	641	301	325
Ceará	4 260	4 537	2 615	2 775	1 079	1 161	566	600
Rio Grande do Norte	1 666	1 716	1 079	1 099	347	374	240	244
Paraíba	1 863	2 055	1 082	1 245	512	559	269	252
Pernambuco	4 379	4 843	3 095	3 491	905	954	379	398
Alagoas	1 570	1 734	967	1 092	351	400	251	242
Sergipe	1 088	1 111	696	726	245	249	148	137
Bahia	7 303	7 758	4 248	4 533	1 757	1 907	1 298	1 318
Sudeste	40 809	43 785	34 227	36 513	4 738	5 275	1 843	1 997
Minas Gerais	10 052	10 572	8 039	8 323	1 513	1 661	500	588
Espírito Santo	1 885	1 964	1 657	1 723	152	157	77	84
Rio de Janeiro	7 671	8 716	6 104	6 959	1 141	1 275	425	481
São Paulo	21 200	22 533	18 427	19 508	1 932	2 181	841	844
Sul	14 041	14 802	11 740	12 309	1 661	1 813	639	679
Paraná	5 381	5 634	4 463	4 615	677	755	242	265
Santa Catarina	3 252	3 399	2 860	2 981	272	295	120	123
Rio Grande do Sul	5 408	5 769	4 418	4 713	713	764	278	292
Centro-Oeste	7 416	7 623	5 928	6 098	1 078	1 107	410	418
Mato Grosso do Sul	1 283	1 311	1 026	1 057	182	181	75	73
Mato Grosso	1 595	1 596	1 263	1 260	245	249	87	87
Goiás	3 226	3 228	2 528	2 528	498	499	200	200
Distrito Federal	1 313	1 488	1 111	1 253	153	177	49	58

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.12.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar existente no domicílio e sexo, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por sexo (%)					
	Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar			
			Leve		Moderada ou grave	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	74,2	74,2	16,9	17,3	8,9	8,6
Situação do domicílio						
Urbana	77,0	76,5	15,6	16,1	7,4	7,4
Rural	60,0	59,8	23,9	24,8	16,2	15,4
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	59,5	58,9	23,6	24,6	16,9	16,5
Rondônia	76,5	76,2	18,8	19,4	4,7	4,5
Acre	64,2	62,6	13,8	16,3	22,0	21,1
Amazonas	52,1	51,9	29,7	30,3	18,2	17,8
Roraima	64,4	61,9	24,5	24,9	11,0	13,2
Pará	57,8	57,3	21,8	22,7	20,4	19,9
Amapá	70,9	68,2	19,5	21,3	9,6	10,5
Tocantins	58,0	58,0	30,7	31,6	11,3	10,4
Nordeste	57,7	58,4	26,2	26,4	16,1	15,2
Maranhão	35,6	35,3	37,8	39,8	26,6	24,9
Piauí	41,1	40,9	39,4	39,2	19,5	19,9
Ceará	61,4	61,2	25,3	25,6	13,3	13,2
Rio Grande do Norte	64,8	64,0	20,8	21,8	14,4	14,2
Paraíba	58,1	60,6	27,5	27,2	14,4	12,3
Pernambuco	70,7	72,1	20,7	19,7	8,7	8,2
Alagoas	61,6	63,0	22,4	23,0	16,0	14,0
Sergipe	63,9	65,3	22,5	22,4	13,6	12,3
Bahia	58,2	58,4	24,1	24,6	17,8	17,0
Sudeste	83,9	83,4	11,6	12,0	4,5	4,6
Minas Gerais	80,0	78,7	15,0	15,7	5,0	5,6
Espírito Santo	87,9	87,7	8,1	8,0	4,1	4,3
Rio de Janeiro	79,6	79,8	14,9	14,6	5,5	5,5
São Paulo	86,9	86,6	9,1	9,7	4,0	3,7
Sul	83,6	83,2	11,8	12,3	4,6	4,6
Paraná	82,9	81,9	12,6	13,4	4,5	4,7
Santa Catarina	87,9	87,7	8,4	8,7	3,7	3,6
Rio Grande do Sul	81,7	81,7	13,2	13,2	5,1	5,1
Centro-Oeste	79,9	80,0	14,5	14,5	5,5	5,5
Mato Grosso do Sul	80,0	80,6	14,2	13,8	5,8	5,5
Mato Grosso	79,2	78,9	15,4	15,6	5,4	5,5
Goiás	78,4	78,3	15,4	15,5	6,2	6,2
Distrito Federal	84,6	84,2	11,6	11,9	3,7	3,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.13.1 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar e cor ou raça, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar, por cor ou raça (1 000 moradores)							
	Total		Situação de segurança alimentar					
			Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar			
					Leve		Moderada ou grave	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	93 150	106 573	77 172	70 995	11 521	22 697	4 457	12 880
Situação do domicílio								
Urbana	82 667	86 753	69 451	60 530	9 657	17 198	3 559	9 025
Rural	10 484	19 820	7 721	10 465	1 865	5 499	899	3 856
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	3 849	12 867	2 602	7 340	816	3 211	431	2 315
Rondônia	608	1 116	473	843	112	217	24	55
Acre	173	573	126	348	23	93	24	132
Amazonas	828	2 849	524	1 435	213	870	91	544
Roraima	110	361	73	229	29	89	8	43
Pará	1 588	6 303	1 022	3 505	319	1 451	247	1 346
Amapá	182	551	131	379	35	115	16	57
Tocantins	360	1 114	254	601	84	376	22	138
Nordeste	15 308	40 205	10 202	22 059	3 435	11 167	1 672	6 979
Maranhão	1 345	5 397	627	1 762	486	2 143	233	1 492
Piauí	797	2 378	388	915	292	956	117	507
Ceará	2 664	6 100	1 740	3 629	633	1 599	291	872
Rio Grande do Norte	1 351	2 020	934	1 238	267	449	150	333
Paraíba	1 378	2 493	893	1 409	332	725	153	360
Pernambuco	3 160	5 985	2 449	4 083	518	1 325	192	577
Alagoas	872	2 411	576	1 472	189	556	107	383
Sergipe	603	1 581	428	983	113	377	62	221
Bahia	3 139	11 839	2 166	6 568	605	3 038	368	2 234
Sudeste	45 902	38 037	40 220	29 939	4 310	5 655	1 372	2 442
Minas Gerais	8 904	11 640	7 583	8 713	1 022	2 143	299	784
Espírito Santo	1 510	2 325	1 403	1 963	66	242	41	119
Rio de Janeiro	7 896	8 435	6 626	6 396	982	1 426	289	613
São Paulo	27 591	15 637	24 609	12 866	2 240	1 844	742	926
Sul	22 020	6 612	19 016	4 858	2 240	1 214	763	541
Paraná	7 450	3 425	6 412	2 532	793	633	245	260
Santa Catarina	5 621	1 006	5 026	797	420	145	174	65
Rio Grande do Sul	8 949	2 181	7 578	1 529	1 027	436	344	216
Centro-Oeste	6 071	8 852	5 131	6 799	721	1 450	219	603
Mato Grosso do Sul	1 198	1 358	1 012	1 043	136	221	50	94
Mato Grosso	1 073	2 100	910	1 596	129	365	34	139
Goiás	2 566	3 853	2 107	2 921	352	639	107	293
Distrito Federal	1 235	1 541	1 102	1 239	104	225	29	77

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.13.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar existente no domicílio e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, por cor ou raça (%)					
	Situação de segurança alimentar					
	Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar			
			Leve		Moderada ou grave	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	82,8	66,6	12,4	21,3	4,8	12,1
Situação do domicílio						
Urbana	84,0	69,8	11,7	19,8	4,3	10,4
Rural	73,6	52,8	17,8	27,7	8,6	19,5
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	67,6	57,0	21,2	25,0	11,2	18,0
Rondônia	77,7	75,6	18,4	19,5	3,9	5,0
Acre	72,8	60,8	13,5	16,3	13,7	23,0
Amazonas	63,2	50,4	25,7	30,5	11,0	19,1
Roraima	66,2	63,4	26,5	24,6	7,3	12,0
Pará	64,4	55,6	20,1	23,0	15,5	21,4
Amapá	71,9	68,8	19,2	20,8	8,9	10,4
Tocantins	70,6	53,9	23,4	33,7	6,0	12,4
Nordeste	66,6	54,9	22,4	27,8	10,9	17,4
Maranhão	46,6	32,7	36,1	39,7	17,3	27,7
Piauí	48,7	38,5	36,7	40,2	14,7	21,3
Ceará	65,3	59,5	23,8	26,2	10,9	14,3
Rio Grande do Norte	69,1	61,3	19,8	22,2	11,1	16,5
Paraíba	64,8	56,5	24,1	29,1	11,1	14,4
Pernambuco	77,5	68,2	16,4	22,1	6,1	9,6
Alagoas	66,1	61,1	21,7	23,0	12,2	15,9
Sergipe	71,0	62,2	18,7	23,9	10,3	13,9
Bahia	69,0	55,5	19,3	25,7	11,7	18,9
Sudeste	87,6	78,7	9,4	14,9	3,0	6,4
Minas Gerais	85,2	74,9	11,5	18,4	3,4	6,7
Espírito Santo	92,9	84,4	4,4	10,4	2,7	5,1
Rio de Janeiro	83,9	75,8	12,4	16,9	3,7	7,3
São Paulo	89,2	82,3	8,1	11,8	2,7	5,9
Sul	86,4	73,5	10,2	18,4	3,5	8,2
Paraná	86,1	73,9	10,6	18,5	3,3	7,6
Santa Catarina	89,4	79,2	7,5	14,4	3,1	6,4
Rio Grande do Sul	84,7	70,1	11,5	20,0	3,8	9,9
Centro-Oeste	84,5	76,8	11,9	16,4	3,6	6,8
Mato Grosso do Sul	84,5	76,8	11,3	16,3	4,2	6,9
Mato Grosso	84,8	76,0	12,0	17,4	3,2	6,6
Goiás	82,1	75,8	13,7	16,6	4,2	7,6
Distrito Federal	89,3	80,4	8,4	14,6	2,3	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.14.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave (1 000 moradores)					
	Total	Grupos de idade				
		0 a 4 anos	5 a 17 anos	18 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
Brasil	17 545	1 504	4 740	7 698	2 459	1 145
Situação do domicílio						
Urbana	12 692	1 076	3 305	5 655	1 789	866
Rural	4 853	427	1 435	2 042	670	278
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	2 839	288	889	1 236	288	137
Rondônia	79	8	19	34	14	5
Acre	168	21	65	66	11	5
Amazonas	687	82	221	290	58	36
Roraima	59	6	15	29	6	4
Pará	1 610	152	505	715	166	71
Amapá	74	7	21	35	8	2
Tocantins	161	13	44	66	24	14
Nordeste	8 720	726	2 414	3 854	1 179	547
Maranhão	1 751	179	545	705	213	109
Piauí	627	56	152	280	100	39
Ceará	1 166	86	325	519	157	79
Rio Grande do Norte	484	29	113	247	61	33
Paraíba	521	39	120	242	91	29
Pernambuco	777	75	207	327	118	50
Alagoas	493	40	138	232	58	25
Sergipe	284	20	83	135	34	13
Bahia	2 616	202	731	1 166	347	170
Sudeste	3 840	316	952	1 660	619	293
Minas Gerais	1 088	80	270	468	189	80
Espírito Santo	161	13	42	72	25	8
Rio de Janeiro	906	76	223	385	153	69
São Paulo	1 685	146	416	735	252	135
Sul	1 318	101	301	566	251	99
Paraná	506	41	114	225	85	41
Santa Catarina	242	15	57	106	53	12
Rio Grande do Sul	570	46	130	234	113	47
Centro-Oeste	828	72	183	383	123	68
Mato Grosso do Sul	147	15	32	62	25	13
Mato Grosso	174	10	33	83	29	19
Goiás	400	39	92	184	54	31
Distrito Federal	107	9	26	54	14	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.14.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares (%)				
	Grupos de idade				
	0 a 4 anos	5 a 17 anos	18 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
Brasil	11,4	11,2	7,9	8,0	6,4
Situação do domicílio					
Urbana	9,7	9,5	6,7	6,9	5,8
Rural	19,6	18,8	15,4	14,2	9,7
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	20,3	19,8	15,1	14,7	13,8
Rondônia	6,3	4,7	3,9	6,1	5,3
Acre	28,1	28,6	18,4	14,2	12,9
Amazonas	22,6	20,8	15,9	15,2	19,5
Roraima	13,1	12,1	12,0	10,4	15,7
Pará	23,6	24,3	18,8	17,4	14,0
Amapá	12,9	9,7	9,6	11,7	7,1
Tocantins	11,0	11,6	9,6	12,9	12,4
Nordeste	18,3	18,5	14,5	15,6	11,4
Maranhão	30,8	28,7	23,3	26,8	21,7
Piauí	22,8	20,0	18,9	22,7	15,0
Ceará	14,9	16,2	12,4	12,8	9,7
Rio Grande do Norte	12,6	16,1	14,6	13,4	11,4
Paraíba	13,8	14,1	12,9	15,9	8,7
Pernambuco	11,5	10,4	7,4	9,1	5,7
Alagoas	15,9	16,9	14,6	14,1	10,9
Sergipe	13,7	16,4	12,4	11,6	7,7
Bahia	20,1	20,9	16,2	16,9	12,8
Sudeste	6,2	5,9	4,0	4,4	3,6
Minas Gerais	6,4	6,5	4,7	5,7	4,2
Espírito Santo	5,4	5,5	3,8	4,3	2,4
Rio de Janeiro	8,3	7,3	5,0	5,2	3,8
São Paulo	5,4	5,1	3,4	3,5	3,3
Sul	5,9	5,5	4,1	5,0	3,5
Paraná	5,6	5,4	4,1	4,8	4,3
Santa Catarina	3,9	4,6	3,2	4,7	1,9
Rio Grande do Sul	7,4	6,1	4,6	5,4	3,8
Centro-Oeste	7,1	5,8	5,0	5,8	6,0
Mato Grosso do Sul	7,5	6,0	4,8	6,7	6,5
Mato Grosso	4,4	4,8	5,2	6,5	8,0
Goiás	9,3	6,8	5,7	5,9	6,0
Distrito Federal	5,0	4,6	3,5	3,8	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.15.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave (1 000 moradores)							
	Total	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio						
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não deter- minados
Brasil	17 545	5 404	3 147	4 455	2 300	2 010	188	42
Situação do domicílio								
Urbana	12 692	3 599	2 045	3 257	1 840	1 745	172	34
Rural	4 853	1 804	1 102	1 198	460	265	16	8
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	2 839	892	540	691	353	330	22	10
Rondônia	79	28	13	22	8	8	1	-
Acre	168	71	31	31	19	12	0	4
Amazonas	687	246	109	148	80	92	9	2
Roraima	59	17	8	12	9	13	1	-
Pará	1 610	460	337	422	206	174	8	4
Amapá	74	26	11	14	9	13	1	-
Tocantins	161	44	31	42	22	19	2	0
Nordeste	8 720	2 944	1 690	2 159	988	844	74	21
Maranhão	1 751	646	334	401	198	153	14	4
Piauí	627	205	140	138	64	68	11	-
Ceará	1 166	381	211	273	162	130	6	2
Rio Grande do Norte	484	128	95	125	66	61	7	3
Paraíba	521	168	105	138	55	46	9	-
Pernambuco	777	283	143	195	77	68	8	3
Alagoas	493	177	93	124	51	42	4	2
Sergipe	284	93	63	71	32	23	1	2
Bahia	2 616	862	507	693	281	253	15	6
Sudeste	3 840	989	556	1 024	634	582	52	3
Minas Gerais	1 088	283	186	320	154	133	11	2
Espírito Santo	161	41	29	42	25	21	2	-
Rio de Janeiro	906	239	139	238	150	130	8	2
São Paulo	1 685	426	202	424	304	298	32	-
Sul	1 318	335	230	367	207	151	23	4
Paraná	506	144	86	124	87	55	7	3
Santa Catarina	242	53	39	65	36	41	8	1
Rio Grande do Sul	570	138	105	179	85	55	8	0
Centro-Oeste	828	244	130	214	118	102	17	2
Mato Grosso do Sul	147	39	27	50	19	9	1	1
Mato Grosso	174	56	18	36	33	24	4	1
Goiás	400	123	68	104	49	47	9	-
Distrito Federal	107	25	16	25	16	22	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.15.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por anos de estudo da pessoa de referência do domicílio, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares (%)					
	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio					
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	13,7	13,7	10,1	7,6	4,1	1,2
Situação do domicílio						
Urbana	11,8	12,0	9,1	7,0	3,8	1,1
Rural	20,5	18,7	14,4	12,2	8,0	3,4
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	22,1	22,1	18,8	14,6	9,3	2,6
Rondônia	7,5	5,7	5,0	3,0	2,4	0,8
Acre	29,9	30,4	22,3	18,7	8,0	0,8
Amazonas	24,5	25,7	20,5	15,4	10,0	4,1
Roraima	14,2	15,9	13,5	12,7	9,6	3,0
Pará	25,6	25,0	22,9	18,1	11,3	2,5
Amapá	14,8	11,5	11,2	9,1	6,8	2,1
Tocantins	13,1	15,7	13,0	10,3	6,2	2,0
Nordeste	20,6	21,2	17,8	13,4	7,5	2,7
Maranhão	31,7	32,1	28,7	21,1	13,7	5,5
Piauí	23,3	26,1	19,8	16,2	13,4	6,8
Ceará	17,5	18,5	14,7	12,2	6,9	1,6
Rio Grande do Norte	15,9	20,6	18,0	14,2	8,1	3,3
Paraíba	16,6	18,4	15,6	11,7	6,3	3,6
Pernambuco	13,2	11,7	9,6	6,4	3,3	1,6
Alagoas	18,9	17,6	16,3	12,4	8,0	3,2
Sergipe	17,4	19,2	14,7	10,8	5,3	0,6
Bahia	22,9	23,6	20,7	15,0	7,9	2,1
Sudeste	7,3	7,0	5,6	4,8	2,5	0,6
Minas Gerais	7,8	7,6	6,0	5,0	2,9	0,7
Espírito Santo	5,9	6,8	4,7	4,4	2,2	0,6
Rio de Janeiro	9,5	9,5	7,1	5,7	2,8	0,4
São Paulo	6,3	5,6	4,9	4,3	2,3	0,7
Sul	7,3	7,7	5,3	4,4	2,1	0,9
Paraná	7,5	7,5	5,5	4,8	1,9	0,7
Santa Catarina	5,4	6,3	4,3	3,1	2,3	1,3
Rio Grande do Sul	8,4	8,6	5,7	4,7	2,2	0,9
Centro-Oeste	8,5	8,2	6,8	5,2	2,7	1,2
Mato Grosso do Sul	7,5	8,8	8,2	5,2	1,7	0,6
Mato Grosso	8,4	5,6	5,6	6,1	3,3	1,7
Goiás	9,9	9,6	7,3	4,9	2,9	1,9
Distrito Federal	6,0	6,9	5,1	4,6	2,7	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.16.1 - Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave (1 000 moradores)						
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (2)
Brasil	17 516	5 241	5 508	4 113	1 348	224	463
Situação do domicílio							
Urbana	12 667	3 085	4 019	3 334	1 161	200	350
Rural	4 849	2 156	1 489	779	187	25	112
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	2 834	943	1 063	525	144	24	53
Rondônia	79	19	28	21	8	1	2
Acre	168	53	77	24	8	1	3
Amazonas	686	240	263	127	34	7	9
Roraima	59	9	23	17	6	2	1
Pará	1 607	566	602	269	65	11	33
Amapá	74	16	16	25	10	1	3
Tocantins	161	41	56	43	14	0	3
Nordeste	8 716	3 289	2 746	1 817	410	55	178
Maranhão	1 749	828	464	285	87	8	47
Piauí	627	182	225	157	51	6	5
Ceará	1 165	469	343	246	47	3	23
Rio Grande do Norte	484	137	165	127	31	3	3
Paraíba	521	175	163	143	25	5	6
Pernambuco	776	295	227	180	32	5	10
Alagoas	493	209	143	89	9	4	20
Sergipe	284	85	134	40	12	4	3
Bahia	2 615	910	883	551	116	16	61
Sudeste	3 833	695	1 054	1 122	481	80	163
Minas Gerais	1 086	271	309	325	107	10	43
Espírito Santo	161	33	48	47	19	-	9
Rio de Janeiro	906	150	254	265	98	11	57
São Paulo	1 681	241	444	484	257	58	54
Sul	1 307	189	397	376	214	44	28
Paraná	499	65	174	146	66	14	8
Santa Catarina	242	26	57	73	59	12	2
Rio Grande do Sul	567	98	167	157	89	17	18
Centro-Oeste	827	124	247	273	98	22	41
Mato Grosso do Sul	147	29	41	53	16	1	3
Mato Grosso	172	15	44	62	26	4	17
Goiás	400	65	129	124	44	12	16
Distrito Federal	107	16	32	35	13	4	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas de menos de 10 anos de idade e as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.16.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares (%)					
	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
	Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (1)
Brasil	30,5	15,8	7,2	2,8	0,7	19,0
Situação do domicílio						
Urbana	31,1	15,1	6,9	2,7	0,7	16,9
Rural	29,8	18,1	9,4	4,3	1,8	30,8
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	36,3	23,5	10,9	5,2	1,7	20,1
Rondônia	12,7	7,6	3,8	2,0	0,8	6,6
Acre	37,5	36,4	11,5	6,7	1,4	24,7
Amazonas	37,3	26,5	12,1	5,3	1,8	13,5
Roraima	18,0	18,1	11,4	6,7	4,3	6,5
Pará	42,0	26,2	12,1	5,8	2,1	28,6
Amapá	18,1	9,3	12,6	7,7	1,6	18,0
Tocantins	23,0	15,3	9,2	5,4	0,3	14,8
Nordeste	32,2	18,6	11,1	5,3	1,4	26,3
Maranhão	45,2	27,7	16,1	10,8	2,4	46,4
Piauí	33,1	23,8	15,4	12,1	2,9	50,0
Ceará	27,8	14,9	9,3	4,0	0,6	21,7
Rio Grande do Norte	28,8	19,7	12,8	5,4	1,0	11,1
Paraíba	26,5	14,3	12,7	4,4	1,6	16,4
Pernambuco	20,9	9,7	6,5	2,2	0,7	9,0
Alagoas	28,4	15,4	9,7	2,7	2,3	23,1
Sergipe	29,2	20,9	5,9	3,7	2,2	13,0
Bahia	35,4	22,3	12,6	5,7	1,3	35,1
Sudeste	23,4	10,0	4,8	2,0	0,5	15,4
Minas Gerais	24,4	9,1	5,0	1,9	0,3	23,0
Espírito Santo	14,8	7,0	4,2	1,9	-	12,0
Rio de Janeiro	25,9	11,4	5,8	2,3	0,4	18,5
São Paulo	22,8	10,5	4,3	1,9	0,6	11,1
Sul	22,3	13,5	4,9	2,2	0,7	11,4
Paraná	20,9	14,4	4,7	1,8	0,6	8,4
Santa Catarina	18,9	11,8	4,8	2,5	0,8	3,7
Rio Grande do Sul	24,5	13,2	5,2	2,5	0,7	19,0
Centro-Oeste	23,0	12,1	6,1	2,5	0,7	21,0
Mato Grosso do Sul	30,4	12,6	6,6	2,0	0,2	14,0
Mato Grosso	11,0	9,5	6,1	3,3	0,7	26,0
Goiás	27,9	13,5	5,9	2,5	1,2	20,1
Distrito Federal	20,1	10,7	6,0	2,0	0,5	17,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas de menos de 10 anos de idade e as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 1.17.1 - Moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, total e com insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por frequência a creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (1 000 moradores)					
	Total			Com insegurança alimentar moderada ou grave		
	Total	Frequência a creche ou escola		Total	Frequência a creche ou escola	
		Frequentavam	Não frequentavam		Frequentavam	Não frequentavam
Brasil	55 488	44 296	11 192	6 243	4 728	1 516
Situação do domicílio						
Urbana	45 693	36 745	8 948	4 381	3 311	1 070
Rural	9 795	7 551	2 244	1 862	1 416	446
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	5 907	4 440	1 468	1 178	861	316
Rondônia	532	398	133	27	19	8
Acre	300	218	82	86	61	25
Amazonas	1 425	1 031	394	303	205	98
Roraima	165	123	42	20	15	6
Pará	2 721	2 091	630	657	502	155
Amapá	270	204	66	28	19	9
Tocantins	494	375	119	57	40	16
Nordeste	17 011	13 549	3 463	3 140	2 418	722
Maranhão	2 482	1 966	517	724	553	171
Piauí	1 002	808	194	207	161	47
Ceará	2 583	2 107	476	411	328	83
Rio Grande do Norte	940	753	187	143	113	30
Paraíba	1 136	879	257	159	122	37
Pernambuco	2 649	2 077	572	282	208	73
Alagoas	1 069	829	240	178	133	45
Sergipe	650	533	117	103	85	17
Bahia	4 500	3 597	903	933	714	219
Sudeste	21 232	17 328	3 904	1 268	970	298
Minas Gerais	5 385	4 317	1 068	351	267	84
Espírito Santo	1 018	819	198	55	41	15
Rio de Janeiro	3 960	3 271	688	300	224	76
São Paulo	10 870	8 921	1 949	562	439	123
Sul	7 187	5 774	1 412	402	301	101
Paraná	2 833	2 257	576	155	116	39
Santa Catarina	1 629	1 341	288	72	59	13
Rio Grande do Sul	2 725	2 176	549	175	126	49
Centro-Oeste	4 151	3 205	946	255	177	78
Mato Grosso do Sul	719	540	179	46	32	15
Mato Grosso	907	692	216	43	34	8
Goiás	1 778	1 362	416	131	86	45
Distrito Federal	747	612	135	35	25	10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.17.2 - Distribuição dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, total e com insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por frequência a creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (%)					
	Total			Com insegurança alimentar moderada ou grave		
	Total	Frequência a creche ou escola		Total	Frequência a creche ou escola	
		Frequentavam	Não frequentavam		Frequentavam	Não frequentavam
Brasil	100,0	79,8	20,2	100,0	75,7	24,3
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	80,4	19,6	100,0	75,6	24,4
Rural	100,0	77,1	22,9	100,0	76,1	23,9
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	100,0	75,2	24,8	100,0	73,1	26,9
Rondônia	100,0	74,9	25,1	100,0	71,8	28,2
Acre	100,0	72,8	27,2	100,0	70,9	29,1
Amazonas	100,0	72,3	27,7	100,0	67,6	32,4
Roraima	100,0	74,4	25,6	100,0	71,3	28,7
Pará	100,0	76,8	23,2	100,0	76,4	23,6
Amapá	100,0	75,5	24,5	100,0	69,1	30,9
Tocantins	100,0	75,8	24,2	100,0	71,3	28,7
Nordeste	100,0	79,6	20,4	100,0	77,0	23,0
Maranhão	100,0	79,2	20,8	100,0	76,4	23,6
Piauí	100,0	80,6	19,4	100,0	77,5	22,5
Ceará	100,0	81,6	18,4	100,0	79,8	20,2
Rio Grande do Norte	100,0	80,1	19,9	100,0	79,0	21,0
Paraíba	100,0	77,4	22,6	100,0	76,9	23,1
Pernambuco	100,0	78,4	21,6	100,0	74,0	26,0
Alagoas	100,0	77,5	22,5	100,0	74,8	25,2
Sergipe	100,0	82,0	18,0	100,0	83,1	16,9
Bahia	100,0	79,9	20,1	100,0	76,5	23,5
Sudeste	100,0	81,6	18,4	100,0	76,5	23,5
Minas Gerais	100,0	80,2	19,8	100,0	76,0	24,0
Espírito Santo	100,0	80,5	19,5	100,0	73,2	26,8
Rio de Janeiro	100,0	82,6	17,4	100,0	74,8	25,2
São Paulo	100,0	82,1	17,9	100,0	78,1	21,9
Sul	100,0	80,3	19,7	100,0	74,8	25,2
Paraná	100,0	79,7	20,3	100,0	74,9	25,1
Santa Catarina	100,0	82,3	17,7	100,0	81,3	18,7
Rio Grande do Sul	100,0	79,9	20,1	100,0	72,2	27,8
Centro-Oeste	100,0	77,2	22,8	100,0	69,4	30,6
Mato Grosso do Sul	100,0	75,1	24,9	100,0	68,2	31,8
Mato Grosso	100,0	76,2	23,8	100,0	80,2	19,8
Goiás	100,0	76,6	23,4	100,0	65,4	34,6
Distrito Federal	100,0	81,9	18,1	100,0	72,7	27,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.17.3 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares, por frequência a creche ou escola, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores, de menos de 18 anos de idade, em domicílios particulares (%)		
	Total	Frequência a creche ou escola	
		Frequentavam	Não frequentavam
Brasil	11,3	10,7	13,5
Situação do domicílio			
Urbana	9,6	9,0	12,0
Rural	19,0	18,8	19,9
Grandes Regiões e Unidades da Federação			
Norte	19,9	19,4	21,6
Rondônia	5,0	4,8	5,7
Acre	28,5	27,8	30,5
Amazonas	21,2	19,9	24,9
Roraima	12,4	11,9	13,9
Pará	24,2	24,0	24,6
Amapá	10,4	9,5	13,2
Tocantins	11,5	10,8	13,7
Nordeste	18,5	17,8	20,9
Maranhão	29,2	28,1	33,1
Piauí	20,7	19,9	24,0
Ceará	15,9	15,6	17,5
Rio Grande do Norte	15,2	15,0	16,1
Paraíba	14,0	13,9	14,3
Pernambuco	10,6	10,0	12,8
Alagoas	16,6	16,1	18,6
Sergipe	15,8	16,0	14,9
Bahia	20,7	19,8	24,3
Sudeste	6,0	5,6	7,6
Minas Gerais	6,5	6,2	7,9
Espírito Santo	5,4	5,0	7,5
Rio de Janeiro	7,6	6,9	11,0
São Paulo	5,2	4,9	6,3
Sul	5,6	5,2	7,2
Paraná	5,5	5,1	6,8
Santa Catarina	4,4	4,4	4,7
Rio Grande do Sul	6,4	5,8	8,9
Centro-Oeste	6,1	5,5	8,3
Mato Grosso do Sul	6,4	5,8	8,2
Mato Grosso	4,7	5,0	3,9
Goiás	7,4	6,3	10,9
Distrito Federal	4,7	4,2	7,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.18.1 - Moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por situação de ocupação e atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave (1 000 moradores)				
	Total	Situação de ocupação no período de referência de 365 dias			
		Ocupados			Não ocupados
		Total	Atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias		
			Agrícola	Não agrícola	
Brasil	14 304	7 822	2 467	5 355	6 482
Situação do domicílio					
Urbana	10 394	5 410	689	4 721	4 984
Rural	3 909	2 412	1 778	634	1 497
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	2 203	1 196	379	816	1 007
Rondônia	63	30	8	22	33
Acre	122	67	30	37	55
Amazonas	516	275	103	172	240
Roraima	48	25	5	20	23
Pará	1 264	690	195	495	574
Amapá	59	33	9	24	26
Tocantins	132	75	29	45	57
Nordeste	7 126	3 941	1 656	2 285	3 186
Maranhão	1 364	825	486	339	539
Piauí	512	311	137	174	201
Ceará	972	561	220	342	410
Rio Grande do Norte	420	208	53	155	212
Paraíba	436	223	71	152	213
Pernambuco	620	299	105	195	321
Alagoas	404	182	70	112	222
Sergipe	234	139	61	77	95
Bahia	2 165	1 192	453	739	973
Sudeste	3 188	1 687	237	1 450	1 501
Minas Gerais	927	548	169	379	378
Espírito Santo	134	68	8	60	66
Rio de Janeiro	752	347	10	336	405
São Paulo	1 375	724	49	675	652
Sul	1 105	617	123	494	488
Paraná	427	237	47	191	189
Santa Catarina	205	116	9	107	89
Rio Grande do Sul	472	263	66	196	210
Centro-Oeste	682	383	72	310	300
Mato Grosso do Sul	122	68	20	48	55
Mato Grosso	150	79	21	58	71
Goiás	321	188	31	157	133
Distrito Federal	89	48	1	47	41

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.18.2 - Distribuição dos moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave, por situação de ocupação e atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias, segundo a situação do domicílio, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição dos moradores de 10 anos ou mais de idade, em domicílios particulares com insegurança alimentar moderada ou grave (%)				
	Total	Situação de ocupação no período de referência de 365 dias			
		Ocupados			Não ocupados
		Total	Atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias		
			Agrícola	Não agrícola	
Brasil	100,0	54,7	31,5	68,5	45,3
Situação do domicílio					
Urbana	100,0	52,0	12,7	87,3	48,0
Rural	100,0	61,7	73,7	26,3	38,3
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	100,0	54,3	31,7	68,3	45,7
Rondônia	100,0	48,3	27,2	72,8	51,7
Acre	100,0	55,1	44,4	55,6	44,9
Amazonas	100,0	53,4	37,4	62,6	46,6
Roraima	100,0	51,8	18,6	81,4	48,2
Pará	100,0	54,6	28,3	71,7	45,4
Amapá	100,0	56,5	26,9	73,1	43,5
Tocantins	100,0	56,7	39,3	60,7	43,3
Nordeste	100,0	55,3	42,0	58,0	44,7
Maranhão	100,0	60,5	58,9	41,1	39,5
Piauí	100,0	60,7	44,0	56,0	39,3
Ceará	100,0	57,8	39,2	60,8	42,2
Rio Grande do Norte	100,0	49,6	25,6	74,4	50,4
Paraíba	100,0	51,2	31,8	68,2	48,8
Pernambuco	100,0	48,3	34,9	65,1	51,7
Alagoas	100,0	45,1	38,5	61,5	54,9
Sergipe	100,0	59,3	44,3	55,7	40,7
Bahia	100,0	55,1	38,0	62,0	44,9
Sudeste	100,0	52,9	14,0	86,0	47,1
Minas Gerais	100,0	59,2	30,9	69,1	40,8
Espírito Santo	100,0	50,9	11,8	88,2	49,1
Rio de Janeiro	100,0	46,1	3,0	97,0	53,9
São Paulo	100,0	52,6	6,8	93,2	47,4
Sul	100,0	55,8	19,9	80,1	44,2
Paraná	100,0	55,6	19,7	80,3	44,4
Santa Catarina	100,0	56,7	8,1	91,9	43,3
Rio Grande do Sul	100,0	55,6	25,2	74,8	44,4
Centro-Oeste	100,0	56,1	18,9	81,1	43,9
Mato Grosso do Sul	100,0	55,4	29,1	70,9	44,6
Mato Grosso	100,0	52,8	27,0	73,0	47,2
Goiás	100,0	58,5	16,4	83,6	41,5
Distrito Federal	100,0	53,9	1,2	98,8	46,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.19.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (1 000 domicílios)			
	Total	Grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência		
		Até 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais
Brasil	44 735	9 824	19 969	14 942
Com segurança alimentar	34 966	6 845	16 199	11 922
Com insegurança alimentar leve	6 649	1 897	2 651	2 101
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3 121	1 082	1 119	919
Norte	3 442	936	1 469	1 037
Com segurança alimentar	2 246	561	1 019	666
Com insegurança alimentar leve	738	211	297	230
Com insegurança alimentar moderada ou grave	457	163	153	141
Nordeste	11 450	3 512	4 534	3 404
Com segurança alimentar	7 079	1 894	3 003	2 183
Com insegurança alimentar leve	2 813	998	998	817
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1 558	621	534	404
Sudeste	19 147	3 320	8 959	6 869
Com segurança alimentar	16 544	2 743	7 833	5 967
Com insegurança alimentar leve	1 919	398	853	668
Com insegurança alimentar moderada ou grave	684	178	272	234
Sul	7 098	1 401	3 252	2 444
Com segurança alimentar	6 109	1 134	2 850	2 125
Com insegurança alimentar leve	736	196	310	229
Com insegurança alimentar moderada ou grave	253	72	92	89
Centro-Oeste	3 598	655	1 754	1 189
Com segurança alimentar	2 988	513	1 494	980
Com insegurança alimentar leve	443	94	192	156
Com insegurança alimentar moderada ou grave	168	47	68	52

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.19.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (%)			
	Total	Grupos de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da pessoa de referência		
		Até 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais
Brasil				
Com segurança alimentar	78,2	69,7	81,1	79,8
Com insegurança alimentar leve	14,9	19,3	13,3	14,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	7,0	11,0	5,6	6,2
Norte				
Com segurança alimentar	65,3	59,9	69,4	64,3
Com insegurança alimentar leve	21,4	22,6	20,2	22,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,3	17,5	10,4	13,6
Nordeste				
Com segurança alimentar	61,8	53,9	66,2	64,1
Com insegurança alimentar leve	24,6	28,4	22,0	24,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,6	17,7	11,8	11,9
Sudeste				
Com segurança alimentar	86,4	82,6	87,4	86,9
Com insegurança alimentar leve	10,0	12,0	9,5	9,7
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,6	5,4	3,0	3,4
Sul				
Com segurança alimentar	86,1	80,9	87,6	87,0
Com insegurança alimentar leve	10,4	14,0	9,5	9,4
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,6	5,1	2,8	3,7
Centro-Oeste				
Com segurança alimentar	83,0	78,3	85,2	82,5
Com insegurança alimentar leve	12,3	14,4	11,0	13,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,7	7,2	3,9	4,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.20.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (1 000 domicílios)					
	Total	Grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar				
		Até 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 anos ou mais
Brasil	44 735	5 964	17 986	11 592	5 762	3 431
Com segurança alimentar	34 966	4 175	13 459	9 550	4 911	2 870
Com insegurança alimentar leve	6 649	1 135	2 974	1 500	644	395
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3 121	654	1 553	542	206	166
Norte	3 442	481	1 443	821	433	264
Com segurança alimentar	2 246	289	870	572	321	195
Com insegurança alimentar leve	738	114	337	163	78	47
Com insegurança alimentar moderada ou grave	457	78	236	87	34	22
Nordeste	11 450	1 852	4 557	2 528	1 493	1 021
Com segurança alimentar	7 079	960	2 501	1 724	1 144	750
Com insegurança alimentar leve	2 813	542	1 261	569	255	185
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1 558	349	795	235	93	86
Sudeste	19 147	2 057	7 504	5 470	2 656	1 461
Com segurança alimentar	16 544	1 666	6 342	4 843	2 380	1 313
Com insegurança alimentar leve	1 919	267	849	481	217	106
Com insegurança alimentar moderada ou grave	684	125	312	146	59	42
Sul	7 098	1 044	3 036	1 813	763	442
Com segurança alimentar	6 109	855	2 570	1 588	698	398
Com insegurança alimentar leve	736	127	339	178	54	37
Com insegurança alimentar moderada ou grave	253	62	127	47	10	7
Centro-Oeste	3 598	530	1 446	959	418	244
Com segurança alimentar	2 988	406	1 175	823	369	215
Com insegurança alimentar leve	443	85	188	109	40	21
Com insegurança alimentar moderada ou grave	168	40	83	28	9	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.20.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (%)					
	Total	Grupos de idade com que a pessoa de referência começou a trabalhar				
		Até 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 anos ou mais
Brasil						
Com segurança alimentar	78,2	70,0	74,8	82,4	85,2	83,7
Com insegurança alimentar leve	14,9	19,0	16,5	12,9	11,2	11,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	7,0	11,0	8,6	4,7	3,6	4,8
Norte						
Com segurança alimentar	65,3	60,0	60,3	69,6	74,2	73,8
Com insegurança alimentar leve	21,4	23,7	23,3	19,8	17,9	17,7
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,3	16,3	16,4	10,5	7,9	8,4
Nordeste						
Com segurança alimentar	61,8	51,9	54,9	68,2	76,6	73,4
Com insegurança alimentar leve	24,6	29,3	27,7	22,5	17,1	18,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,6	18,9	17,4	9,3	6,3	8,4
Sudeste						
Com segurança alimentar	86,4	81,0	84,5	88,5	89,6	89,9
Com insegurança alimentar leve	10,0	13,0	11,3	8,8	8,2	7,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,6	6,1	4,2	2,7	2,2	2,9
Sul						
Com segurança alimentar	86,1	81,9	84,6	87,6	91,5	90,1
Com insegurança alimentar leve	10,4	12,2	11,2	9,8	7,1	8,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,6	5,9	4,2	2,6	1,4	1,6
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	83,0	76,6	81,3	85,7	88,2	88,1
Com insegurança alimentar leve	12,3	15,9	13,0	11,3	9,7	8,6
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,7	7,5	5,7	2,9	2,2	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.21.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias, por posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias (1 000 domicílios)						
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência					
		Empregado	Trabalhador doméstico	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso
Brasil	46 970	27 358	2 923	12 233	2 397	178	1 881
Com segurança alimentar	36 300	21 857	1 923	9 136	2 228	136	1 021
Com insegurança alimentar leve	7 183	3 946	603	1 992	142	27	472
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3 487	1 555	397	1 104	27	15	389
Norte	3 599	1 830	198	1 276	123	18	154
Com segurança alimentar	2 315	1 223	101	792	106	11	81
Com insegurança alimentar leve	784	408	50	271	13	4	39
Com insegurança alimentar moderada ou grave	500	199	47	212	4	3	34
Nordeste	12 195	6 123	741	3 755	440	54	1 081
Com segurança alimentar	7 411	3 964	350	2 218	369	32	477
Com insegurança alimentar leve	3 037	1 480	211	958	58	13	317
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1 747	679	180	579	13	8	287
Sudeste	20 068	12 751	1 364	4 486	1 088	59	321
Com segurança alimentar	17 196	11 033	1 024	3 817	1 044	53	225
Com insegurança alimentar leve	2 094	1 293	221	477	38	4	61
Com insegurança alimentar moderada ou grave	778	424	119	192	6	1	35
Sul	7 373	4 277	374	1 907	509	36	270
Com segurança alimentar	6 306	3 667	276	1 643	487	30	204
Com insegurança alimentar leve	790	464	74	183	20	4	46
Com insegurança alimentar moderada ou grave	277	146	25	81	3	2	20
Centro-Oeste	3 736	2 378	245	809	237	12	55
Com segurança alimentar	3 074	1 970	173	665	222	10	34
Com insegurança alimentar leve	477	301	47	104	14	2	10
Com insegurança alimentar moderada ou grave	186	107	25	40	2	0	12

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.21.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias, por posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, no período de referência de 365 dias (%)						
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência					
		Empregado	Trabalhador doméstico	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso
Brasil							
Com segurança alimentar	77,3	79,9	65,8	74,7	92,9	76,6	54,2
Com insegurança alimentar leve	15,3	14,4	20,6	16,3	5,9	15,0	25,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	7,4	5,7	13,6	9,0	1,1	8,4	20,7
Norte							
Com segurança alimentar	64,3	66,8	50,9	62,1	86,4	60,9	52,7
Com insegurança alimentar leve	21,8	22,3	25,3	21,3	10,3	20,6	25,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,9	10,9	23,8	16,6	3,4	18,5	22,1
Nordeste							
Com segurança alimentar	60,8	64,7	47,2	59,1	83,9	60,1	44,1
Com insegurança alimentar leve	24,9	24,2	28,5	25,5	13,2	24,7	29,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	14,3	11,1	24,3	15,4	3,0	15,2	26,6
Sudeste							
Com segurança alimentar	85,7	86,5	75,1	85,1	96,0	91,0	70,1
Com insegurança alimentar leve	10,4	10,1	16,2	10,6	3,5	6,6	19,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,9	3,3	8,7	4,3	0,6	2,3	10,9
Sul							
Com segurança alimentar	85,5	85,7	73,6	86,2	95,6	83,4	75,5
Com insegurança alimentar leve	10,7	10,9	19,8	9,6	3,9	11,6	16,9
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,8	3,4	6,6	4,3	0,5	5,0	7,6
Centro-Oeste							
Com segurança alimentar	82,3	82,8	70,6	82,3	93,4	84,0	61,4
Com insegurança alimentar leve	12,8	12,7	19,1	12,8	5,9	13,5	17,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	5,0	4,5	10,3	4,9	0,7	2,5	21,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.22.1 - Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por número de trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Domicílios particulares com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (1 000 domicílios)		
	Total	Número de trabalhos da pessoa de referência	
		1	2 ou mais
Brasil	43 580	27 642	15 938
Com segurança alimentar	34 410	22 611	11 800
Com insegurança alimentar leve	6 303	3 347	2 957
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2 866	1 685	1 181
Norte	3 211	1 784	1 426
Com segurança alimentar	2 147	1 284	863
Com insegurança alimentar leve	671	316	354
Com insegurança alimentar moderada ou grave	393	184	209
Nordeste	11 017	6 563	4 454
Com segurança alimentar	6 924	4 379	2 545
Com insegurança alimentar leve	2 662	1 362	1 300
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1 430	821	609
Sudeste	18 814	12 246	6 568
Com segurança alimentar	16 339	10 834	5 505
Com insegurança alimentar leve	1 830	1 003	827
Com insegurança alimentar moderada ou grave	645	410	235
Sul	6 992	4 771	2 221
Com segurança alimentar	6 043	4 184	1 859
Com insegurança alimentar leve	710	426	284
Com insegurança alimentar moderada ou grave	239	162	77
Centro-Oeste	3 547	2 278	1 269
Com segurança alimentar	2 957	1 929	1 027
Com insegurança alimentar leve	431	240	191
Com insegurança alimentar moderada ou grave	159	109	50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.22.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência, por número de trabalhos da pessoa de referência, segundo a situação de segurança alimentar, o tipo de insegurança alimentar e as Grandes Regiões - 2013

Situação de segurança alimentar, tipo de insegurança alimentar e Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pessoa de referência ocupada, na semana de referência (%)		
	Total	Número de trabalhos da pessoa de referência	
		1	2 ou mais
Brasil			
Com segurança alimentar	79,0	81,8	74,0
Com insegurança alimentar leve	14,5	12,1	18,6
Com insegurança alimentar moderada ou grave	6,6	6,1	7,4
Norte			
Com segurança alimentar	66,9	72,0	60,5
Com insegurança alimentar leve	20,9	17,7	24,8
Com insegurança alimentar moderada ou grave	12,3	10,3	14,7
Nordeste			
Com segurança alimentar	62,9	66,7	57,1
Com insegurança alimentar leve	24,2	20,8	29,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,0	12,5	13,7
Sudeste			
Com segurança alimentar	86,8	88,5	83,8
Com insegurança alimentar leve	9,7	8,2	12,6
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,4	3,3	3,6
Sul			
Com segurança alimentar	86,4	87,7	83,7
Com insegurança alimentar leve	10,2	8,9	12,8
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,4	3,4	3,5
Centro-Oeste			
Com segurança alimentar	83,4	84,7	81,0
Com insegurança alimentar leve	12,1	10,5	15,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,5	4,8	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 1.23.1 - Domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(continua)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Pensão ou aposentadoria						
Brasil	23 391	401	2 230	7 147	7 162	5 135
Com segurança alimentar	18 754	162	1 246	5 238	6 106	4 889
Com insegurança alimentar leve	3 037	125	581	1 245	757	194
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1 600	114	403	664	299	52
Norte	1 217	37	214	470	300	149
Com segurança alimentar	816	14	101	304	229	133
Com insegurança alimentar leve	245	11	59	106	48	12
Com insegurança alimentar moderada ou grave	157	11	54	59	23	4
Nordeste	5 966	216	1 007	2 498	1 379	613
Com segurança alimentar	3 934	70	473	1 605	1 046	557
Com insegurança alimentar leve	1 269	75	313	569	225	42
Com insegurança alimentar moderada ou grave	763	71	221	323	108	14
Sudeste	10 654	93	685	2 693	3 534	2 887
Com segurança alimentar	9 282	46	477	2 167	3 139	2 781
Com insegurança alimentar leve	955	25	128	357	295	90
Com insegurança alimentar moderada ou grave	417	23	80	170	101	16
Sul	4 090	36	208	1 044	1 496	1 112
Com segurança alimentar	3 523	21	124	832	1 310	1 065
Com insegurança alimentar leve	389	10	51	140	138	35
Com insegurança alimentar moderada ou grave	178	5	33	71	48	12
Centro-Oeste	1 465	19	115	443	452	375
Com segurança alimentar	1 200	12	71	329	383	354
Com insegurança alimentar leve	180	4	30	73	50	16
Com insegurança alimentar moderada ou grave	85	3	15	40	19	5
Auxílio-alimentação						
Brasil	20 622	270	1 846	5 235	6 802	5 207
Com segurança alimentar	17 138	105	1 105	3 931	5 926	4 976
Com insegurança alimentar leve	2 573	88	501	966	694	202
Com insegurança alimentar moderada ou grave	911	77	241	338	183	30
Norte	1 143	39	180	345	322	219
Com segurança alimentar	779	11	81	208	256	194
Com insegurança alimentar leve	242	12	55	96	51	21
Com insegurança alimentar moderada ou grave	122	17	43	40	15	3
Nordeste	3 451	133	640	1 168	802	529
Com segurança alimentar	2 375	45	313	753	630	488
Com insegurança alimentar leve	755	50	217	293	133	35
Com insegurança alimentar moderada ou grave	321	38	110	121	40	5
Sudeste	11 221	68	741	2 677	3 886	3 039
Com segurança alimentar	9 848	37	528	2 166	3 473	2 928
Com insegurança alimentar leve	1 076	18	157	398	335	98
Com insegurança alimentar moderada ou grave	297	13	55	114	78	13
Sul	3 219	16	166	652	1 293	944
Com segurança alimentar	2 799	4	107	509	1 139	909
Com insegurança alimentar leve	315	6	41	108	118	30
Com insegurança alimentar moderada ou grave	105	6	17	35	37	5
Centro-Oeste	1 588	14	121	393	499	476
Com segurança alimentar	1 338	9	75	295	428	456
Com insegurança alimentar leve	184	2	30	71	57	17
Com insegurança alimentar moderada ou grave	66	3	15	27	14	4

Tabela 1.23.1 - Domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Auxílio-moradia						
Brasil	2 296	78	369	626	680	450
Com segurança alimentar	1 796	35	232	446	575	429
Com insegurança alimentar leve	349	25	84	126	83	19
Com insegurança alimentar moderada ou grave	151	18	52	54	22	2
Norte	222	11	47	62	56	38
Com segurança alimentar	152	3	24	40	44	35
Com insegurança alimentar leve	47	3	13	17	11	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	23	5	10	5	2	-
Nordeste	515	38	138	163	98	61
Com segurança alimentar	312	9	74	87	71	58
Com insegurança alimentar leve	136	19	39	50	21	3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	67	10	26	25	6	1
Sudeste	949	19	128	234	316	207
Com segurança alimentar	810	15	95	182	280	197
Com insegurança alimentar leve	102	1	21	36	31	9
Com insegurança alimentar moderada ou grave	37	3	12	16	4	1
Sul	306	5	28	73	114	73
Com segurança alimentar	266	4	18	62	101	71
Com insegurança alimentar leve	27	1	8	7	7	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	14	-	3	4	6	0
Centro-Oeste	304	4	28	94	95	70
Com segurança alimentar	256	3	22	75	78	68
Com insegurança alimentar leve	38	0	4	16	13	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	10	0	2	4	4	0
Auxílio-saúde						
Brasil	10 097	35	451	1 978	3 434	3 495
Com segurança alimentar	8 839	18	291	1 505	3 038	3 351
Com insegurança alimentar leve	1 003	11	115	374	324	124
Com insegurança alimentar moderada ou grave	255	7	46	98	72	20
Norte	460	6	38	115	139	139
Com segurança alimentar	350	3	17	74	111	125
Com insegurança alimentar leve	80	1	14	29	21	12
Com insegurança alimentar moderada ou grave	29	2	6	12	6	2
Nordeste	1 271	12	121	347	376	335
Com segurança alimentar	995	5	63	249	297	315
Com insegurança alimentar leve	225	6	44	79	65	19
Com insegurança alimentar moderada ou grave	51	1	15	19	14	1
Sudeste	6 226	12	231	1 189	2 129	2 171
Com segurança alimentar	5 588	8	169	935	1 928	2 096
Com insegurança alimentar leve	524	2	41	210	173	65
Com insegurança alimentar moderada ou grave	115	3	21	44	29	10
Sul	1 501	2	37	226	603	560
Com segurança alimentar	1 337	1	24	173	535	539
Com insegurança alimentar leve	122	1	11	39	49	17
Com insegurança alimentar moderada ou grave	41	1	2	14	19	4
Centro-Oeste	640	2	24	101	187	290
Com segurança alimentar	569	1	18	74	167	277
Com insegurança alimentar leve	52	1	5	17	16	10
Com insegurança alimentar moderada ou grave	19	1	1	9	4	3

Tabela 1.23.1 - Domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Auxílio-educação						
Brasil	1 503	11	67	285	439	596
Com segurança alimentar	1 312	5	43	218	382	568
Com insegurança alimentar leve	155	4	18	56	48	25
Com insegurança alimentar moderada ou grave	36	2	6	11	10	3
Norte	73	1	8	19	19	22
Com segurança alimentar	57	1	4	14	16	20
Com insegurança alimentar leve	12	0	3	4	3	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4	0	2	1	0	0
Nordeste	250	5	25	71	59	76
Com segurança alimentar	196	2	14	53	48	67
Com insegurança alimentar leve	44	1	8	15	10	9
Com insegurança alimentar moderada ou grave	10	1	3	3	2	-
Sudeste	807	4	26	138	225	352
Com segurança alimentar	731	1	22	108	203	339
Com insegurança alimentar leve	62	2	3	25	19	10
Com insegurança alimentar moderada ou grave	14	-	1	5	3	3
Sul	254	1	4	36	104	94
Com segurança alimentar	224	0	1	27	90	92
Com insegurança alimentar leve	24	0	2	8	11	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	6	-	1	1	3	0
Centro-Oeste	119	0	4	22	31	53
Com segurança alimentar	103	-	2	17	26	50
Com insegurança alimentar leve	14	-	2	5	5	2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2	0	-	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem rendimento ou sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*.

Tabela 1.23.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(continua)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Pensão ou aposentadoria						
Brasil						
Com segurança alimentar	80,2	40,5	55,9	73,3	85,3	95,2
Com insegurança alimentar leve	13,0	31,1	26,0	17,4	10,6	3,8
Com insegurança alimentar moderada ou grave	6,8	28,3	18,1	9,3	4,2	1,0
Norte						
Com segurança alimentar	67,0	38,7	46,9	64,8	76,2	89,6
Com insegurança alimentar leve	20,1	30,8	27,7	22,6	16,1	8,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	12,9	30,4	25,4	12,6	7,7	2,4
Nordeste						
Com segurança alimentar	65,9	32,4	47,0	64,3	75,8	90,9
Com insegurança alimentar leve	21,3	34,6	31,1	22,8	16,3	6,8
Com insegurança alimentar moderada ou grave	12,8	32,9	21,9	12,9	7,8	2,3
Sudeste						
Com segurança alimentar	87,1	49,0	69,7	80,5	88,8	96,3
Com insegurança alimentar leve	9,0	26,3	18,7	13,2	8,3	3,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,9	24,7	11,6	6,3	2,8	0,6
Sul						
Com segurança alimentar	86,1	57,7	59,6	79,8	87,5	95,8
Com insegurança alimentar leve	9,5	28,2	24,4	13,4	9,2	3,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,3	14,1	16,0	6,8	3,2	1,1
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	81,9	61,3	61,3	74,4	84,7	94,4
Com insegurança alimentar leve	12,3	21,4	25,8	16,6	11,0	4,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	5,8	17,3	13,0	9,1	4,3	1,3
Auxílio-alimentação						
Brasil						
Com segurança alimentar	83,1	38,8	59,8	75,1	87,1	95,6
Com insegurança alimentar leve	12,5	32,7	27,1	18,5	10,2	3,9
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,4	28,5	13,0	6,4	2,7	0,6
Norte						
Com segurança alimentar	68,1	27,2	45,4	60,4	79,5	88,8
Com insegurança alimentar leve	21,2	30,5	30,8	27,9	15,8	9,7
Com insegurança alimentar moderada ou grave	10,7	42,2	23,8	11,7	4,7	1,5
Nordeste						
Com segurança alimentar	68,8	33,8	48,9	64,5	78,5	92,3
Com insegurança alimentar leve	21,9	37,4	33,9	25,1	16,5	6,7
Com insegurança alimentar moderada ou grave	9,3	28,7	17,2	10,4	5,0	1,0
Sudeste						
Com segurança alimentar	87,8	53,7	71,3	80,9	89,4	96,4
Com insegurança alimentar leve	9,6	26,8	21,2	14,9	8,6	3,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2,6	19,4	7,4	4,3	2,0	0,4
Sul						
Com segurança alimentar	87,0	25,2	64,9	78,1	88,0	96,3
Com insegurança alimentar leve	9,8	38,8	24,6	16,5	9,1	3,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,2	36,0	10,5	5,3	2,8	0,5
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	84,3	61,2	61,9	75,0	85,9	95,8
Com insegurança alimentar leve	11,6	15,6	25,3	18,0	11,4	3,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,1	23,2	12,8	6,9	2,8	0,8

Tabela 1.23.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(continuação)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Auxílio-moradia						
Brasil						
Com segurança alimentar	78,2	45,0	63,0	71,4	84,6	95,4
Com insegurança alimentar leve	15,2	31,8	22,9	20,1	12,2	4,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	6,6	23,2	14,1	8,6	3,2	0,5
Norte						
Com segurança alimentar	68,6	28,7	50,8	64,9	78,3	93,5
Com insegurança alimentar leve	21,1	27,6	27,4	27,2	18,8	6,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	10,2	43,6	21,8	7,9	2,8	-
Nordeste						
Com segurança alimentar	60,6	24,3	53,5	53,8	72,1	94,4
Com insegurança alimentar leve	26,4	50,5	28,0	30,8	21,8	4,4
Com insegurança alimentar moderada ou grave	13,0	25,2	18,5	15,4	6,2	1,2
Sudeste						
Com segurança alimentar	85,3	76,4	74,0	77,6	88,8	95,3
Com insegurança alimentar leve	10,8	6,9	16,7	15,5	9,9	4,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,9	16,7	9,3	6,9	1,3	0,5
Sul						
Com segurança alimentar	86,8	86,5	63,7	85,0	88,5	96,3
Com insegurança alimentar leve	8,7	13,5	26,7	9,4	6,3	3,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,5	-	9,7	5,7	5,3	0,3
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	84,3	82,3	79,5	79,7	82,5	96,4
Com insegurança alimentar leve	12,4	10,5	14,2	16,5	13,5	3,1
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,3	7,2	6,2	3,7	4,1	0,4
Auxílio-saúde						
Brasil						
Com segurança alimentar	87,5	49,9	64,5	76,1	88,5	95,9
Com insegurança alimentar leve	9,9	30,0	25,4	18,9	9,4	3,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2,5	20,0	10,1	5,0	2,1	0,6
Norte						
Com segurança alimentar	76,1	52,9	45,5	64,2	80,2	89,8
Com insegurança alimentar leve	17,5	20,6	37,5	25,5	15,5	8,9
Com insegurança alimentar moderada ou grave	6,4	26,4	17,0	10,2	4,4	1,2
Nordeste						
Com segurança alimentar	78,3	42,4	51,5	71,8	79,0	94,0
Com insegurança alimentar leve	17,7	52,8	36,2	22,6	17,3	5,7
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,0	4,7	12,3	5,5	3,7	0,3
Sudeste						
Com segurança alimentar	89,7	61,5	73,4	78,6	90,6	96,5
Com insegurança alimentar leve	8,4	12,6	17,6	17,7	8,1	3,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1,8	25,9	9,1	3,7	1,3	0,5
Sul						
Com segurança alimentar	89,1	30,8	64,9	76,7	88,8	96,3
Com insegurança alimentar leve	8,1	29,2	29,5	17,2	8,1	3,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2,7	40,0	5,6	6,1	3,1	0,7
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	88,9	37,8	73,8	73,7	89,2	95,4
Com insegurança alimentar leve	8,1	31,7	20,7	16,9	8,5	3,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	3,0	30,5	5,4	9,4	2,3	1,1

Tabela 1.23.2 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, por recebimento de pensão ou aposentadoria e benefícios por algum morador do domicílio e classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, a situação de segurança alimentar e o tipo de insegurança alimentar - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões, situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>				
		Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Auxílio-educação						
Brasil						
Com segurança alimentar	87,2	44,8	64,2	76,5	86,9	95,2
Com insegurança alimentar leve	10,3	39,2	26,3	19,7	10,9	4,2
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2,4	16,1	9,5	3,9	2,2	0,5
Norte						
Com segurança alimentar	78,3	59,0	47,5	74,9	82,1	91,4
Com insegurança alimentar leve	16,0	18,5	34,4	20,0	15,8	7,3
Com insegurança alimentar moderada ou grave	5,7	22,4	18,1	5,2	2,1	1,3
Nordeste						
Com segurança alimentar	78,2	48,9	56,3	74,6	80,0	88,2
Com insegurança alimentar leve	17,7	28,5	32,8	20,9	16,1	11,8
Com insegurança alimentar moderada ou grave	4,1	22,6	10,9	4,5	4,0	-
Sudeste						
Com segurança alimentar	90,6	38,9	83,6	78,4	90,0	96,3
Com insegurança alimentar leve	7,7	61,1	11,7	17,8	8,5	3,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1,8	-	4,7	3,8	1,4	0,7
Sul						
Com segurança alimentar	88,4	50,0	31,7	74,5	86,5	97,3
Com insegurança alimentar leve	9,4	50,0	43,2	22,3	10,9	2,5
Com insegurança alimentar moderada ou grave	2,3	-	25,2	3,2	2,6	0,3
Centro-Oeste						
Com segurança alimentar	86,8	-	53,7	75,0	82,4	96,0
Com insegurança alimentar leve	11,6	-	46,3	22,3	14,7	4,0
Com insegurança alimentar moderada ou grave	1,6	100,0	-	2,7	2,9	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Exclui os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os domicílios sem rendimento ou sem declaração de rendimento domiciliar per capita.

Referências

ANDERSON, S. A. Core indicators of nutritional state for difficult-to-sample populations: Life Sciences Research Office report. *The Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 120, n. 11, p. 1559-1600, Nov. 1990. Suplemento. Disponível em: <http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/120/11_Suppl/1555.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

BICKEL, G. et al. *Guide to measuring household food security*. Revised March, 2000. Alexandria [Estados Unidos]: United States Department of Agriculture - USDA, Office of Analysis, Nutrition, and Evaluation, 2000. 76 p. (Measuring food security in the United States: reports of the Federal Interagency Food Security Measurement Project, 6). Edição revista do relatório n. 3, Guide to implementing the core food security module, de set. 1997. Disponível em: <<http://www.fns.usda.gov/sites/default/files/FSGuide.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6047, de 17 de outubro de 2005. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=303372>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 fev. 2010a. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 147, n. 164, 26 ago. 2010b. Seção 1, p. 6-8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 149, n. 248-A, 26 dez. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 141, n. 92, 14 maio 2004. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 179, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero*. Brasília, DF, [2005b?]. [52] p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/mds/cartilhas/cidadania-o-principal-ingrediente-do-fome-zero/cidadania-o-principal-ingrediente-do-fome-zero>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Nota técnica n. 128: relatório da Oficina Técnica para Análise da Escala de Medida Domiciliar da Insegurança Alimentar*. Brasília, DF, 2010c.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística, 1990. 212 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: dez. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: dez. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: dez. 2014.

COATES, J. et al. Commonalities in the experience of household food insecurity across cultures: what are measures missing? *The Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 136, n. 5, p. 1438S-1448S, May 2006. Suplemento. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/136/5/1438S>>. Acesso em: dez. 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Olinda. *Relatório final*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, 2004. 46 p. Disponível em: <http://www3.planalto.gov.br/consea/eventos/copy_of_conferencias/2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final/view>. Acesso em: dez. 2014.

DELLOHAIN, P. L.; SANJUR, D. La adaptación y validación de una escala de seguridad alimentaria en una comunidad de Caracas, Venezuela. *ALAN: Archivos Latinoamericanos de Nutrición*, Caracas: Sociedad Latinoamericana de Nutrición - SLAN, v. 50, n. 4, p. 334-340, dic. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-06222000000400003&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: dez. 2014.

O ESTADO de segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório 2014. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, 2014. 83 p. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/nota_metodologica_2013.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

GARCIA RUBIO, E.; VILLÁN CRIADO, I. DIA: descripción del sistema. In: _____. *Sistema DIA: sistema de detección e imputación automática de errores para datos cualitativos*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 1988. v. 1.

HALL, B. *Understanding food security data and methodology*. Waltham: Brandeis University, Center on Hunger and Poverty, Food Security Institute, 2004.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 9, n. 24, p. 159-173, maio/ago. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a07.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1990. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: dez. 2014.

KEPPLE, A. *Relatório do produto 01*: documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - PAA e cisternas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

LEÃO, M. *Segurança alimentar e risco de sobrepeso e obesidade em famílias de crianças menores de 6 anos*. 2005. 121 p. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2005.

MARÍN-LEÓN, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, set./out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/16.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

MCDOWELL, I.; NEWELL, C. *Measuring health: a guide to rating scales and questionnaires*. 2nd ed. New York: Oxford University, 1996. 523 p.

NORD, M. *Food insecurity in households with children: food assistance research brief*. Washington, DC: United States Department of Agriculture - USDA, 2003. 2 p. (Food assistance and nutrition research report, n. 34-13). Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/media/882630/fanrr34-13_002.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

NORD, M.; ANDREWS, M.; CARLSON, S. *Household food security in the United States, 2002*. Washington, DC: United States Department of Agriculture - USDA, 2003. 53 p. (Food assistance and nutrition research report, n. 35). Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/publications/fanrr-food-assistance-nutrition-research-program/fanrr35.aspx>>. Acesso em: dez. 2014.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 182 p. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

PANIGASSI, G. *Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no município de Campinas, SP*. 2005. 182 p. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Experiência internacional com a escala de percepção da insegurança alimentar. *Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate*, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, n. 2, p. 14-27, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/cadernos-de-estudos/subnutricao-e-obesidade-em-paises-em-desenvolvimento.-experiencia-internacional-com-a-escala-de-percepcao-da-inseguranca-alimentar-no-02>>. Acesso em: dez. 2014.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. *Revista de Nutrição*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, Faculdade de Nutrição, v. 21, p. 15S-26S, jul./ago. 2008. Suplemento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/03.pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. et al. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. *Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 134, n. 8, p. 1923-1928, Aug. 2004. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/content/134/8/1923.full.pdf+html>>. Acesso em: dez. 2014.

PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004-2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/xml/pof_2002_2003.shtm>. Acesso em: dez. 2014.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/xml/pof_2008_2009.shtm>. Acesso em: dez. 2014.

RADIMER, K. L. et al. Food insufficiency in Queensland. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, New York: Wiley; Canberra: Public Health Association of Australia, v. 21, n. 3, p. 303-310, Jun. 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-842X.1997.tb01704.x/pdf>>. Acesso em: dez. 2014.

RADIMER, K. L. et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. *Journal of Nutrition Education*, Oxford: Elsevier; Indianapolis: Society for Nutrition Education and Behavior - SNEB, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, Jan./Feb. 1992. Suplemento 1. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022318212801373#>>. Acesso em: dez. 2014.

SAMPAIO, M. de F. A. et al. (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Núcleo de Estudos e

Pesquisas em Alimentação - NEPA, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. *Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras*: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação: urbano/rural: relatório técnico: versão preliminar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Faculdade de Ciências Médicas, 2004. 35 p. Investigação com financiamento e apoio técnico do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/validacao_rural_urbano.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

SEGURANÇA alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 144 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2014.

SEGURANÇA alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 186 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/default.shtm>. Acesso em: dez. 2014.

STUDDERT, L. J.; FRONGILLO JUNIOR, E. A.; VALOIS, P. Household food insecurity was prevalent in Java during Indonesia's economic crisis. *Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 131, n. 10, p. 2685-2691, Oct. 2001. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/content/131/10/2685.full.pdf+html>>. Acesso em: dez. 2014.

SWINDALE, A.; BILINSKY, P. Development of a universally applicable household food insecurity measurement tool: process, current status, and outstanding issues. *Journal of Nutrition*. Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 136, n. 5, p. 1449S-1452S, May 2006. Suplemento. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/content/136/5/1449S.full.pdf+html>>. Acesso em: dez. 2014.

SZKLO, M.; JAVIER NIETO, F. *Epidemiology: beyond the basics*. Gaithersburg: Aspen, 2000. 495 p.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. *Pobreza e fome*: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, 2001. 58 p. (Texto para discussão, n. 101). Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: dez. 2014.

VOZORIS, N. T.; TARASUK, V. S. Household food insufficiency is associated with poorer health. *Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition, v. 133, n. 1, p. 120-126, Jan. 2003. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/content/full/133/1/120>>. Acesso em: dez. 2014.

WEHLER, C. A.; SCOTT, R. I.; ANDERSON, J. J. The community childhood hunger identification project: a model of domestic hunger-demonstration project in Seattle, Washington. *Journal of Nutrition Education*, Oxford: Elsevier; Indianapolis: Society for Nutrition Education and Behavior - SNEB, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, Jan./Feb. 1992. Suplemento 1. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002231821280135X#>>. Acesso em: dez. 2014.

WORLD FOOD SUMMIT, 1., 1996, Rome. *Rome declaration on world food security*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.HTM>>. Acesso em: dez. 2014.

Anexo

Anexo1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2013 e a reponderação das PNADs 2001 a 2012

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o IBGE elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013 o IBGE divulgou a projeção da população das Unidades da Federação, por sexo e idade, para o Período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma destas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da projeção¹. É desta Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior através da soma das estimativas das áreas menores².

Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação elaborada pelo Método das Componentes Demográficas para 2000 e 2010. As populações das áreas menores, foram as dos municípios aferidas no Censo Demográfico 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de Conciliação Censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2013, tiveram como data de referência o dia 28 de setembro de 2013.

¹ Para maior detalhamento sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

² Para maior detalhamento sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/nota_metodologica_2013.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às Regiões Metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. Da mesma forma, para a parte não metropolitana das Unidades da Federação que consideram Regiões Metropolitanas como áreas de divulgação. Esse mesmo procedimento foi utilizado para reponderação das PNADs de 2001-2012, com base na Projeção da População do Brasil para as Unidades da Federação – Revisão 2013.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, entre os anos 2000 a 2010, foram realizadas a partir de um processo de interpolação linear simples do grau de urbanização observado nos Censos Demográficos 2000 e 2010. A partir de 2011, foi utilizado o método proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU3. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter, de modo prático, a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último Censo Demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção: neste caso, o percentual de população urbana ($pu(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para as seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para maiores detalhamentos sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: dez. 2014.

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as características de trabalho e rendimento foram investigadas para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

As características de segurança alimentar foram pesquisadas em todas as unidades domiciliares.

abastecimento de água Abastecimento com canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição ou outra proveniência (poço, nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, chuva etc.); ou sem canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade em que se localiza o domicílio, ou outra proveniência.

acesso à Internet Utilização da Internet feita somente pela própria pessoa por meio de computador de mesa ou portátil (laptop, notebook, palmtop, pocket pc, handheld). Não abrange o acesso à Internet feito por outros meios (telefone celular, televisão a cabo ou satélite, game console) ou quando a pessoa solicita a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

alimentação saudável Alimentação que inclui a preocupação com a qualidade, sendo aquela que não vai prejudicar a saúde das pessoas.

alimentação variada Alimentação composta por todos os tipos de alimento, não incluindo o conceito de qualidade do alimento, nem tampouco restrições de uso por sua repercussão na saúde.

alvenaria Material predominantemente utilizado na construção das paredes externas do prédio onde se encontra o domicílio: tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente. São considerados, também, as paredes de taipa revestida e aquelas recobertas de mármore, metal, vidros ou lambris.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas com informações que não permitem a sua classificação são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados. Nesse período de transição da mudança da duração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados de 2007, 2008 e 2009 com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

aposentadoria Pessoa que, na semana de referência, era jubilada, reformada ou aposentada pelo Plano de Seguridade Social da União ou por instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive pelo FUNRURAL, ou seja, recebia rendimento de trabalho que exercia anteriormente.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida. As atividades são classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar e estão agrupadas em agrícola e não agrícola (a composição encontra-se no anexo).

auxílio alimentação Auxílio para alimentação recebido pela pessoa como benefício do trabalho que tinha na semana de referência. São considerados: a) o pagamento, total ou parcial, pelo empregador, do custo do vale ou tíquete refeição ou alimentação; b) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa de refeição (café da manhã, lanche, almoço ou jantar) consumida no local do trabalho ou fora dele; c) o pagamento, total ou parcial, pelo empregador, de cesta de alimentos ou compra de alimentos; ou d) o recebimento de refeição no domicílio do empregador ou no local de trabalho, ainda que mediante desconto parcial em sua remuneração por esse benefício.

auxílio educação ou creche Auxílio recebido pela pessoa para a sua educação ou para a de seus dependentes, ou para creche de seus dependentes, como benefício do trabalho que tinha na semana de referência. Deve ser considerado como auxílio educação ou creche: a) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com educação (mensalidade ou material escolar); b) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com creche ou babá; ou c) a cessão de uma creche pelo empregador, ainda que mediante um pagamento total ou parcial. Não deve ser considerado o pagamento total ou parcial pelo empregador da despesa com curso de formação ou especialização de interesse do empreendimento.

auxílio moradia Benefício recebido pela pessoa do trabalho que tinha na semana de referência. Satisfeitas uma das seguintes condições, no mês de referência, considera-se que a pessoa recebia auxílio para moradia: a) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, de despesa de moradia; b) o pagamento direto do aluguel da moradia pelo empregador; c) a cessão de uma moradia pelo empregador, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação; ou d) a cessão de um cômodo ou local para dormir na própria unidade domiciliar do empregador, ainda que mediante desconto parcial em sua remuneração por esse benefício.

auxílio saúde ou reabilitação Auxílio recebido pela pessoa para a sua saúde ou reabilitação, ou para a de seus dependentes, como benefício do trabalho que tinha na semana de referência, como: a) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa de saúde ou reabilitação (consulta médica, exame clínico, internação, cirurgia, fisioterapia, remédio, aparelho para suprir ou corrigir deficiência etc.); ou b) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, de seguro ou plano de assistência de saúde ou reabilitação.

banheiro Cômodo destinado a banho, que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções, para uso dos moradores, no domicílio ou no terreno ou propriedade onde está situado.

carro Veículo automotor para transporte de passageiros ou carga que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado

para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

condição de ocupação do domicílio Classificação dos domicílios particulares permanentes em: próprio já quitado - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio em aquisição - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado - para o domicílio cujo aluguel fosse, totalmente ou parcialmente, pago por morador; cedido - para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra - para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

condição no domicílio Classificação dos componentes da unidade domiciliar quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge e não paga por hospedagem nem alimentação na unidade domiciliar; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge e paga pela sua hospedagem ou alimentação na unidade domiciliar; empregado doméstico - pessoa que presta serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a membro(s) da unidade domiciliar.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca; preta; parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça);

amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc.) ou indígena (pessoa indígena ou índia).

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2013, foi o dia 28 de setembro de 2013.

densidade de moradores por dormitório A densidade de moradores por dormitório resultou da divisão do total de moradores pelo número de dormitórios do domicílio particular permanente.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

destino do lixo Destino dado ao lixo do domicílio particular permanente: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para coleta posterior; ou outro - quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar etc.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio com insegurança alimentar Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; ou d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

domicílio com insegurança alimentar grave Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreram pelo menos dez das seguintes situações, no caso de ter algum morador de menos de 18 anos de idade, ou pelo menos seis das seguintes condições, no caso de não ter morador de menos de 18 anos de idade: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou; e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; ou n) algum morador de menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida.

domicílio com insegurança alimentar leve Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma e no máximo cinco das seguintes situações, no caso de ter algum morador de menos de 18 anos de idade, ou pelo menos uma e no máximo três das seguintes condições, no caso de não ter morador de menos de 18 anos de idade: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga,

sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou; e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; ou n) algum morador de menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida.

domicílio com insegurança alimentar moderada Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, ocorreram pelo menos seis e no máximo nove das seguintes situações, no caso de ter algum morador de menos de 18 anos de idade, ou pelo menos quatro e no máximo cinco das seguintes condições, no caso de não ter morador de menos de 18 anos de idade: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou; e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum

morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; ou n) algum morador de menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição no dia ou fi cou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida.

domicílio com segurança alimentar Domicílio em que, no período de referência dos últimos três meses, não ocorreu nenhuma das quatro situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; ou d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado Ver em domicílio particular

domicílio particular permanente Ver em domicílio particular

dormitório Investigou-se o número de cômodos do domicílio particular permanente, utilizados como dormitório por morador. Considerou-se como dormitório o quarto ou qualquer outra dependência que estivesse servindo de dormitório, inclusive os cômodos integrantes do domicílio que se situavam na parte externa do prédio e eram usados como dormitório pelos moradores.

DVD Aparelho leitor de DVD (digital versatile or digital video disk - disco digital versátil ou disco digital de vídeo), que é o acessório capaz de reproduzir discos no formato DVD, mesmo que acoplado a microcomputador.

empreendimento Empresa, instituição, entidade, firma, negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento. Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado é considerado como sendo um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa presta este serviço.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

esgotamento sanitário Escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora (de esgoto ou pluvial) - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduz para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno; ou outro - quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

estudante Pessoa que frequenta curso regular (do ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso rápido de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

filtro de água Aparelho para filtrar ou purificar a água.

fogão Utensílio usado para cozinhar, de uma boca, ou de duas ou mais bocas, inclusive os que são construídos de alvenaria ou portátil, nos domicílios.

fome Condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários. Pode ser de diversos graus e, conseqüentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos.

frequência a escola ou creche Classificação da pessoa quanto à sua condição de frequência a escola ou creche em: frequenta escola ou creche e não frequenta escola ou creche. Classifica-se como frequentando escola a pessoa definida como estudante, isto é, que frequenta escola em curso do ensino regular, ensino supletivo ministrado em escola, mestrado, doutorado, pré-vestibular, pré-escolar ou alfabetização de adultos. Classifica-se como frequentando creche a criança que frequenta estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades.

freezer Aparelho destinado exclusivamente ao congelamento de alimentos.

geladeira Aparelho de duas portas, que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos; ou de uma porta, destinado à refrigeração de alimentos.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, e idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

iluminação elétrica Forma de iluminação proveniente de rede geral, gerador, conversor de energia solar etc.

máquina de lavar roupa Aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação, existentes no domicílio.

material das paredes Material utilizado na construção das paredes externas do prédio em que se situa o domicílio particular permanente, classificado em: alvenaria - quando as paredes externas do prédio são, predominantemente, de tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente, taipa revestida, recobertas de mármore, metal, vidro ou lambris; ou outros - quando as paredes forem de madeira aparelhada (madeira preparada para esta finalidade), de taipa não revestida (barro ou cal e areia com estacas e varas de madeira, tabique, estuque ou pau a pique), madeira aproveitada (madeira de embalagem, tapumes, andaimes etc.), palha (sapé, folha ou casca de vegetal), ou outro material não durável.

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2013, foi o mês de setembro de 2013.

microcomputador Existência de microcomputador, inclusive portátil, no domicílio.

morador *Ver em* população residente

motocicleta Veículo de duas rodas, dotado de motor a combustão, para transporte de uma ou duas pessoas que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

número de trabalhos no período de referência de 365 dias Número de empreendimentos em que a pessoa tem trabalho no período de referência de 365 dias. O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente é contado para a pessoa que não tem qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração no período de referência de 365 dias.

pensão Quantia em dinheiro paga periodicamente pelo Estado aos beneficiários dos seguros sociais, por invalidez, morte ou aposentadoria. Sendo a pessoa pensionista, na semana de referência, podia ser das forças armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL, deixada por pessoa da qual era beneficiária.

período de referência de 365 dias Período fixado para a investigação de características de trabalho. Abrange a semana de referência da pesquisa e os 358 dias que a antecedem. Para a pesquisa realizada em 2013, foi o período de 27 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013.

período de referência dos últimos três meses Período utilizado para a investigação das características de segurança alimentar. Abrange os últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista.

pessoa de referência da unidade domiciliar *Ver em* condição no domicílio

pessoa não ocupada no período de referência de 365 dias Pessoa que não é classificada como ocupada nesse período.

pessoa ocupada no período de referência de 365 dias Pessoa que tem trabalho durante todo ou parte do período de referência de 365 dias, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nesse período por motivo de férias, licença, greve etc.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso.

população rural *Ver em* situação do domicílio

população urbana *Ver em* situação do domicílio

prevalência Proporção de população portadora de uma determinada doença ou condição. No contexto estudado, refere-se à proporção de domicílios em que vivem pessoas com segurança alimentar ou algum grau de insegurança alimentar em relação ao total de domicílios.

rádio Aparelho que permite o acesso à informação via sistema de radiodifusão, mesmo que faça parte de conjunto que acople outros aparelhos, tais como: rádio-gravador, rádio toca-fitas etc. São incluídos na investigação aparelhos com tecnologias que reproduzem áudio (MP3) e áudio e vídeo (MP4).

rede geral de abastecimento de água Abastecimento de água proveniente de rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio particular permanente ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2013, era de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

sanitário Cômodo ou o local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto, que disponha de vaso sanitário ou buraco para dejeções, para uso dos moradores, no domicílio ou no terreno ou propriedade onde está situado.

segurança alimentar Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem

a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

seguro-desemprego Pagamento da assistência financeira temporária, não inferior a um salário mínimo, concedida ao trabalhador desempregado previamente habilitado. A pesquisa investigou sobre o recebimento de seguro-desemprego pela pessoa depois que saiu do emprego com carteira assinada que teve, anteriormente, no período de captação de 358 dias.

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2013, foi a semana de 22 a 28 de setembro de 2013.

situação de ocupação no período de referência de 365 dias Classificação da pessoa de 10 anos ou mais de idade em ocupada e não ocupada no período de referência de 365 dias.

situação de segurança alimentar Classificação da unidade domiciliar, quanto à situação de segurança alimentar no período de referência dos últimos três meses, em: com segurança alimentar e com insegurança alimentar.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

telefone Linha telefônica fixa (telefone fixo convencional) instalada, mesmo que seja compartilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc., ou linha telefônica móvel (telefone móvel celular) no domicílio.

televisão Televisor em cores ou em preto e branco no domicílio.

tipo de insegurança alimentar Classificação da intensidade da insegurança alimentar existente no domicílio, no período de referência dos últimos três meses, em: leve, moderada e grave.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta própria ou empregador em qualquer atividade ou empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho principal da semana de referência Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

trabalho principal do período de referência de 365 dias Único trabalho que a pessoa tem no período de referência de 365 dias da pesquisa. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho no qual tem mais

tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho definido como principal da semana de referência. No caso da pessoa sem trabalho na semana de referência e que tem igualdade no tempo de permanência, considera-se como principal o trabalho remunerado do período de referência de 365 dias ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa sem trabalho na semana de referência e que tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Para a pessoa sem trabalho na semana de referência, em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o último trabalho do qual a pessoa saiu no período de referência de 365 dias.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

Equipe técnica

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Maria Lucia França Pontes Vieira

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Secretário Executivo

Marcelo Cardona Rocha

Secretário Executivo Adjunto

Natascha Rodenbusch Valente

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretor do Departamento de Avaliação

Alexandro Rodrigues Pinto

Coordenador Geral de Avaliação da Demanda

Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Análise dos resultados

Maria Lucia França Pontes Vieira

Tabulação dos resultados

Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Marcus Vinicius Morais Fernandes

Elaboração dos gráficos

Adriana Araujo Beringuy
Maria Lucia França Pontes Vieira

Revisão e preparo de originais

Adriana Araujo Beringuy
Maria Lucia França Pontes Vieira
Jully Nascimento Ponte

Crítica centralizada

Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Marcus Vinicius Morais Fernandes

Seleção, controle e expansão da amostra e cálculo dos coeficientes de variação

Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Marcus Vinicius Morais Fernandes
Marcus Paulo Soares de Freitas
Rosângela Magalhães A. Pereira (Consultora)

Controle e acompanhamento da coleta

Luiz Claudio da Silva Malvino
Marcia Barbosa de Almeida Vargas
Maria da Gloria Dias Freitas
Maria Lucia Pereira do Nascimento
Maria Teresa Cristina Dalla Riva da Nobrega Bastos
Michelle Menegardo de Souza
Rosangela Lago de Souza Barbosa
Robson da Silva Pereira

Colaboradores IBGE**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Claudio Dutra Crespo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti
Antonio de Ponde Jardim
Izabel Magalhães Marri
João Raposo Belchior
Jorge da Silva
Marcio Mtsuo Minamiguchi

Gerência de Estatísticas Vitais Estimativas Populacionais

Gabriel Mendes Borges
Luciano Gonçalves Castro e Silva
Leandro Okamoto Silva

Diretoria de Informática**Coordenação de Informatização de Processos**

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo
Carlos Brandão Fernandes da Silva
Eduardo da Costa Romero
Dulce Maria Rocha Barbosa
Ronaldo Rodrigues Raposo Junior
Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio
Carlos Emilio de Mattos Strauch
Davi Faria Rocha
Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo
Marcello Willians Messina Ribeiro
Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo
Anderson Almeida França
José Masello

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto
Vania da Silva Boquimpani
André Bruno de Oliveira
Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgia de Souza Assumpção - Gerente de área
Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção
Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais**Supervisores Estaduais**

RO - Ademilson Uchoa Matos
AC - Angela Augusta Lopes da Silva
AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho
RR - Guilherme Ferreira Cornely
PA - Max Elias Calil Gomes
AP - Ananias do Carmo Picanço
TO - Nereu Ribeiro Soares Junior
MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza
PI - Eurípedes Ferreira Sobrinho
CE - João Batista Canário Neto
RN - Rogério Henrique de C. Campelo
PB - Deodato Fortunato de Sousa
PE - Maria Auricelia Andrada Bezerra Lima

AL - Alcimar Eneas Rocha Trancoso
SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Artur Constantino Figueiredo Machado
MG - Fernanda de Sousa Gerken
ES - Sergio Gago Amaro
RJ - Alberto Azemiro Martins de Carvalho
SP - Josué Pinto
PR - Laura Castegnaro
SC - Valmir José Leal
RS - André Pacheco Rocha
MS - Wilson Douglas de Queiroz Blini
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Veronica Teixeira Magalhaes dos Santos

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro
AC - Raphael Lopes Dias
AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar
PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Uripia
MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaiosio
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Pedro Carneiro Damacena

Beth Fontoura

Simone Mello de Souza e Silva

Diagramação textual

Maria da Graça F. Lima

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

L. Gonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

Talita Daemon James

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte